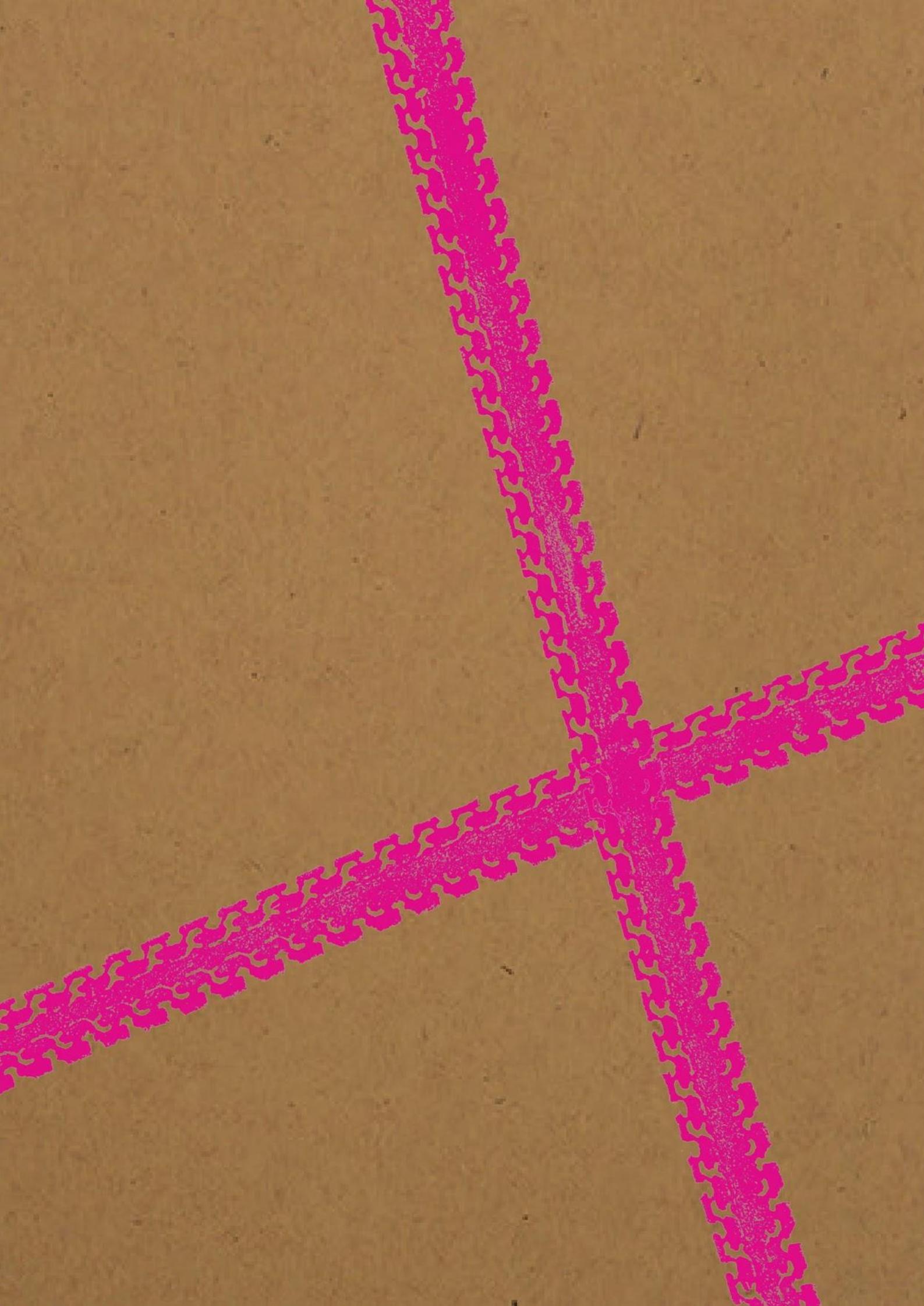


POR UM TRIZ



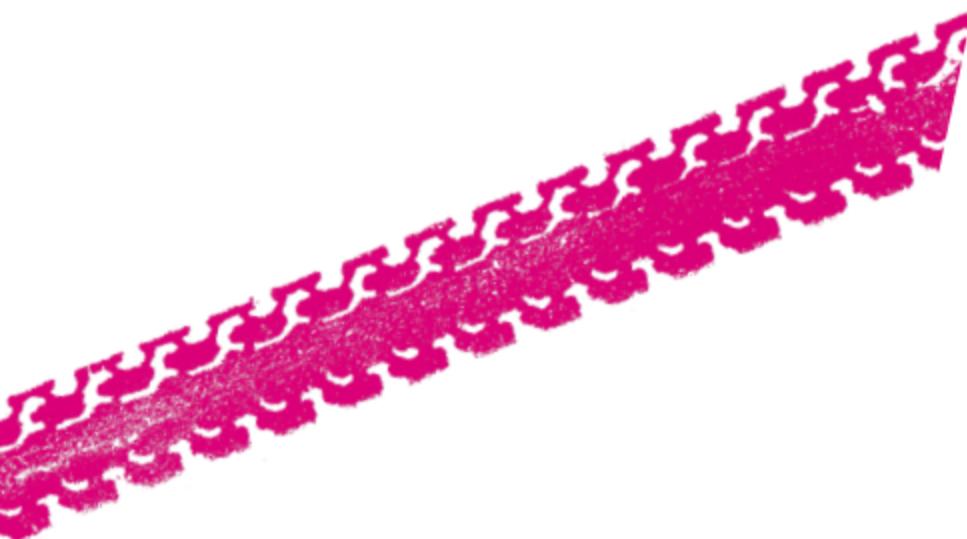
Pedro Lang Augustin

Trabalho Final de Graduação, 2019



POR UM TRIZ

Um olhar sobre inclusão e o acesso à educação por pessoas com deficiência físico-motora no município de São Paulo



Pedro Lang Augustin

Trabalho Final de Graduação apresentado
à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo.

Orientação:
Prof. Dra. Karina Oliveira Leitão

São Paulo,
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Augustin, Pedro Lang

Por um Triz: Um olhar sobre inclusão e o acesso à educação por pessoas com deficiência física-motora no município de São Paulo / Pedro Lang Augustin; orientadora Karina Oliveira Leitão. - São Paulo, 2019.

136 p.

Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

1. Deficiência. 2. Mobilidade Urbana. 3. Inclusão Social. 4. Educação. I. Leitão, Karina Oliveira, orient. II. Título.

Aos meus pais, Soraya e Everton, e irmãos, Artur e Teresa que, mesmo com a distância, sempre estiveram comigo, cada um do seu jeito, apoiando e confiando no que tenho buscado, desde antes de eu mesmo saber o caminho a traçar.

À Karina Leitão, por todos os ensinamentos e pelo suporte nesse ano repleto de questões e conquistas.

À Marta Lagreca, por me dar a inspiração e o direcionamento inicial deste trabalho.

Ao Mateus Humberto, pela troca de ideias e pelas informações essenciais para conduzir a pesquisa.

Ao Tuca Munhoz, pela base, oportunidades e por ótimas conversas.

Ao Moysés Martins, por aceitar contar sua história e me ajudar a entender melhor a minha.

Ao pessoal em EDIF 3. Adelino, Barbara, Band, Bia, Carol, Cida, Fernando, Keila e Sandra, pela parceria, compreensão e por me auxiliarem com material e conteúdo fundamentais.

Aos amigos da faculdade, do bairro e espalhados por todo lugar, que me ajudaram a crescer e criar raízes, identidade.

Em especial ao Ben, sem o qual esse momento jamais seria possível,
à Lari, presente em todos as etapas,
e à Helô, pela ajuda inestimável nos períodos mais difíceis.

E, finalmente, à Dona Ju, Edna, Eliana e Julinho, alicerces para cada um dos meus dias.

A todos, família e amigos,
Muito obrigado.

SUMÁRIO

RESUMO	07
MOTIVAÇÃO	09
INTRODUÇÃO	17
A CIDADE	
BREVES NOTAS SOBRE A SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA	23
BREVES NOTAS SOBRE OS LIMITES DO ATENDIMENTO HABITACIONAL	37
BREVES NOTAS SOBRE A CONDIÇÃO DE ACESSO E MOBILIDADE	46
BREVES NOTAS SOBRE O ENSINO INCLUSIVO	61
DE MUITAS REALIDADES, UMA	
ENTREVISTA COM RAPPER MOYSÉS MARTINS	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
ENTREVISTA NA ÍTEGRA	118
BIBLIOGRAFIA	132

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo enunciar fatores que influenciam na plena participação na sociedade e a busca por autonomia por pessoas com *deficiência, mais especificamente motora e com maiores restrições de locomoção* no município de São Paulo.

Importante ressaltar que o acesso à educação, assim como a mobilidade e o direito à cidade são questões para a sociedade e as deficiências como um todo. Motora, mobilidade reduzida, visual, auditiva e intelectual. As necessidades de adequação para todo o espectro é essencial, porém esta pesquisa busca ater-se à deficiência físico-motora com maiores restrições de locomoção, e ter esse perfil como foco.

Este trabalho possui dois momentos centrais:

Primeiramente, um breve olhar sobre as questões socioeconômicas, de habitação e transporte da cidade que afetam sua atual condição de inclusão, assim como a situação do sistema educacional nessa perspectiva e sua importância na busca por independência da pessoa com deficiência e sua plena participação social no município de São Paulo como um todo.

Nesse primeiro instante, o processo se baseou em pesquisa bibliográfica e levantamento de dados, a princípio para uma aproximação os temas caros à deficiência no Brasil, com a contribuição de Tuca Munhoz, me trazendo para as discussões atuais e me disponibilizando os títulos *Deficiência e Igualdade* e *Deficiência e Discriminação*, possibilitando, posteriormente, conectá-los com os aspectos sociais abordados fora do âmbito específico da deficiência, mas com reflexos diretos sobre ela, seja na habitação, seja na mobilidade e transporte.

Houve, aqui, também, a necessidade de uma compreensão básica do olhar pedagógico sobre a educação inclusiva, para assim poder associar essa percepção com o que se encontra ao observar a educação pública municipal num olhar voltado à acessibilidade.

Em um segundo momento, busca-se qualificar a discussão, aproximando-se de especificidades individuais através de entrevista com Moysés Martins, morador do Jardim Noronha no extremo sul do município, o que proporciona tanto uma visão mais qualitativa do tema, como uma possibilidade de focar em uma área reduzida do território, retomando, para essa região, os aspectos presentes na primeira parte da pesquisa.

Pretende-se, portanto, obter um panorama geral, mesmo que breve, do cenário da deficiência na cidade através desse levantamento de dados, de políticas públicas, bibliografia sobre os temas relacionados, pesquisa de opinião pública e entrevista, assim como minha própria vivência como cadeirante, com a qual inicio este trabalho no capítulo seguinte, de Motivação, e levo para somar ao que a entrevista com Moysés traz de discussão.

MOTIVAÇÃO

A motivação dessa pesquisa surge, em grande parcela, de vivências pessoais minhas. Como autor desse levantamento, assim como deficiente físico e cadeirante, entendo que assumo um papel relevante de contribuição tanto para a compreensão de sua real motivação, quanto para traçar um paralelo de percepção de mundo e individualidades que possam acrescentar para uma mais ampla observação das condições que influenciam na plena participação dessa parcela da população na sociedade, com o recorte específico aqui tratado, da cidade de São Paulo.

Como parte desse estudo, me coloco, então, na posição de indivíduo, para redigir um parecer das minhas vivências que atuaram, e ainda atuam, na minha formação pessoal e acadêmica, assim como minha busca por independência e autonomia. Questão essa de enorme peso e importância para pessoas com deficiência em geral, e que será tratada mais à frente nessa introdução:

Originada por uma rara patologia genética, a perda parcial de força e movimento do corpo, como um todo, foi algo presente na minha vida desde sempre. Caminhei até aproximadamente onze anos de idade, e durante esse período, embora num ritmo mais lento, pude participar das atividades de uma forma um pouco mais próxima. Pude estar junto nas brincadeiras de infância, estar na rua a frente de casa; jogar futebol, mesmo que com frequência como goleiro para conseguir acompanhar; ou brincar de esconde-esconde, mesmo que quase sempre como café-com-leite para não ficar sempre incumbido de contar e procurar. Mas de todo, participando.

Aos poucos, no entanto, as dificuldades foram aumentando, ao mesmo tempo que as brincadeiras iam ganhando nova dinâmica proporcionalmente com a idade, e portanto,

mais difíceis de acompanhar. Nesse mesmo período, as fronteiras da cidade se “expandiam” e, embora ir até a padaria fazer compras para os pais ou ir à locadora no fim do bairro para alugar um filme já fossem atividades possíveis da faixa etária e um desejo individual de princípio de independência, o corpo logo não permitiu que essas distâncias fossem percorridas por conta própria. O perímetro logo se fechou dentro do apartamento, do parquinho no condomínio ou no pátio da escola, e quando, mesmo nesses ambientes, as atividades se mostraram difíceis, às vezes inviáveis, veio a escolha relutante pela cadeira de rodas.

Essa solução traria óbvios benefícios na minha qualidade de vida, que mesmo aos onze anos, eu percebia. Não só minha, como de meus pais. Sair de casa, seja para ir à escola, seja para passear, não teria mais a diária situação de não aguentar percorrer os caminhos e ter de ser levado no colo por eles para chegar ao destino. Além do frequente estresse físico e psicológico que essa situação me causava.

Porém, mesmo percebendo o alívio que tal recurso traria, a aceitação não conciliava com esse sentimento, e a possibilidade, a simples situação de me imaginar em uma cadeira de rodas me trazia um sentimento de derrota, que hoje sei claramente identificar como preconceito. Eu não queria me tornar a imagem que eu tinha para mim de um cadeirante. A imagem que me era passada de pessoas que nunca realmente conheci. Pessoas que não estavam no parquinho do condomínio, ou no pátio da escola, muito menos na sala de aula. Pessoas que não encontrava na rua ou na igreja que frequentei. Mas no hospital, quando em consultas neurológicas, ou em sessões de fisioterapia, sim. Quando a atmosfera que me rodeava eram patologias e tratamentos, ali essas pessoas estavam. Eu não queria estar mais próximo dessa associação que minha vivência me mostrava. Não queria estar na pele de quem eu só via sendo tratado.

Mas por falta de opção, a cadeira de rodas manual foi a solução encontrada, e suas vantagens se confirmaram no ambiente familiar, pelo menos. Dentro de casa eu podia me locomover sem problemas, e embora as dimensões do banheiro em minha casa não

permitissem o acesso de uma cadeira, o auxílio dos meus pais nessas tarefas cotidianas às mantinham em um nível possível de cumprir diariamente.

Sair de casa, no entanto, se mostrava uma tarefa de completa dependência. A cadeira manual não me dava autonomia para grandes distâncias, muito menos segurança para momentos como atravessar uma rua, por exemplo. E desse modo, o que passou a ocorrer, é que independente do destino, eu era sempre levado. Os caminhos eram decididos pelos outros e, mais do que isso, por serem decididos pelos outros, eu nunca precisava descobrir os meus. Os espaços e a cidade se resumiam, então, apenas em origem e destino. E o meio do caminho apenas algo a se observar, contemplar. Não de descobrir, desvendar.

A escola, parcela enorme da vida nesse período, também ganhou novas situações. Por ser filho de professores e estudar na mesma escola em que meus pais trabalhavam, o transporte acabou não sendo uma grande questão. Não havia maiores conflitos de horário, e todo dia, quando eu e meu irmão (de idade próxima à minha) precisávamos estar lá, eles tinham a mesma obrigação de destino.

A estrutura física da escola, no entanto, passou a ser uma barreira. Para ir à sala de aula, precisava subir três lances de escada que, logo ao chegar pela manhã, vencia com a ajuda do meu pai. Mas durante o dia, no intervalo das aulas, onde todos desciam as mesmas escadas para ir ao pátio, eu não acompanhava. Ficava dentro da sala, normalmente na companhia de dois amigos. E assim foi durante os dois primeiros anos nessa nova situação. Nos seguintes, minha sala foi mudada para o térreo, assim como a maioria das atividades que eu tinha na escola. Mas quando era necessário ir ao auditório, quatro andares precisavam ser vencidos, o que demandava sempre da ajuda de dois funcionários, que me carregavam degraus a cima. Questões parecidas ocorriam com salas específicas, como laboratório ou aulas que eram dadas com mais de uma classe juntas.

De modo geral, nesse período, minhas atividades dentro da escola passaram a estar muito mais ligadas a ambientes internos. E nesse sentido, tive excelentes oportunidades. A ausência delas poderia ter criado um período monótono e solitário, com conquistas ligadas, talvez, apenas à disciplinas, a conteúdo e notas. Nesse momento, o desenho e, especialmente a música, tiveram papel importantíssimo. Ocupei minhas horas com aulas para aprender instrumentos, participar da orquestra da escola, do coral.

E esse foi também um excelente caminho para criar em mim um sentimento de independência, de liberdade, ao fazer, sem a tutela de adultos, atividades que me interessavam. Nesse sentido, para mim, a escola teve papel fundamental para apresentar e incentivar modos de expressão que, no meu caso, se manifestaram com o desenho e a música, e que me proporcionaram sempre uma busca por realização pessoal e de participação com outras pessoas.

Como já antes comentado, havia uma proximidade de idade entre mim e meu irmão. E desse modo, quando ele passou a conseguir, fisicamente, conduzir minha cadeira, esse foi o momento onde também pude, de certa forma, me afastar da proteção da casa e dos pais, embora ainda sem a autonomia que eu desejava.

Todavia, foi nesse período em que a cidade começou a demonstrar os níveis de obstáculos que ela, do modo como se apresentava, poderia colocar para mim. Os caminhos feitos com o meu irmão eram sempre a pé. Os novos destinos criados pelo nosso interesse e os trajetos alternativos, descobertos pela necessidade de os fazer com uma cadeira de rodas, foi aos poucos, mesmo ainda como observador, me mostrando algumas possibilidades. No entanto, algumas situações, com travessias de movimentadas avenidas, ou a ausência de guias rebaixadas e rampas de acesso, e até mesmo escadarias (como em passarelas, que ainda se mostram “solução” urbanística comum em muitos casos), me desmotivavam muitas vezes ao pensar na possibilidade de percorrer esses caminhos por conta própria, mesmo que com um possível auxílio futuro de uma cadeira motorizada.

Minha relação com a cidade permaneceu dessa forma durante anos, até o fim do meu período escolar. E nesse momento surgiu uma grande oportunidade. Eu sairia de casa e viajaria para fora do país a estudo. E isso significava não estar mais sob os cuidados da família, ter de descobrir um modo de me locomover de forma autônoma, de executar todas as tarefas diárias, inclusive dentro de casa, como banho, transferências da cama para cadeira e vice-versa. Ou seja, eu deveria, mesmo que com auxílio de alguém, ter o controle da organização de todas essas tarefas.

Pela primeira vez, então, uma cadeira motorizada deixou de ser uma possibilidade futura para ser uma necessidade urgente. E, consequentemente, criou a situação para que eu pudesse, por conta própria transitar pela cidade. Não apenas em minhas obrigações, nas idas à faculdade ou ao mercado, mas a realmente conhecê-la, buscar caminhos, conhecer espaços, vistas, lugares que me dessem vontade de ir apenas para ficar um pouco e observar. E se houvesse algum canto, um edifício, uma loja que me chamassem a atenção, eu entrava, vivenciava. E desse modo, os caminhos passaram a criar uma associação de identidade. Os caminhos que eu raramente me lembra, passaram a se fixar em minha memória pertencendo a algum momento que vivi, pois deixaram de ser apenas trajetos. Agora faziam parte também de mim.

A vivência e a liberdade sentidas nessa experiência estavam muito atreladas às condições de mobilidade que o país em que eu estava me oferecia. Quando necessário, podia facilmente transitar entre cidades, ou mesmo estados. Ser estudante, onde eu me encontrava, me garantia transporte gratuito numa grande região. E mais do que isso, somado à gratuidade, existia a garantia de acesso a esse transporte. No trem, metrô, ônibus ou nos trajetos com a cadeira, independente da distância, os caminhos eram possíveis. E possíveis não apenas para mim.

Nesse período, raramente eu era o único com dificuldade para me locomover em um transporte. Idosos, crianças, outros cadeirantes, estavam sempre presentes e dividiam o espaço dentro do trem ou do ônibus comigo. Situação essa que me surpreendeu, tanto ao me mostrar as possibilidades de uma condição como essa, de maior inclusão; como

perceber que isso também criava uma relação muito diferente com os passageiros em geral, que se portavam com naturalidade nessa circunstância, provavelmente por vivê-las diariamente.

Devo dizer, no entanto, que, mesmo com todo esse lado positivo do transporte, assim como acontecia no apartamento que morei enquanto estive lá (com todos os cuidados de estar no térreo e ter dimensões adequadas de portas, sanitário, e outras questões essenciais de acessibilidade), em muitos momentos o acesso ao interior dos edifícios, seja da própria faculdade, de estabelecimentos comerciais ou residências de colegas, se mostrava realmente difícil, ou mesmo inviável.

Isso me fez pensar no modo como o caminho, o trajeto todo, acessível e inclusivo perde grande parte de sua “conquista”, se o destino não se mostra da mesma forma. E vice-versa. Sim, os acessos às calçadas e passeios possibilitaram uma vivência vasta do espaço público que eu não tinha, mas em muitos casos, a não adequação dos espaços internos de estabelecimentos faziam com que, eu ter conseguido chegar até lá, não me desse a possibilidade de efetivamente chegar ao destino, ou mesmo, poder considerar esse espaço um destino. O que seria também uma verdade se o interior do edifício garantisse o acesso, mas o caminho até ele fosse repleto de barreiras para uma livre circulação.

Desse modo, principalmente ao voltar para São Paulo, onde essas situações, em qualquer das variáveis, são muito mais corriqueiras, passei a ter uma compreensão maior de como a inclusão depende do espectro por inteiro. Depende que a origem, o trajeto e o destino estejam adequados e em sintonia.

Ao avançar os estudos na arquitetura e no urbanismo, e ao vivenciar mais a cidade com esse olhar, podendo também acessá-la mais com a cadeira motorizada, que voltou comigo para casa, essa observação foi além das barreiras físicas. As questões sociais e as dificuldades que elas criam, das mais diversas formas, começaram a se tornar um foco e, por consequência, um motivo para tentar compreendê-las.

Por exemplo, observar o fato de que as barreiras físicas existem sempre, mas que o modo que elas se manifestam para cada pessoa se difere. Seja pela individualidade e características corporais de cada um, seja pelo lugar onde vive, ou pelas distâncias diárias a serem percorridas, ou pela possibilidade de adquirir uma cadeira motorizada, mesmo quando, como dito por mim, no meu caso, em uma necessidade urgente. E ainda assim, uma urgência criada em uma situação de oportunidade.

Ou também entender que é uma realidade os edifícios de escolas muitas vezes não estarem adequados para receber alunos com deficiência física, ou que a facilidade que tive com a logística de transporte para acesso à educação não é uma realidade comum, e que tal aspecto é essencial para a garantia desse direito.

Hoje, minha situação levanta muitas dessas questões. Por uma condição familiar, moro em São Paulo distante dos pais e do irmão. Alugo um quarto a duas horas, com o transporte público, da faculdade ou do estágio. Conquistei o direito de uso de um apartamento na moradia estudantil, dentro da universidade, que poderiam facilitar essa situação, mas as condições em que eu estaria não me garantiam segurança. A opção anterior, portanto, do quarto alugado, foi mantida.

O transporte acessível e gratuito disponibilizado pela prefeitura, o Atende, auxiliou enormemente, tanto na segurança quanto na diminuição do tempo do trajeto (praticamente pela metade). Mas, em pouco tempo, os horários irregulares da graduação e a necessidade de um destino a mais diário para o estágio, fizeram com que o Atende, por regras de funcionamento, não pudesse mais suprir minhas necessidades. Minhas horas em transporte público passaram a variar, então, entre três e cinco, dependendo do dia.

Mas devo deixar claro aqui, que dois pontos se mostraram essenciais para que, mesmo dentro dessa situação, tudo funcionasse. Primeiro, eu estava sempre, tanto em casa quanto na faculdade ou estágio, dentro de um perímetro que me garantia um transporte

seguro. Em grande parte pelas linhas de metrô. Mas mesmo quando por ônibus, dentro dos corredores e terminais, onde o embarque e desembarque acabam ocorrendo com muito mais segurança. Já o segundo ponto é a não necessidade de cumprir uma jornada de trabalho. Os custos de moradia e, principalmente, de auxílio diário de cuidadores (fundamental para mim) estavam dentro das possibilidades da minha família. Desse modo, então, minha permanência até o fim do curso vem sendo feita assim. Com auxílio da família, de amigos. De inúmeras formas.

Perceber os privilégios que tive, nos mais diversos níveis, e concluir, na minha condição e individualidade, o quanto essencial foram para possibilitar essas vivências que tentei, de forma sucinta, contar nessa motivação introdutória, me trouxeram a questão de tentar perceber de que modo todas essas variáveis podem influenciar o acesso à cidade por deficientes físicos. De que forma a condição física, o ambiente no qual o indivíduo está inserido e sua situação socioeconômica definem o nível de inclusão social. Ou em outras palavras, criam, ou não, e em diferentes graus, a *deficiência física*¹.

E, finalmente, foi também importantíssimo o papel da educação na mudança da minha percepção como indivíduo, assim como na criação de possibilidades, de sonhos, para crescimento pessoal, descoberta por interesses (dando acesso a essas descobertas), e o encaminhamento para uma busca por autonomia. Pessoalmente, esse acesso a educação foi imprescindível. Ao mesmo tempo que ser sempre o único cadeirante nos ambientes de ensino pelos quais passei se mostrar para mim um indicativo de que essa oportunidade é muito menos frequente do que os indivíduos que necessitam dela, que tem direito a ela. Entender isso melhor se mostrou, portanto, fundamental.

¹ “[...]deficiência não é um conceito neutro que descreve corpos com impedimentos, mas o resultado da interação do corpo com impedimentos com ambientes, práticas e valores discriminatórios” (BARBOSA, DINIZ, MEDEIROS, 2010)

INTRODUÇÃO

A cidade de São Paulo, embora uma das mais preparadas na questão de mobilidade no Brasil, ainda cria inúmeros obstáculos no acesso ao que ela oferece. No município, muitas vezes, pode-se perceber, em um simples trajeto de casa para escola, para o trabalho ou outro destino, uma quantidade expressiva de barreiras. Essas tornam-se ainda mais significativas quando deparadas por alguém com alguma dificuldade de locomoção.

Essas barreiras, nesses casos, podem tornar-se complicadores ou mesmo impeditivos para se alcançar um destino. E isso tudo passa a depender intensamente de outros fatores não diretamente relacionados a condição física do indivíduo, mas principalmente socioeconômicos, para possibilitar que essas pessoas possam usufruir do que a cidade, teoricamente, disponibiliza.

Em um exemplo amplo: a região na qual se mora (frequentemente não definida por escolhas do morador, mas por alternativa ou necessidade) pode, ou não, oferecer as condições para essas pessoas saírem de casa com segurança e independência. Essa região pode, ou não, ter um bom acesso ao sistema de transporte, e se sim, o trajeto entre a residência e o ponto de ônibus ou estação pode ser um impeditivo. O local de destino (escola, faculdade, trabalho, lazer...) tem grandes chances de não ter seu entorno, acesso e interior adequados ao uso de todos. Mas se forem, as condições físicas do indivíduo que deseja fazer o trajeto podem demandar auxílio de órteses, próteses, cadeiras de rodas ou outros equipamentos, muitas vezes caros, tanto na aquisição quanto na manutenção, em que, na não possibilidade de um ou de outro, também criará obstáculos por vezes insuperáveis. Ao menos se levado com exatidão e rigor o conceito de autonomia.

Se um dos pontos desse espectro de fatores não estiver de acordo com as necessidades para locomoção do indivíduo a ponto de se tornar inviável o acesso de forma independente, surge a necessidade do auxílio da família, amigos ou profissionais.

Políticas públicas e programas presentes em São Paulo, como o BPC (Benefício de Prestação Continuada) e o Atende, auxiliam em muitos casos, mas não são capazes de responder às necessidades sociais e de acesso como um todo, criadas pelas disparidades socioeconômicas e as inadequações físicas da cidade.

O BPC auxilia em âmbito nacional, como definido pelo Ministério do Desenvolvimento Social,

“à pessoa com deficiência de qualquer idade com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos), que o impossibilidade de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas [...] (sendo necessário) que a renda por pessoa do grupo familiar seja menor que 1/4 do salário-mínimo vigente”².

(INSS, 2018)

Dentro dessas condições, após avaliação médica, o beneficiário terá direito ao auxílio de um salário mínimo, o que é de clara e altíssima importância, mas que não abrange casos de uma faixa em situação social também precária, mas que não são contemplados na lei.

Já o serviço do Atende+, modalidade de transporte porta a porta, gratuito aos seus usuários, pessoas com autismo, surdocegueira ou deficiência física com alto grau de severidade e dependência, tem seu serviço prestado pela Prefeitura do Município de São Paulo, não sendo, portanto, uma opção no país como um todo. Mas mesmo dentro desse território, a pessoa beneficiada com o serviço tem direito a uma viagem de ida e volta por dia da semana, o que acaba dividindo as prioridades, em casos de maior vulnerabilidade, entre acompanhamento médico, como fisioterapia e reabilitação, por exemplo, e o ensino. Fora o lazer, com atividades recreativas ou culturais.

² O BPC destina-se também a idosos acima de 65 anos.

Dessa forma percebe-se a constância com que a possibilidade de acesso à cidade está constantemente sendo posta em xeque. Situação essa que acaba também por influenciar negativamente os índices da educação para esse grupo social. E o resultado disso se mostra nas pesquisas do IBGE de 2010.

Pela **Tabela 1**, observa-se que, por pessoas acima de 15 anos de idade no estado de São Paulo, 27% da população apresenta algum tipo de deficiência investigada. Porém, quando observamos o nível de instrução “Fundamental completo e médio incompleto”, essa porcentagem cai para 21%. E se observarmos o “Médio completo e superior incompleto”, essa porcentagem cai ainda mais, para 18,5%.

Ainda na **Tabela 1**, se analisarmos a proporção de nível de instrução dentro do próprio grupo pesquisado, ou seja, compararmos a instrução de pessoas sem nenhuma deficiência investigada, e relacionarmos com a instrução de pessoas com deficiências investigadas, essa diferença também é visível, já que 32% de pessoas sem diagnósticos de qualquer nível de deficiência tem médio completo e superior incompleto, enquanto apenas 20% de pessoas diagnosticadas com algum tipo de dificuldade física ou cognitiva possuem tal instrução. Indo para o “Superior completo” essa porcentagem cai para os dois casos, com 14% e 9,6%, respectivamente.

Na **Tabela 2**, inclusive, pode-se observar com clareza a disparidade da frequência em escola ou creche quando se compara os indivíduos com e sem diagnóstico de deficiência física.

Analizando mais especificamente o grupo de interesse deste estudo, vemos uma discrepância ainda maior. Na população sem nenhuma deficiência diagnosticada no estado, 34% frequenta ou frequentou creches ou escolas, enquanto dentre as pessoas com deficiência física *motora*, esta porcentagem cai para 7,5%.

Observar tais dados não demonstra apenas a restrição do acesso à educação por pessoas com deficiência e o modo como, nos números do ensino, as barreiras físicas e sociais, que afetam a plena participação desses indivíduos na cidade, acabam por

evidenciar sua influência. Esses dados também chamam a atenção para o modo como um recurso importantíssimo para o crescimento tanto individual, na busca por independência e autonomia, quanto social, na busca por uma sociedade mais inclusiva, perde seu potencial de transformação através da perpetuação de um círculo vicioso de cultura da exclusão.

Censo Demográfico 2010 - Características Gerais da População - Resultados da Amostra			
Pessoas de 15 anos ou mais de idade, por existência ou não de pelo menos uma das deficiências investigadas, segundo o sexo e o nível de instrução - Estado de São Paulo - 2010			
Nível de instrução	Pessoas de 15 anos ou mais de idade por existência ou não de pelo menos uma das deficiências investigadas		
	Total (1)	Pelo menos uma das deficiências investigadas	Nenhuma das deficiências investigadas
Total	32 397 696	8 731 311	23 641 788
Sem instrução e fundamental incompleto	11 852 137	4 649 174	7 183 687
Fundamental completo e médio incompleto	6 550 337	1 407 594	5 140 337
Médio completo e superior incompleto	9 572 342	1 780 553	7 789 345
Superior completo	4 171 221	843 154	3 327 702
Não determinado	251 660	50 836	200 718

Tabela 1: Fonte Censo IBGE (2010). Seleção: Augustin (2018)

Censo Demográfico 2010 - Características Gerais da População - Resultados da Amazônia													
População residente, por tipo de definição e frequência à escola ou creche, segundo o sexo e os grupos de idade - Estado do São Paulo - 2010													
População residente													
Total													
Frequenta am escola ou creche		Tipo de definição e frequência à escola ou creche		Maezinha		Maternal / infantil		Nasformas cheias da definição					
Total	Frequenta am escola ou creche	Pela maneira como elas definem-se mestigópolis	Viajão	Maezinha									
Total	Frequenta am escola ou creche	Total	Frequenta am escola ou creche	Total	Frequenta viam escola ou creche	Total	Frequenta viam escola ou creche	Total	Frequenta escola ou creche				
41 282	12 332 765	9 344	1 609 462	7 344 036	1 235 488	1 603 350	217 942	2 661 858	151 790	502 931	97 652	31 890 826	10 822 196
199		109											

Tabela 2: Fonte Censo IBGE (2010). Seleção: Augustin (2018)

A Convenção sobre os *Direitos das Pessoas com Deficiência*, traz a seguinte definição:

“Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas”.

No texto *Deficiência e Igualdade: o Desafio da Proteção Social*, é descrito, de modo semelhante, que a “deficiência não é um conceito neutro que descreve corpos com impedimentos, mas o resultado da interação do corpo com impedimentos com ambientes, práticas e valores discriminatórios”

(BARBOSA, DINIZ, MEDEIROS, 2010, p.13).

Os dois trechos abordam o conceito de deficiência, não retirando os aspectos da dificuldade motora ou sensorial dos indivíduos, mas colocando como ponto central para a existência do entendimento do que é deficiência o mundo que se relaciona com esses corpos e cria os obstáculos físicos e sociais, impedindo o pleno convívio e práticas dentro da sociedade. Dentre elas, como observado anteriormente, o ensino.

É nessa chave de discussão, portanto, que esse trabalho de pesquisa pretende seguir, com levantamento de dados e sua análise em conjunto, somado a uma vivência individual retratada em entrevista, tentando criar um panorama, um olhar, sobre as condições que se mostram de grande importância para o acesso à educação por pessoas com impedimentos corporais. Buscando, assim, evidenciar o modo como os fatores do ambiente e das questões sociais se entrelaçam, intensificando ou mesmo criando essas barreiras.

A CIDADE

BREVES NOTAS SOBRE A SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Como visto anteriormente, a definição de deficiência física não se restringe a condição motora do indivíduo³. Ela está atrelada ao ambiente e sociedade que envolve e se relaciona física, econômica e socialmente com cada um.

Desse modo, é importante trazer, no recorte aqui específico do município de São Paulo, um breve levantamento dos principais dados desse território que, a princípio, influenciam a sociedade como um todo, para então relacioná-los com a particularidade da deficiência motora. Tentando, assim, montar uma visão geral da situação que se coloca.

Um modo de se iniciar um olhar sobre o panorama geral seria observar as questões socioeconômicas. Exemplo disso é o **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)**, que traz alguns números, baseados no Censo do IBGE de 2010, avaliando a situação da população distribuída no território do Município.

³ Levando em consideração que aqui nos focamos na deficiência motora. O mesmo vale para todos os outros casos. Seja visual, auditivo, intelectual.

Indicadores selecionados, segundo grupos do IPVS

Grupo 1: baixíssima vulnerabilidade
População: 2,5 milhões de pessoas
Rendimento médio dos domicílios: R\$ 8.459
Idade média dos responsáveis pelo domicílio: 48 anos
Responsáveis pelo domicílio com menos de 30 anos: 12,6%
Mulheres jovens responsáveis pelo domicílio: 14,0%
Crianças de 0 a 5 anos no total da população: 5,9%
Grupo 2: vulnerabilidade muito baixa
População: 16,3 milhões de pessoas
Rendimento médio dos domicílios: R\$ 2.964
Idade média dos responsáveis pelo domicílio: 50 anos
Responsáveis pelo domicílio com menos de 30 anos: 9,6%
Mulheres jovens responsáveis pelo domicílio: 8,8%
Crianças de 0 a 5 anos no total da população: 6,3%
Grupo 3: vulnerabilidade baixa
População: 7,3 milhões de pessoas
Rendimento médio dos domicílios: R\$ 2.133
Idade média dos responsáveis pelo domicílio: 42 anos
Responsáveis pelo domicílio com menos de 30 anos: 21,0%
Mulheres jovens responsáveis pelo domicílio: 22,4%
Crianças de 0 a 5 anos no total da população: 9,0%
Grupo 4: vulnerabilidade média
População: 7,8 milhões de pessoas
Rendimento médio dos domicílios: R\$ 1.627
Idade média dos responsáveis pelo domicílio: 47 anos
Responsáveis pelo domicílio com menos de 30 anos: 12,1%
Mulheres jovens responsáveis pelo domicílio: 9,7%
Crianças de 0 a 5 anos no total da população: 8,4%
Grupo 5: vulnerabilidade alta (setores censitários urbanos)
População: 4,5 milhões de pessoas
Rendimento médio dos domicílios: R\$ 1.401
Idade média dos responsáveis pelo domicílio: 42 anos
Responsáveis pelo domicílio com menos de 30 anos: 20,3%
Mulheres jovens responsáveis pelo domicílio: 20,6%
Crianças de 0 a 5 anos no total da população: 10,5%
Grupo 6: vulnerabilidade muito alta (aglomerados subnormais urbanos)
População: 1,8 milhão de pessoas
Rendimento médio dos domicílios: R\$ 1.201
Idade média dos responsáveis pelo domicílio: 40 anos
Responsáveis pelo domicílio com menos de 30 anos: 22,6%
Mulheres jovens responsáveis pelo domicílio: 22,7%
Crianças de 0 a 5 anos no total da população: 11,3%
Grupo 7: vulnerabilidade alta (rurais)
População: 400 mil pessoas
Rendimento médio dos domicílios: R\$ 1.054
Idade média dos responsáveis pelo domicílio: 48 anos
Responsáveis pelo domicílio jovens (menos de 30 anos): 13,1%
Mulheres jovens responsáveis pelo domicílio: 13,7%
Crianças de 0 a 5 anos no total da população: 9,2%

Tabela 3: fonte Fundação Seade - IPVS. Disponível em:<http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/pdf/ipvs/principais_resultados.pdf>

**Distribuição dos setores censitários, por porte populacional do município, segundo grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)
Estado de São Paulo – 2010**

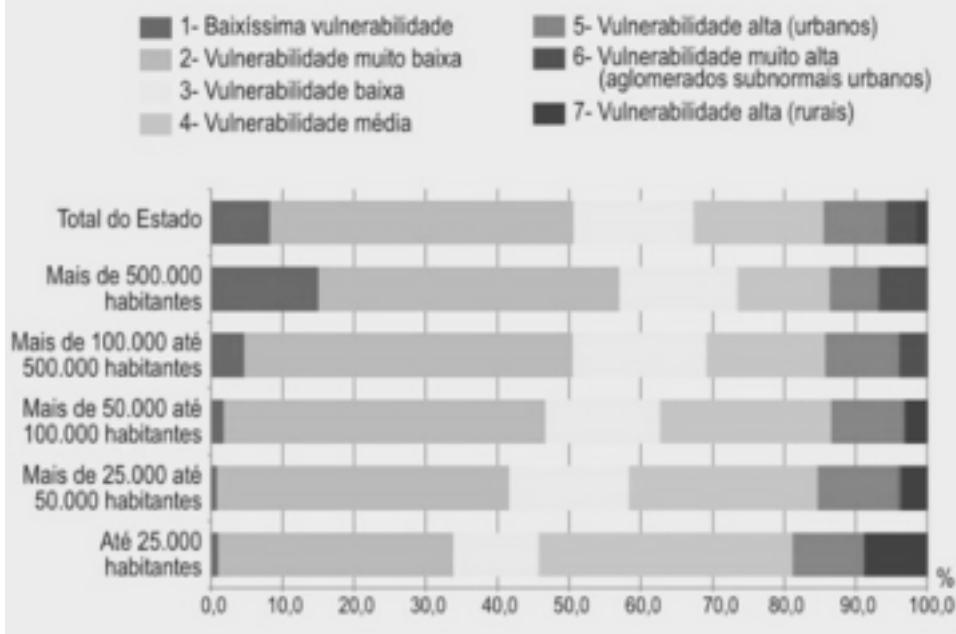


Tabela 4: fonte: Fundação Seade - IPVS. Disponível em:
http://indices-ipvs.al.sp.gov.br/view/pdf/ipvs/principais_resultados.pdf

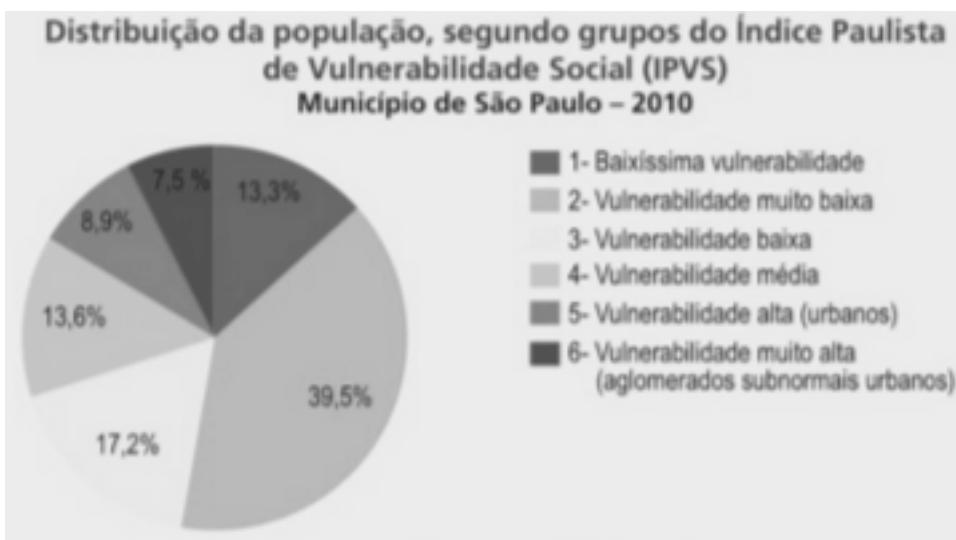
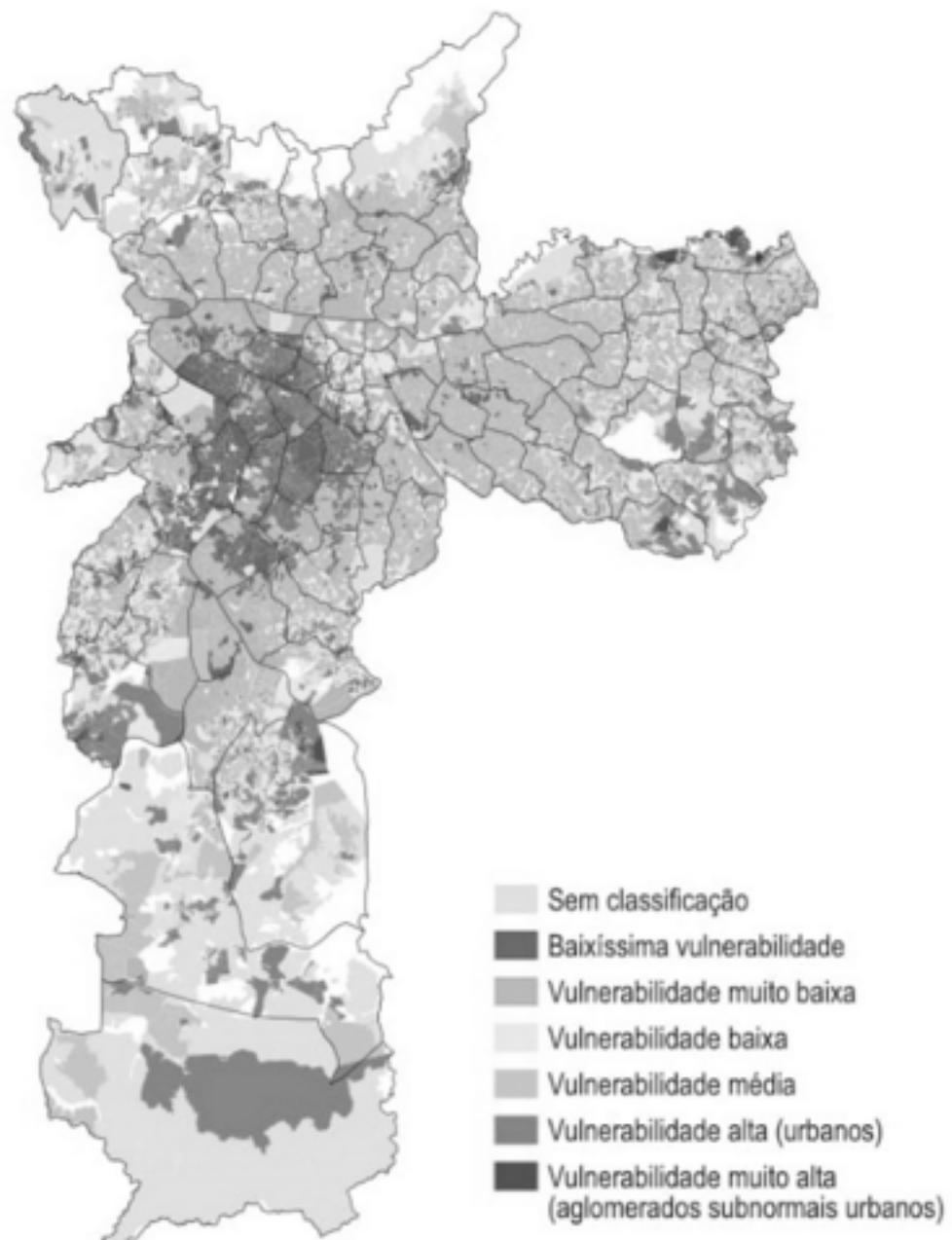


Tabela 5: Fundação Seade - fonte IPVS. Disponível em:
http://indices-ipvs.al.sp.gov.br/view/pdf/ipvs/principais_resultados.pdf

Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) Município de São Paulo – 2010



Mapa 1: Fundação Seade - fonte IPVS. Disponível em:
http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/pdf/ipvs/principais_resultados.pdf

O IPVS, como descrito em sua metodologia, se apoia no conceito de vulnerabilidade social, assim como definido por Kadtman e também tratado por Vignoli e Filgueira:

“Vulnerabilidade social traduz-se na dificuldade no acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade, resultando em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores. As desvantagens com respeito às estruturas de oportunidades resultam em um aumento das situações de desproteção e insegurança, o que põe em relevo os problemas de exclusão e marginalidade.” (VIGNOLI e FILGUEIRA, 2001 apud SILVA, 2007, p.3.)

Ou seja, a vulnerabilidade social aqui descrita não aborda apenas questão de renda, mas também a alinha à situação familiar, acesso a saúde, transporte, infraestrutura, assim como educação.

Sendo assim, dois pontos se destacam nesses principais resultados do IPVS.

Primeiramente, embora, no Município de São Paulo (juntamente com outros municípios com mais de quinhentos mil habitantes), a proporção de vulnerabilidade “baixíssima” e “baixa” se mostre mais elevada em relação ao resto do Estado, por exemplo, nota-se que a vulnerabilidade “muito alta (aglomerados subnormais urbanos)” apresenta também indicadores mais elevados nessa mesma comparação com as demais regiões.

Isso não apenas mostra que em cidades mais populosas do Estado, onde São Paulo se inclui, as condições sociais mais precárias se mostram mais presentes, mas também que a desigualdade, pelo menos ao considerar o modo de análise do IPVS, não só é mais intensa e presente nessas cidades, como, e agora especificamente para São Paulo, se mostra distribuída geograficamente em uma “lógica” de contraste social. O que nos leva ao segundo ponto, que é observar como a “baixíssima vulnerabilidade” se concentra na área central da cidade, enquanto a “vulnerabilidade média” e “alta” se encontram, majoritariamente, nos extremos do Município, nas regiões periféricas.

Esse aspecto já demonstra, de forma resumida, no que se pretende com esse levantamento. Ou seja, a soma de fatores que caracterizam a vulnerabilidade e que simultaneamente intensificam desigualdade social, e como consequência, a deficiência. Mas, de extrema importância, é tentar isolar alguns desses fatores, para assim poder visualizar de que forma podem atuar sobre a condição da deficiência física.

Um fator que reforça a vulnerabilidade para deficientes físicos são os custos de vida diretos ou indiretos que as diversidades funcionais demandam diariamente.

Situação comum é a necessidade de um **cuidador**. Profissional esse que, auxilia nas necessidades básicas diárias, que variam dependendo da individualidade de cada pessoa. Variando também, portanto, a quantidade de horas diárias que a pessoa necessita desse acompanhamento e, por consequência, o custo.

O custo desse serviço⁴ porém, iguala-se, ou mesmo ultrapassa em muitas situações, todo ou grande parte do rendimento dos domicílios em “vulnerabilidade muito alta”, por exemplo.

Considerando que hoje o salário mínimo encontra-se nos R\$954, portanto praticamente o dobro dos R\$510 de 2010 (data do Censo que baseou o IPVS antes mencionado), poderíamos fazer uma projeção otimista de que o Rendimento Domiciliar Médio atual (em contrapartida ao encontrado na Tabela 4), nessa condição social, também dobraria e estaria, portanto, no entorno de R\$2.400. Nessa situação hipotética, pode-se imaginar que, em média, a necessidade de um cuidador dependeria de aproximadamente metade da renda de um domicílio em “vulnerabilidade alta” ou “muito alta”.

Saindo das hipóteses e se aproximando da observação, já se percebe como, em muitos casos, a função do cuidado será feito pela própria família, na maioria das vezes, por mulheres:

⁴ Segundo estas duas fontes, o salário atual de um cuidador aproxima-se de R\$1.200
<<https://www.lovemondays.com.br/salarios/cargo/salario-cuidador-de-criancas-com-necessidades-especiais>>
acesso em 29/11/2018
<<http://www.capacitacaoead.com.br/guia-de-profissoes/profissao-cuidador-de-pessoas-com-necessidades-especiais>> acesso em 29/11/2018

"Uma esfera da vida que contribui de modo especialmente intenso para a desigualdade das mulheres é a do cuidado. As mulheres são, no mundo, as cuidadoras primárias, e geralmente as únicas, de pessoas em condição de extrema dependência: crianças pequenas, idosos e aquelas cujos impedimentos físicos ou mentais as tornam incapazes de ter a relativa (e frequentemente temporária) independência que caracteriza as vidas humanas consideradas normais." (NUSSBAUM, 2010, p. 22).

Dessa forma, os cuidados exercidos pela família acabam também por gerar acúmulo de funções, restringindo, inevitavelmente, a liberdade, seja da pessoa com deficiência, seja do familiar ou profissional que exerce a função do cuidado. Função essa, que demanda tempo, e que, principalmente em situações de vulnerabilidade social, como antes descrito, com familiares exercendo o papel e raramente remunerado:

"As cuidadoras demonstram em seus relatos a convivência com a pessoa deficiente, dão exemplos dos tipos de necessidades cotidianas apresentadas pelos impedimentos corporais e reportam os desafios impostos pela dificuldade de cuidar de alguém com deficiência quando não se conta com o apoio de políticas públicas.

[...]

Algumas cuidadoras enfrentam o desafio de conciliação entre trabalho remunerado fora do lar e cuidado do deficiente. Em razão do trabalho, são frequentes as situações de pessoas que trancam as pessoas com deficiência em casa ou os deixam sob responsabilidade de vizinhos."

(GUIMARÃES, 2010, p.212)

Os custos de vida da pessoa com deficiência física se expandem também em **órteses e próteses**, assim como **cadeiras de rodas**, manuais ou motorizadas.

Esses equipamentos, necessidades básicas para a independência de muitos indivíduos, têm um custo majoritariamente alto.

Em um pequeno levantamento com as cadeiras manuais mais comumente encontradas, como a Ágil Jaguaribe, o preço chega facilmente à R\$1.5000 ou R\$2.000. Este modelo

básico de cadeira, porém, com frequência não atende a todas as necessidades, por muitas vezes ser de mais difícil condução pelo próprio cadeirante, quando este consegue manuseá-la sozinho (por não ser de um material muito leve e possuir características como um centro de gravidade deslocado para frente, o que dificulta manobras para subir ou descer degraus, por exemplo) ou mesmo por não ter alguns atributos, como ser reclinável ou possuir apoio para a cabeça (o que é indispensável para outras pessoas).

Ao adicionar alguns desses elementos, esses equipamentos podem facilmente ultrapassar a faixa dos R\$2.500. E ao se observar as cadeiras mais leves e compactas, que permitem, para algumas pessoas, uma maior liberdade de locomoção (e que deve ser visto aqui como uma necessidade e não uma opção), os preços chegam rapidamente aos R\$3.000.

Já cadeiras motorizadas, que muitas vezes se mostram essenciais para garantir independência para muitos indivíduos, um modelo visto com frequência atualmente, a B400 da Ottobock, fica no entorno dos R\$8.000.

É importante destacar que não apenas a aquisição de uma cadeira pode ser dispendiosa, caso necessário. Mas também sua manutenção. Baterias, muito necessárias e com uma troca constante que pode variar de um a dois anos, tem um custo entre R\$600 e R\$2.000, dependendo da cadeira e do local de compra.

Para essa situação, entra uma variável importantíssima na tentativa de equilibrar questões socioeconômicas na deficiência: as políticas públicas. Esses equipamentos podem, por exemplo, ser adquiridos através do SUS gratuitamente por usuários do Sistema. A manutenção, necessária regularmente e também custosa, está atualmente incluída no Plano Nacional dos Direitos à Pessoa com Deficiência, o “**Viver Sem Limites**”⁵.

Contribuição importante para assegurar essa necessidade básica e dispendiosa.

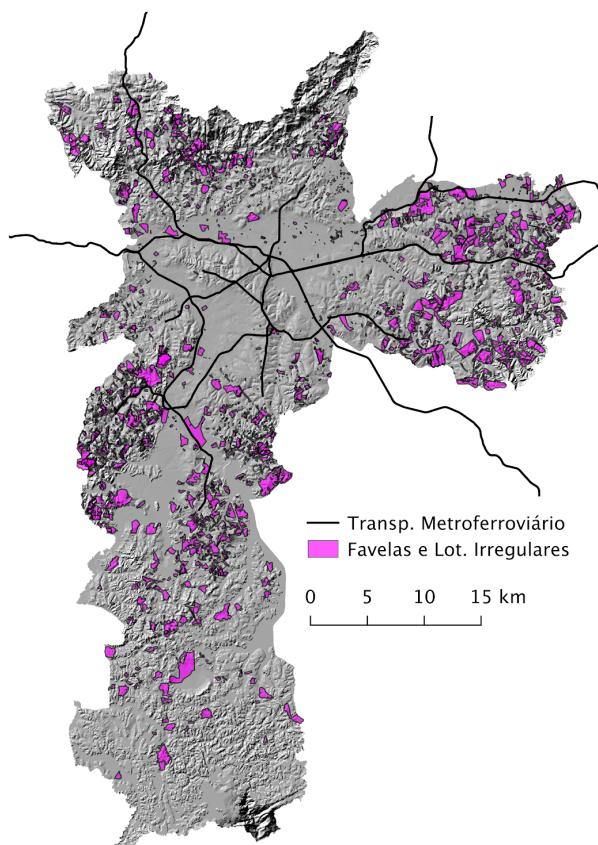
Considero necessário, porém, levantar uma questão de conexão com a Habitação e Mobilidade. Adquirir uma cadeira de rodas motorizada pelo SUS depende muito da situação de moradia e arredores. Mesmo sendo de necessidade real para a livre

⁵ Disponível em: <<http://procuradaela.org.br/pro/como-conseguir-cadeira-de-rodas-pelo-sus/>>; <http://bvsmgs.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/1993/prt0116_09_09_1993.html> e <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_0.pdf>

locomoção de uma pessoa, se esta morar em um local de difícil acesso (como escadas, sem a possibilidade de alternativa de caminho para acessar a residência) para uma cadeira pesada como as motorizadas, ela não será oferecida por conta dos riscos que trará com o uso na localidade da habitação.

Isso significa que, situações comuns em áreas de maior declividade e terrenos mais acidentados, onde escadaria, por exemplo, são soluções urbanísticas mais frequentes, a possibilidade de um morador com impedimentos corporais não ter uma cadeira motorizada disponibilizada pelo SUS, é maior. Justamente em uma região da cidade, onde o auxílio de um equipamento assim traria resultados ainda mais significativos.

Mas não apenas isso, pois se confrontarmos dados socioeconômicos com a formação geológica do município de São Paulo, percebemos o modo como coincidem vulnerabilidades sociais (nesse caso, acesso ao transporte público e habitação) com o relevo mais irregular, como pode ser visto no **Mapa 2**.



Mapa 2: Transporte e Habitação em relação ao Relevo no Município de São Paulo. Fonte: Geosampa.

Ou seja, os casos, nos quais a cadeira motorizada ganha valor mais significativo para uma locomoção com maior liberdade, acabam por coincidir com a maior probabilidade de a cadeira não ser disponibilizada gratuitamente; e de a pessoa não ter condições de adquirir uma cadeira adequada com recursos próprios.

Exemplo aqui, portanto, de como as dificuldades se acumulam, inclusive restringindo direitos conquistados para sanar um aspecto da desigualdade.

Outra política pública que busca diminuir as disparidades sociais é o **Benefício de Prestação Continuada**⁶. O BPC auxilia em âmbito nacional, como definido pelo Ministério do Desenvolvimento Social,

“à pessoa com deficiência de qualquer idade com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos), que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas [...] (sendo necessário) que a renda por pessoa do grupo familiar seja menor que 1/4 do salário-mínimo vigente⁷”. (INSS, 2018⁸)

Dentro dessas condições, após avaliação médica, o beneficiário terá direito ao auxílio de um salário mínimo, o que é de clara e altíssima importância, mas ainda deixa de amparar casos de uma faixa em situação social precária, mas que não estão contemplados em lei. Para se ter uma ideia, como consta na referência acima, a renda por pessoa, na família deve ser menor do que 1/4 de salário mínimo e não igual ou menor. O que configura uma situação mais provável de uma família de cinco indivíduos, na qual apenas uma receba um salário mínimo, para que o Benefício seja aceito. (PENALVA, DINIZ, MEDEIROS, 2010)

⁶ Disponível em:
<https://brasil.estadao.com.br/blogs/vencer-limites/quem-cuida-de-parente-idoso-ou-com-deficiencia-pode-receber-beneficio-em-dinheiro/>

⁷ O BPC destina-se também a idosos acima de 65 anos.

⁸ Disponível em: [https://www.inss.gov.br/beneficos/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc/](https://www.inss.gov.br/beneficios/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc/)

Isso agrava ainda mais a situação expressa em *Política Assistencial, Orçamento e Justiça no Benefício de Prestação Continuada*:

“O valor do patamar de renda, no entanto, não possui fundamentação razoável. Se o valor do salário mínimo tentasse replicar o necessário para assegurar o sustento de uma família, o critério de um quarto de salário mínimo *per capita* seria incorreto. As linhas de pobreza brasileiras usadas para monitoramento e pesquisa são todas superiores a esse montante, ou seja, o BPC não é atualmente um benefício para pessoas pobres, mas para pessoas extremamente pobres.”

(PENALVA, DINIZ, MEDEIROS, 2010, p.75)

Levando-se em conta a faixa econômica da população que é contemplada pelo Benefício e a função do valor de um salário mínimo que é destinado a essas pessoas, e a importância que tem para o auxílio das camadas mais pobres, necessita-se de um sistema que observe essa situação na elegibilidade de um indivíduo ao BPC. Ou seja, é necessário entender exatamente o que se configura como deficiência para que essa política atenda adequadamente a população para a qual é destinada.

Anteriormente a análise dos casos era feita através da **Classificação Internacional de Doenças (CID)**. O que acabava por avaliar o perfil do indivíduo por uma visão estritamente médica, além do pré-requisito de um quarto de salário mínimo.

O enfoque exclusivo da patologia desconsiderava a situação social na qual a pessoa com deficiência estava inserida, deslegitimando, dentro desse raciocínio, a elegibilidade de pessoas, às quais o ambiente, físico e social, exerce grande influência na autonomia. Ou seja, dentro da definição do Ministério do Desenvolvimento Social, impossibilitando “de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas”, criando exclusão.

Nesse sentido, a utilização atual da **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)**, em substituição ao CID, permite uma melhor e mais precisa avaliação desses casos, incluindo os fatores e influências sociais.

“O modo de classificar a deficiência, tendo como diretrizes as concepções da CIF, foi adotado em 2007 pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), que regulamenta o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas pobres com deficiência. A tendência é que a CIF seja utilizada por várias outras políticas públicas no Brasil. Catalogar quem é o grupo alvo de políticas públicas é um desafio constante e uma das limitações que o Ministério Público encontra, pois sua intervenção perpassa o reconhecimento legislativo de quem é deficiente. Em muitos atendimentos realizados pelo Ministério Público, observou-se que várias pessoas com impedimentos corporais, que sofrem discriminação e exclusão pelo corpo, não podem ter acesso a direitos exclusivos das pessoas com deficiência, como passe livre, desconto na compra de veículos e acesso a vagas em empresas privadas, pois não se inserem nos parâmetros legais de deficiência. Há expectativas de que situações como essas sejam alteradas pela adoção da CIF e da convenção como parâmetros para orientar as políticas públicas brasileiras.”
(GUIMARÃES, 2010, p.209)

Embora estejam incluídas essas variáveis, o modo como o CIF é utilizado para o BPC, hoje, ainda dá peso demasiado alto à visão médica da deficiência. Porém demonstra um bom rumo para o desenvolvimento e distribuição do Benefício, como é comentado em *Deficiência e Igualdade: o desafio da proteção social*:

“Ao que parece, o modelo da CIF ainda favorece que a experiência da deficiência seja avaliada em termos de saúde mais do que em termos sociais, mas seguramente essa adoção representou um passo adiante para a compreensão mais justa de o que vem a ser deficiência em geral”

(MEDEIROS, DINIZ, BARBOSA, 2010, p.16)

O direcionamento nesse sentido pode ser visto dentro de um dos programas de políticas públicas direcionadas à pessoa com deficiência, o São Paulo Mais Inclusiva, com o **Plano Municipal de Ações Articuladas** para as pessoas com deficiência da Cidade de

São Paulo, que tem como meta capacitar 3000 profissionais de saúde para utilização da Classificação Internacional de Funcionalidade⁹.

De modo geral, percebe-se como as questões socioeconômicas somam-se aos impedimentos corporais, intensificando as barreiras físicas e sociais que influenciam o conceito de deficiência. A possibilidade de independência e autonomia fica consideravelmente afetada em situações de vulnerabilidade social, que como pôde ser visto, está associado a regiões periféricas da cidade de São Paulo.

De forma semelhante, o aspecto **habitacional** ~~l~~caba por intensificar os fatores que definem, no modo como se tenta entender hoje, a deficiência.

Para focar na camada social que mais se depara com impedimentos quando se pensa em habitação, pela mesma lógica de entender a deficiência como, além das questões físicas individuais, o modo como o entorno, o ambiente e sociedade intensificam essa exclusão, a primeira atenção foi dada aos aglomerados subnormais.

⁹ [PDF online] Disponível em:
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/pessoa_com_deficiencia/SP_Mais_Inclusiva_70_acoes_final.pdf>

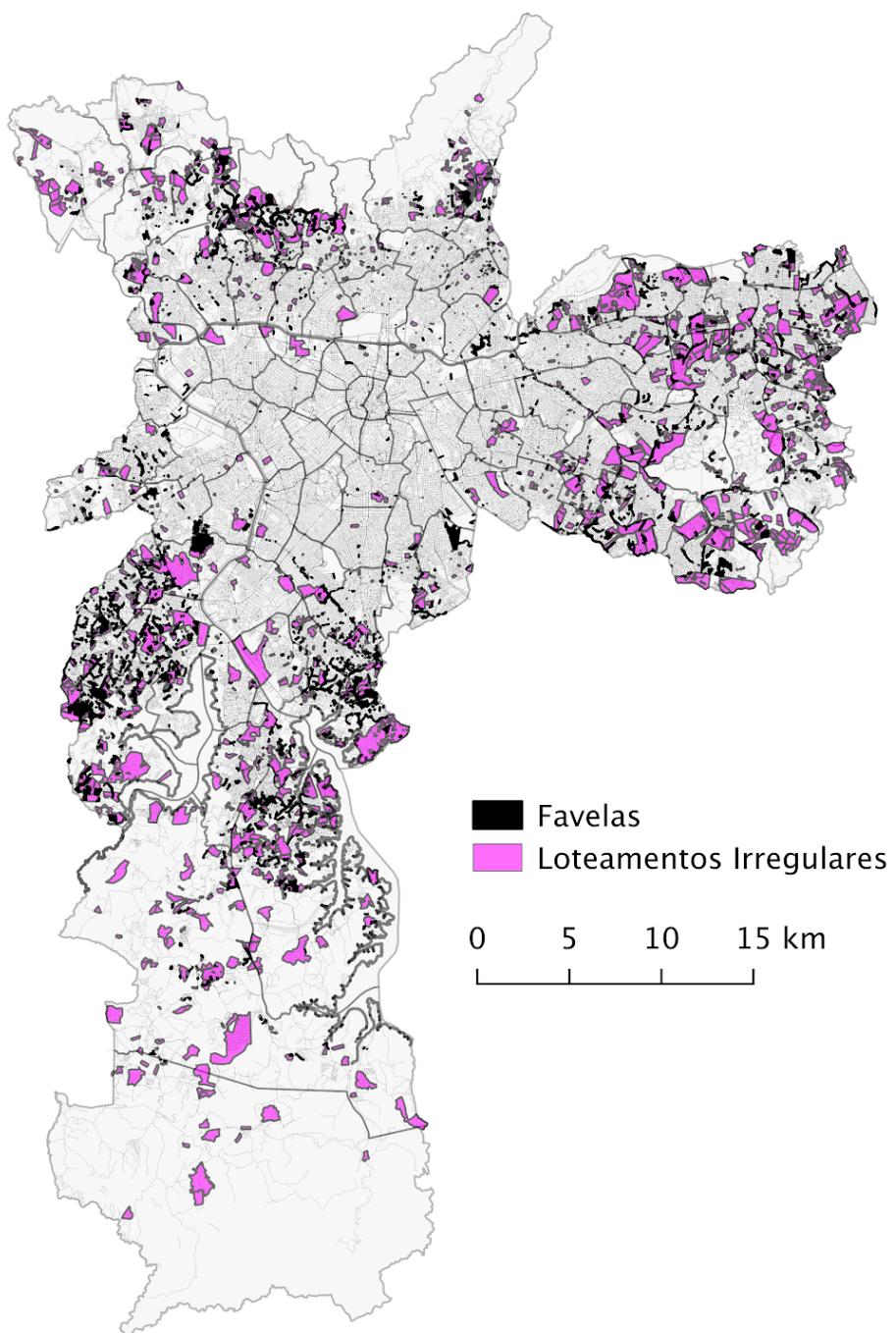
BREVES NOTAS SOBRE OS LIMITES DO ATENDIMENTO HABITACIONAL

Aglomerados subnormais são áreas conhecidas ao longo do país por diversos nomes, como favela, comunidade, grotão, vila, mocambo, entre outros (IBGE, 2010). Situações de moradia de configurações, locações e modos de construção dos mais diversos, em áreas muitas vezes **desprovidas de infraestrutura adequada**, como saneamento, iluminação, acessos (como à cultura, lazer, emprego e educação) e que podem estar localizada inclusive em áreas de risco de deslizamento ou inundação.

Em âmbito nacional, 59,3% da população residente em aglomerados subnormais (6.780.071 pessoas) estão concentrados nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, de Belém, de Salvador e de Recife. (Censo 2010: Aglomerados Subnormais - Primeiros Resultados. IBGE, 2011). Segundo a Tabela 6, da população da Região Metropolitana de São Paulo, 11% é residente dessa classificação de moradia.

Região Metropolitana	Total de população residente	População residente em aglomerados subnormais	População residente nas áreas urbanas regulares	Proporção entre os domicílios em aglomerados subnormais da RM e o total nacional
RM São Paulo	19 611 862	2 162 368	17 449 494	18,9
RM Rio de Janeiro	11 793 174	1 702 073	10 091 101	14,9
RM Belém	2 097 287	1 131 268	966 019	9,9
RM Salvador	3 564 343	931 662	2 632 681	8,2
RM Recife	3 676 067	852 700	2 823 367	7,5

Tabela 6: Aglomerados Subnormais. Fonte: Aglomerados Subnormais: Informações Territoriais. [PDF online] Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>>



Mapa 3: Favelas e Loteamentos Irregulares no Município de São Paulo. Fonte: Geosampa.

Observando o **Mapa 2**, podemos perceber como essa evidência da questão da habitação se mostra presente (assim como nas condições socioeconômicas previamente descritas) principalmente nas áreas periféricas do Município. Já as áreas ocupadas por aglomerados subnormais em regiões mais centrais, segundo estudo do IBGE, são menores, *mais difusas e mais densas, [com] padrões espaciais diversos ao longo da RMSP [Região Metropolitana de São Paulo]* (IBGE, 2010).

Domicílios particulares ocupados e população residente em domicílios particulares ocupados, total e em aglomerados subnormais, e número de aglomerados subnormais, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e os municípios - 2010					
Grandes Regiões, Unidades da Federação e municípios	Domicílios particulares ocupados		População residente em domicílios particulares ocupados		Número de aglomerados subnormais
	Total	Em aglomerados subnormais	Total	Em aglomerados subnormais	
Brasil	57 427 999	3 224 529	190 072 903	11 425 644	6 329
Sudeste	25 227 877	1 607 375	79 990 551	5 580 869	3 954
São Paulo (estado)	12 838 561	748 801	41 033 567	2 715 067	2 087
São Paulo	3 576 864	355 756	11 216 559	1 280 400	1 020

Tabela 7: Fonte: Aglomerados Subnormais: Informações Territoriais. [PDF online] Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>>

Já a **Tabela 7** dá uma ideia de como, tanto no geral quanto proporcionalmente com o País, Região e Estado, o Município de São Paulo possui um número expressivo de pessoas morando nessas condições (11,4% da população residente em domicílios particulares).

Como reação ao problema de habitação no Brasil, o **Programa Minha Casa Minha Vida**, iniciado em 2009, tem, ainda hoje, o objetivo de sanar a falta de moradia.

“Com significativos fundos e facilitação de crédito, o programa beneficia o mercado de renda média, mas também, pela primeira vez nessa escala, a classe de renda muito baixa, abaixo de 3 salários mínimos, oferecendo nesse caso importantes e inéditos subsídios.” (FERREIRA, 2015, p.1)

A produção habitacional ganhou escala industrial (SANTO AMORE, 2015) e passou a atender também os indivíduos e famílias em pior situação socioeconômica, mas seu efeito dentro da cidade acabou por reafirmar as questões existentes e intensificar o processo de afastamento da população de baixa renda para as periferias.

“O Programa fazia uma leitura bastante simplificada do problema habitacional, reduzindo a política à produção de unidades novas, a cargo de construtoras privadas que, obedecendo aos requisitos mínimos, ficaram encarregadas de comprar os terrenos e desenvolver os empreendimentos”
(SANTO AMORE, 2015, apud ROLNIK, 2018, p.295¹⁰)

“Se o programa passou a atingir uma camada da população que historicamente não era atendida pelas iniciativas federais na área habitacional, não chegou a interferir no lugar tradicionalmente ocupado por ela nas cidades, reproduzindo o padrão periférico”
(ROLNIK, 2018, p.296)

¹⁰ In: ROLNIK, Raquel. Os invisíveis da cidade e os muros que os confinam. In: Muros de ar: Pavilhão do Brasil 2018, Catálogo de Exposição. São Paulo : Bienal de São Paulo, 2018.

“[...]o governo vem promovendo uma produção habitacional quantitativamente consistente, porém urbanisticamente deplorável. Na prática, o programa acentua o processo de segregação dos mais pobres em conjuntos periféricos e estigmatizados [...] Nas regiões metropolitanas, o programa vem acentuando o processo de espraiamento urbano: a simples possibilidade de aquisição para um empreendimento do programa faz explodir os preços fundiários, fazendo com que até mesmo os conjuntos para faixas de renda média sejam lançados cada vez mais longe.” (FERREIRA, 2015, p.6)

Um exemplo dado no texto de Rolnik (2018) tem a zona Oeste do Rio de Janeiro como caso, mas ilustra bem para diversos casos, na situação de uma moradora de um dos conjuntos do Minha Casa Minha Vida, que ao se mudar para a nova moradia, mais distante do local de trabalho, perdeu o emprego por considerarem que o custo da passagem ficaria mais cara, já que nessa nova condição ela necessitaria de três ônibus diferentes para chegar ao seu destino. Situação essa que acaba por tensionar o aspecto social e habitacional, como costuma acontecer em situações de vulnerabilidade (e que se estende à deficiência), num círculo vicioso de precariedade.

Além disso, já levanta problemáticas para outro aspecto que se funde às questões sociais e de habitação: a mobilidade, que será tratada mais à frente.

No mesmo texto, outra situação que influencia a renda do morador é exemplificada, na qual custos para se habitar nesses empreendimentos influenciam drasticamente a renda dessa população:

“As entrevistas realizadas com moradores do MCMV em cidades do estado de São Paulo demonstraram que, embora o peso da prestação [da moradia] não seja relevante em relação à renda, quando se adiciona o valor da taxa condominial, o comprometimento médio já dá um primeiro salto, passando para quase 40% da renda, na Faixa 1 [de até R\$1.800 de renda familiar]”

(ROLNIK, 2018, p.296)

Outras possibilidades de melhoria na condição de moradia seriam, em uma opção, o aproveitamento das áreas desocupadas e prédios ociosos da área central, mais estruturada, da cidade. Segundo Bonduki (2018, p.1), o *descaso das três esferas políticas de governo na implementação de uma política de habitação nas áreas centrais, [...] tornam as ocupações de prédios ociosos a única possibilidade da população de baixa renda morar na região.*

De forma semelhante, Ferreira (2015), coloca a importância de aproximar a moradia para população mais pobre da área mais provida de infraestrutura, equipamentos e serviços da cidade. Ideal esse que, não apenas enfrenta o fator de vulnerabilidade, mas também o de estigmatização antes mencionado pelo autor, levando a camada mais pobre da sociedade a existir na região central não mais quase que apenas em ocupações irregulares, como comentado por Bonduki:

“Dar moradia não significa apenas dar teto, mas sim dar “cidade”, com tudo que isso implica: mobilidade, acesso ao comércio, aos empregos, a equipamentos e serviços, espaços públicos de qualidade, etc. Como é quase impossível, e extremamente custoso, garantir essa equação urbana em bairros distantes e desprovidos de tudo, onde geralmente se localizam os conjuntos para os mais pobres, há na prática somente uma solução: enfrentar o que Ermínia Maricato chamou precisamente de “nó da terra”, dando acesso aos mais pobres à terra urbanizada NA cidade. Ou seja, resolver “de verdade” o problema da habitação

significaria tornar nossas cidades democráticas, alterando radicalmente sua lógica de produzir segregação, desigualdade e intolerância.”
(FERREIRA, 2015, p.5)

Em relação a isso, especificamente no município de São Paulo, o **Plano Diretor Estratégico (PDE)** tenta trazer melhorias. O Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB), destina 30% (sendo, praticamente, um terço desse valor direcionado estritamente para faixa 1) de todo seu recurso arrecadado pela Outorga Onerosa (pagamento de contrapartida financeira por parte do empreendedor que decidir edificar além do coeficiente básico, equivalente a 1x, até o potencial construtivo máximo definido para cada região) para “aquisição de imóveis bem localizados, onde há empregos e infraestrutura, e para subsídios aos programas de produção habitacional”¹¹ de Interesse Social dentro das ZEIS.

Além disso, a Cota de Solidariedade determina que “todo empreendimento maior que 20.000m² deve doar o correspondente a 10% de sua área construída para produção de HIS ou aquisição de terrenos”¹². O que demonstra um esforço, com esses instrumentos, de se possibilitar a produção de habitação para as camadas mais pobres da sociedade em regiões com maior acesso e infraestrutura, ou mesmo, de se levar essa infraestrutura à periferia.

Ainda em relação à habitação, e num olhar mais estritamente voltado a acessibilidade e deficiência (embora, como vem sendo colocado, todas as questões sociais aqui mencionadas afetem e intensifiquem as barreiras para a deficiência no modo no qual o conceito é utilizado neste trabalho), é importante mencionar que, para projetos do PMCMV, há claras regulamentações para garantir a adequação de novos empreendimentos para moradores, independente da faixa para a qual são destinados.

¹¹ Disponível em:
<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Plano-Diretor-Estrat%C3%A9gico-Ley-n%C2%BA-16.050-de-31-de-julho-de-2014-Texto-da-lei-ilustrado.pdf>

¹² Disponível em:
<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Plano-Diretor-Estrat%C3%A9gico-Ley-n%C2%BA-16.050-de-31-de-julho-de-2014-Texto-da-lei-ilustrado.pdf>

Define-se que deve-se promover “condições de acessibilidade a todas as áreas públicas e de uso comum, bem como disponibilidade de unidades adaptáveis ao uso por pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida e idosas, de acordo com a demanda e com a legislação específica”¹³. A adequação desses espaços deve ser garantida através das diretrizes e especificações da NBR9050, com rotas acessíveis que possibilitam o pleno deslocamento nos espaços interiores ao condomínio. Em relação às áreas públicas, “calçadas, passeios e vias exclusivas de pedestres [também respeitando a NBR9050], devem incorporar faixa livre com largura mínima recomendável de 1,50 m, sendo o mínimo admissível de 1,20 m e altura livre mínima de 2,10 m”¹⁴ e sem obstáculos nesse trajeto, fora a previsão em norma de guias rebaixadas, sinalização de piso tátil, entre outros.

Em relação às unidades habitacionais, e especificamente para a Faixa 1, todas devem ser adaptáveis, ou seja, o projeto deve permitir que as unidades sejam adequadas a pessoas com impedimentos corporais. Todos os demais empreendimentos devem ter 3% de casas adaptadas para moradores com deficiência e/ou mobilidade reduzida.¹⁵ Para as unidades adaptáveis, existem *kits* preestabelecidos a serem instalados conforme a necessidade, como: puxador horizontal na porta do banheiro; barras de apoio junto à bacia sanitária; banco articulado para banho; bancada de cozinha instalada a 85 cm com altura livre inferior de 73 cm; interruptores, campainha e interfone (quando na parede), instalados 80 cm do piso acabado (ou outra altura indicada pela pessoa com nanismo).

Todas essas especificações buscam garantir a acessibilidade dentro dos empreendimentos, das unidades, o que é de extrema importância para assegurar, mesmo que em uma parte específica do cotidiano, a liberdade e autonomia da pessoa com deficiência. Mas existem também preocupações que vão além disso, como garantir que haja oferta de transporte público para as habitações¹⁶, ou, seguindo as questões

¹³ Disponível em: <http://www.cohapar.pr.gov.br/arquivos/File/Portal_de_Programas/Portaria_FAR_114.pdf>

¹⁴ Disponível em:

<<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/ESPECIFICACOESMCVMEMPREENDIMENTOS.pdf>>

¹⁵ Disponível em:

<<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/05/habitacoes-financiadas-com-recursos-publicos-ganham-regras-de-acessibilidade>>

¹⁶ Disponível em:

<<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/ESPECIFICACOESMCVMEMPREENDIMENTOS.pdf>>

anteriormente comentadas, estar dentro da malha urbana ou da área de expansão, desde que criadas a menos de dois anos.¹⁷

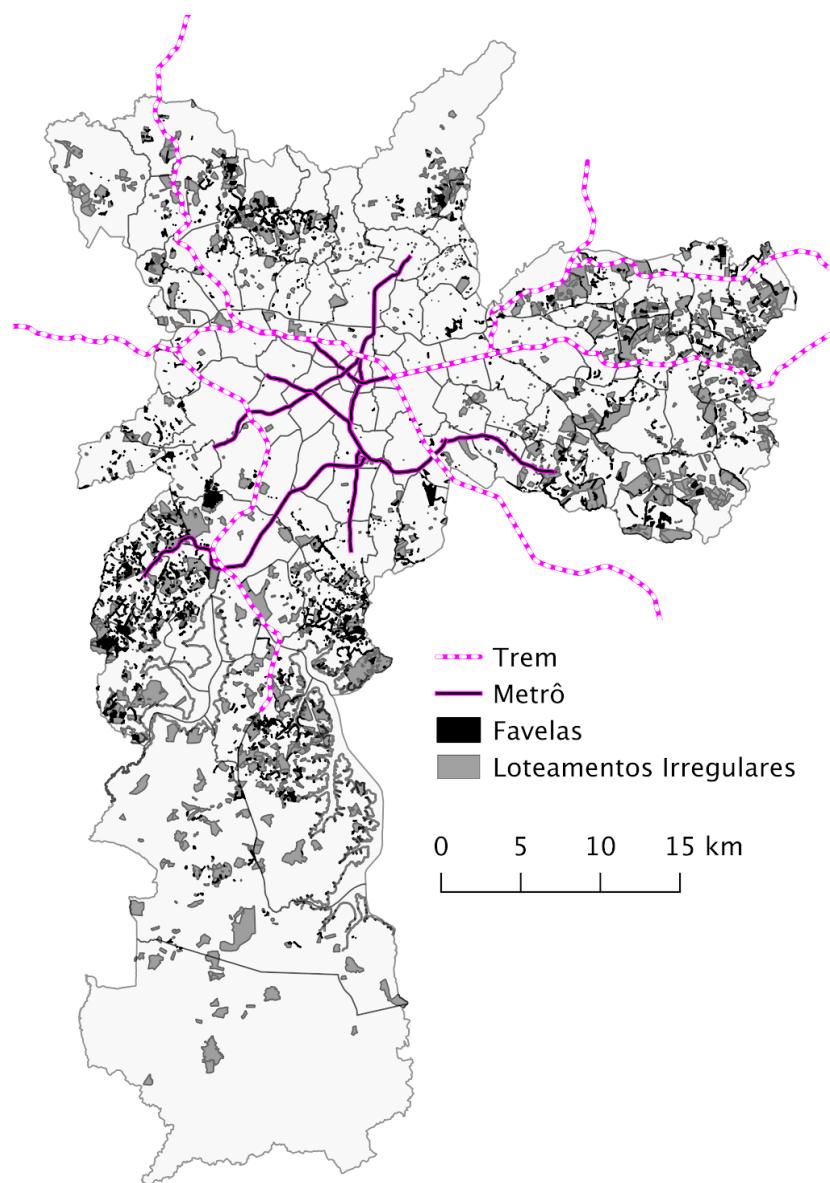
Porém, se entende que tais diretrizes podem não ser suficientes para garantir uma condição de inclusão social para os moradores desses empreendimentos. Ainda mais se considerarmos o indivíduo com restrições motoras, já que a qualidade da infraestrutura, equipamentos e serviços da região na qual a habitação se insere na malha urbana ou mesmo do transporte, podem não se apresentar com características suficientes para possibilitar inclusão e o acesso a cidade.

Para observar um pouco mais essa questão, levantar alguns aspectos da mobilidade no município de São Paulo se mostra de grande importância.

¹⁷ Disponível em:
http://www.editoramagister.com/legis_27125720_PORTARIA_N_146_DE_26_DE_ABRIL_DE_2016.aspx

BREVES NOTAS SOBRE A CONDIÇÃO DE ACESSO E MOBILIDADE

A mobilidade urbana tem enorme função de estruturar a cidade. O modo como o transporte se dispõe para a população diz muito sobre a preocupação política com o acesso e o direito à essa cidade.



Mapa 4: Transporte e Habitação no Município de São Paulo. Fonte: Geosampa.

De forma geral, se observado o sistema de transporte sobre trilhos (metrô e trem urbano), logo percebemos a repetição do padrão descrito anteriormente. A periferia se mostra desprovida novamente de estrutura que lhe permita o usufruto do espaço urbano. Mais do que isso, além da escassez, a maneira como esse modo chega às áreas periféricas demonstra uma *inadequação do caráter radial da atual rede de transporte coletivo metroferroviária para atender ao grande número de viagens perimetrais* (Nigriello, 2014), mostrando que esse modo de transporte em massa busca apenas suprir as necessidades mínimas de viagens e pessoas ao centro, deixando clara a função dormitório das áreas periféricas. O que também evidencia a situação dessa população que, com renda média familiar entre R\$ 760,00 e R\$ 3.040,00¹⁸ (em grande parte localizada fora do “centro expandido”), [têm] deslocamentos de 67 minutos, em média, utilizando transporte coletivo (Nigriello, 2014), e sem a facilidade de acessar as áreas periféricas vizinhas.

Esse aspecto leva a dois pontos a se abordar. O primeiro, o fator **tempo**, tão organizador e de mecanismo da manutenção da heterogeneidade social, da desigualdade da cidade, quanto o espaço, como expresso por Karina Leitão:

“O tema da mobilidade nos remete não só a seu caráter espacial, mas sobretudo à sua dimensão temporal, explorada no Brasil com originalidade por Villaça [...], que entende a disputa pelos tempos de deslocamento como o mais importante fator explicativo da organização do espaço urbano e do papel deste na dominação social que se processa por meio dele”(LEITÃO, 2016, p.36)

O segundo ponto, também citado por Karina Leitão *a tradição permanente reiterada no Brasil (...), de incentivo ao paradigma rodoviário* que mesmo sabidamente predatório é reiterado historicamente. Fagnani(2016) soma a isso ao colocar a gravidade de reduzir-se a participação relativa dos meios coletivos no total das viagens motorizadas, indicando, além disso, que dentro dos meios coletivos, a supremacia do ônibus era absoluta [em 2007] (78,2% do total de viagens), comparado aos 16,0% do metrô e 5,9% do trem urbano.

¹⁸ Números da pesquisa de Andreina Nigriello de 2014.

No município de São Paulo, não apenas pela *facilidade de financiamento na compra de automóveis* (Nigriello, 2014), mas pela soma de todos os fatores anteriormente mencionados para o transporte público (buscar diminuir o tempo de viagem, acessar as regiões periféricas vizinhas que são destino desejado, segundo pesquisa origem destino), houve um aumento considerável no uso de automóveis também nas regiões menos centrais do município. O que apenas confirma como o rodoviário vai se reafirmando, e as estruturas de mobilidade vão moldando socialmente o espaço e o tempo da população, desvalorizando, novamente, quem se encontra na periferia.

Sobretudo, no caso da deficiência física, essas configurações acabam por se tornar nova sobreposição de barreira para o acesso e usufruto da cidade. Exemplo disso é o caminho encontrado pela população afastada do “centro expandido” para diminuir os tempos de viagem: o **automóvel**. Meio de transporte que, em muitos casos, não permite o uso de forma independente por parte da pessoa com impedimentos corporais.

Importante citar que, nos casos onde o automóvel pode ser utilizado autonomamente pela pessoa com deficiência (com possibilidade de adaptação para alguns casos, tornando possível a independência na sua utilização), ou mesmo nos casos em que os impedimentos corporais não permitem outra alternativa de locomoção (havendo, então um acompanhante para guiar o carro que pode ser também adaptado) a **isenção do IPVA¹⁹** se coloca como uma política ainda mais importante, sem o caráter paliativo que tem para os outros casos, nos quais a isenção do imposto para esses veículos se coloca como uma alternativa para impossibilidade de acesso através do transporte público e intensificada pelas questões antes mencionadas.

Levando em conta, porém, o aspecto geral da pesquisa, no qual busca-se um entendimento sobre a situação do acesso à educação, o uso do transporte individual de forma independente ficaria na maior parte das vezes fora de questão. Assim como o uso

¹⁹ Disponível em: <<https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/ipva/Paginas/gu-isencao-deficiente-fisico.aspx>> acesso em 27/11/2018

do automóvel por pais ou responsáveis para levar o filho a escola, assim como a importância do benefício de isenção do IPVA, ganharia, aqui, nova relevância.

O sentido que se pretende, contudo, aproxima-se da busca por autonomia. Como colocado por Fátima Lauria Pires:

Enquanto algumas pessoas são livres para escolher seus padrões de deslocamento, a maioria da população urbana vive em condições restritivas e inefficientes de mobilidade, consequência da concentração de investimentos em estruturas que privilegiam o deslocamento de automóveis em vez do transporte público (PIRES, 2010, p.230)

A questão do transporte público (ônibus, trem ou metrô), junto à **microacessibilidade** (na adequação de calçadas, inclusive para a possibilidade de se acessar a escola a pé, pontos de ônibus e estações de trem e metrô), e a oferta de escolas associadas a um sistema de mobilidade de modo geral (por transporte público ou a pé), no sentido de acessibilidade e inclusão, tem um significado importantíssimo para permitir esse acesso, essa independência, convívio social e aprendizagem.

Aqui vale colocar a importância do **Bilhete Único Especial - Pessoa com Deficiência**²⁰, que permite o transporte gratuito no Município de São Paulo. A gratuidade do transporte público para pessoas com deficiência não está diretamente ligada à legislação federal. Cada município define as leis que delinearão o modo como esse direito se estabelecerá. No caso de São Paulo, isso ocorre através de avaliação médica realizada por profissionais das unidades do Sistema Único de Saúde (PIRES, 2010), que definirão, por uma análise biomédica regida pela CID, não vinculadas a questões de renda, ou seja, ampliando o direito para toda a população que estiver dentro dos conceitos de

²⁰ Disponível em: <<http://www.sptrans.com.br/Deficiente/>> acesso em: 27/11/2018

deficiência determinadas pela Classificação Internacional de Doenças²¹, o que pode ser visto como positivo na compensação das barreiras sociais por quem está inserido nas categorias estabelecidas por essa Classificação, mas que exclui quem ali não se encontra, porém vivencia a deficiência na soma dos fatores físicos, estruturais e sociais que a intensificam.

A questão da mobilidade, como já comentado antes, adentra na maioria das vezes as relações de dependência da pessoa com deficiência, e nesse caso, se confirmada a especificidade na avaliação médica do SUS, o acompanhante receberá igualmente o direito de gratuidade juntamente com quem acompanha. Além disso, o bilhete está vinculado apenas à pessoa com deficiência, o que proporciona a liberdade de que não seja sempre a mesma pessoa a acompanhar.

Muito importante, também, levando em conta o olhar sobre a educação que aqui se pretende, vale citar que para crianças com deficiência, de até 12 anos, é concedida, [em São Paulo], automaticamente à acompanhante o direito de não pagar a tarifa (PIRES, 2010). Significativo detalhe que cobre um relevante período de idade escolar que tem potencial de sobrepôr fatores de dependência, aqui entendidos como o da idade e da deficiência, e que podem amenizar situações de desvalorização do cuidado, como mencionado nas questões socioeconômicas.

Outro benefício importantíssimo que hoje assegura a locomoção de muitos deficientes físicos é o **Serviço Atende**. Nas situações aqui expostas, da quantidade de barreiras que se acumulam, em especial para a população de baixa renda moradora da periferia da cidade, um serviço de transporte gratuito, porta a porta, ou seja, que embarca na porta de casa e desembarca na porta do destino, seja ele educação, trabalho ou tratamento médico, uma viagem, ida e volta, a cada dia da semana, garante um cotidiano de

²¹ Apenas como complemento e para ampliar a percepção da deficiência em um âmbito mais nacional, como colocado em *Deficiência e mobilidade: uma análise da legislação brasileira sobre gratuidade no transporte público*: “[...]no caso de Fortaleza, a utilização da CIF vincula-se ao recorte de renda e o conceito de deficiência [...], um dos critérios para a concessão da gratuidade é o de que o deficiente seja beneficiário do BPC ou da Bolsa Família e de que a família esteja no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal ou tenha renda *per capita* comprovada de até um salário mínimo”

segurança de uma das ocupações diárias, dentro da situação atual socioeconômica e de transporte público.

As facilidades e o grande fator de compensação à falta de mobilidade urbana que esse Serviço tem, não podem, no entanto, também nesse caso, esconder o sentido até certo ponto, paliativo de sua atividade.

Novamente, em sentido semelhante ao levantado em relação ao automóvel, o Atende cumpre função primordial em casos de pessoas com impedimentos físicos severos, como coloca Bezerra (2016, p.499)²²:

“[...] o Serviço Atende é de total importância àqueles com comprometimento severo da mobilidade, pois seu atendimento porta a porta facilita ao usuário alcançar os destinos pretendidos, possibilita qualidade de vida aos cidadãos”

Porém a elegibilidade de muitas pessoas ao serviço, vem de uma demanda causada pela estrutura de exclusão criada, que somada aos impedimentos físicos criam dificuldades, ou mesmo impossibilidades, de deslocamento dentro da cidade.

Junto a isso, existe a restrição de mais de uma viagem por dia, o que poderia ser possível caso parte da população que hoje usa o transporte por necessidade (por conta de barreiras arquitetônicas, urbanísticas ou de outra natureza como mencionado anteriormente) não o mais precisasse, abrindo condições, inclusive econômicas para o que é destinado ao Atende, para um serviço melhor para casos de maiores restrições físicas, ou de qualquer outra natureza.

O caráter paliativo para essas ações destinadas à mobilidade para pessoas com deficiência estão, em grande parte, vinculadas à visão macroscópica das fragilidades da oferta de transporte público do município. Ao modo como o território se organiza e como a malha metroferroviária, principalmente, se insere em área central da cidade, não suprindo de maneira efetiva as áreas periféricas, seja para os destinos vizinhos, seja no tempo de viagem necessário para o “centro expandido”, destino invariável da lógica urbana anteriormente apontada.

²² In: ALMEIDA, Evaristo (org.) **Mobilidade Urbana no Brasil**. - São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. p. 499-502.

Porém, a situação da **microacessibilidade**, que conecta os mais diversos modos de se locomover e influencia na qualidade de permanência nos espaços, tem grande importância, para a sociedade em geral, mas com efeitos, positivos ou negativos, enormes para a mobilidade, e consequentemente, para a inclusão e direito à cidade por pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Pela complexidade e multiplicidade de momentos e casos, nos quais a microacessibilidade se mostra influente, como em calçadas, nas mais diversas características topográficas; em pontos de ônibus, nas variadas conformações de desenho urbano de bairros ou grandes vias; ou mesmo no modo como o interior de estações de trem ou metrô possibilitam o acesso às diferentes áreas de suas instalações, do passeio público à parte interna, das catracas às plataformas e delas para os vagões, decidiu-se por exemplificar algumas situações que pudessem contemplar a situação, mesmo que, por motivo exposto, superficialmente.



Imagen 1. Calçada da rua Barata Ribeiro, São Paulo. Foto: Marcos Paulo Dias, Flickr, (com modificação), disponível em: <<https://caosplanejado.com/como-sobreviver-as-calçadas-de-sao-paulo/>>

Primeiramente, as calçadas se mostram de extrema importância, tanto na mobilidade a pé, sem a utilização de um transporte, individual ou coletivo, quanto para o acesso a esse transporte, no trajeto entre a origem até ele e dele para o destino final de cada trajeto. Os exemplos que criam situações mais ineficazes na memória coletiva dos moradores de São Paulo são as que tentam se adequar à inclinação natural do terreno, como visto na **Imagen 1**, onde os degraus criados para acesso de automóveis aos lotes impossibilitam o passeio de uma gama enorme de pessoas, e não apenas cadeirantes ou pessoas com deficiências, em geral, mas idosos ou alguém que esteja conduzindo um carrinho de bebê ou mesmo carregando compras. Na própria cena retratada vemos a preferência de um pedestre pela rua ao invés da calçada.

Mas a condição do passeio não está diretamente relacionada com a topografia da região em que está presente. São muitos os casos de bairros, mesmo em regiões planas, como no exemplo de uma área residencial de Interlagos na **Imagen 2**, em que não há uma continuidade das calçadas, nem mesmo uma preocupação para que elas sirvam como espaço de circulação de pessoas. E mais uma vez, o leito carroçável, invariavelmente, acaba sendo, não apenas uma opção, mas uma necessidade para o pedestre, levando-o, muitas vezes a “disputar” espaço com os automóveis.



Imagen 2. Calçada de área residencial de Interlagos, São Paulo. Fonte: Google Street View, de 2011

Nas áreas menos centrais da cidade, e seguidamente com terrenos irregulares mais frequentes em um tecido urbano denso, como na Brasilândia ([Imagem 3](#)), a situação que se apresenta tem sintomas muitas vezes semelhantes em termos de acessibilidade, embora mais constantes e em condições mais extremas, como na declividade ou no estreitamento das vias, o que acaba por intensificar o conflito, por vezes, do espaço destinado aos veículos pelos pedestres e vice-versa, influenciando diretamente na adequação dos passeios.

Em geral, a situação das calçadas se mostra bastante crítica. Mesmo nos bairros da República e da Sé, onde o desenho urbano possibilita calçadas adequadas na maior parte da região, a conservação se mostra ruim, em geral.

E trajetos como a Avenida Paulista ou a renovação do trajeto entre as estações AACD-Servidor, Hospital São Paulo e Santa Cruz, na Rua Pedro de Toledo, inauguradas em 2018 na Linha 5-Lilás, são raros os trechos contínuos acessíveis dentro da cidade.



Imagen 3. Calçada da Brasilândia, São Paulo. Fonte: Google Street View, de 2017

E mesmo sendo bons exemplos, estão localizados em áreas centrais, servidos, cada um, por três estações e duas linhas de metrô cada. E mesmo que respeitando, de modo geral, legislações, como o Plano Diretor (com a necessidade de se assegurar acessibilidade em um raio de proximidade com as estações de transporte metroferroviário) e a norma de acessibilidade (NBR9050), o mesmo não se vê em exemplos mais periféricos, como na estação de Pirituba (**Imagen 4**), amostra, mesmo na condição de ponto de acesso ao transporte, do contraste em termos de acessibilidade entre as duas regiões.

Aproximando o olhar para a adequação do interior de estações, a Linha Amarela, uma das mais recentes a funcionar no município de São Paulo, apresenta algumas questões que, mesmo aqui sendo específicas a ela, se repetem em outros exemplos.

O acesso do elevador, em geral localizado em posição mais central na plataforma, estaria em posição ideal para atender aos vagões também centrais do metrô. Porém, das vinte e



Imagen 4. Estação Pirituba. Foto: Oslaim Brito/Veja, 2018. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/problemas-no-transporte-publico-afetam-capital-pelo-segundo-dia-seguido/>>

quatro portas e seis vagões disponíveis (quatro portas para cada vagão), apenas duas, nos vagões posicionados nas extremidades (vagões 1 e 6, por assim dizer) estão equipadas com rampas que auxiliam cadeirantes a vencer o vão entre trem e plataforma e adentrar o transporte (embora uma seja destinado a esse usuário e a outra a ciclistas, como demonstrado na **Imagen 5**) com segurança e, em mais oportunidades, de forma independente, autônoma.

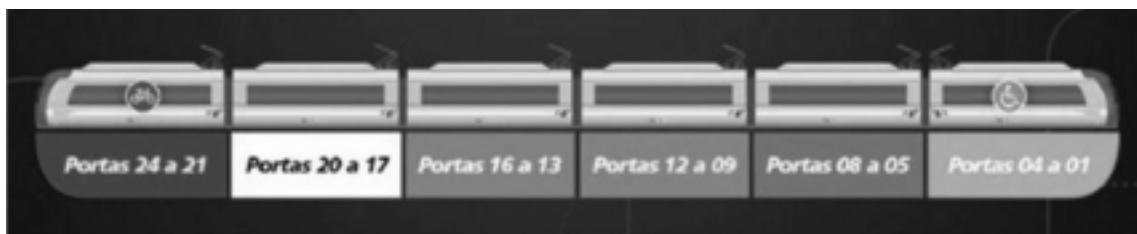


Imagen 5. Portas e Vagões da Linha 4-Amarela. Monitor da ViaQuatro (com modificação), disponível em: <<https://www.metrooptm.com.br/viaquatro-inova-com-informacao-sobre-lotacao-dos-trens-da-linha-4/>>

A princípio, isso já se mostra uma contradição, por estarem elevador e portas acessíveis, em sua maioria, distantes um do outro. O maior problema que surge, no entanto, é em relação ao fluxo. Nos exemplos das **Imagens 6 e 7**, podemos ver, primeiramente, que as escadas, localizadas entre o trajeto do elevador e da porta acessível, tornam-se obstáculos que causam estrangulamento no caminho e intensificam os efeitos dos fluxos contrários, mas também que, esse fluxo advindo das escada cria uma aglomeração, e até mesmo uma preferência dos usuários que adentram a plataforma através dessas escadas, pela porta destinada a uso preferencial.



Imagen 6. Estação Paulista. Autoria própria



Imagen 7. Estação Butantã. Foto: Ciete Silvério, disponível em:
<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/alckmin-inaugura-estacao-do-metro-butanta-na-linha-4-amarela-1/>

Nesse ponto, deve-se buscar clareza na ideia de que preferência não é exclusividade. A única porta destinada a preferência de pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida (há um outro acesso destinado a deficientes visuais localizadas mais na extremidade da plataforma) não é de uso exclusivo nessas condições. Mas, ao se comparar os dois casos, na presença e ausência de impedimentos corporais, existe uma desigualdade de alternativa, de escolha. E que, para algumas situações, individualidades, especificidades, se torna risco ou dependência.

Poderia existir o argumento da dificuldade de se adequar cada estação de forma a posicionar elevadores estrategicamente próximos às portas com acesso preferencial diminuindo trajetos e evitando contrafluxos. As **Imagens 8 e 9** dão, no entanto, um olhar sobre o detalhe de uma porta acessível em relação a uma não acessível (ao menos nos parâmetros da Linha 4-Amarela).



Imagen 8 (esq.). Detalhe de projeto que auxilia a vencer o vão entre trem e plataforma. Autoria própria.
Imagen 9 (dir.). Ausência da rampa que auxilia a vencer o vão entre trem e plataforma. Autoria própria.

Essa pequena diferença leva ao questionamento se algo semelhante não poderia ser utilizado para todas as outras portas, em todos os vagões. Condição que não apenas contribuiria na diminuição do estigma da deficiência, diminuindo o efeito do seu lugar **demarcado, separado**; mas também traria segurança, já que dentro da liberdade criada, para as pessoas com impedimentos ou seus cuidadores (já que, como antes visto, muitas vezes a experiência da deficiência se faz presente também para quem exerce o cuidado), o caminho sem vãos entre trem e plataforma e sem conflito de fluxos de pessoas, com no exemplo aqui retratado, poderia ser escolhido.

Ainda assim, os casos das estações Paulista e Butantã estão em condição de centralidade. Linhas da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), que atendem regiões menos centrais possuem inadequações muito mais evidentes, o que acaba por trazer a discussão anterior para um outro patamar, com condições mais precárias, na qual, muitas vezes, dependência, estigma e falta de segurança, que poderiam ser evitáveis, se mostram constantes. A inclusão, nos extremos do município, vive outra realidade. Exemplos de vãos da Linha 9-Esmeralda (**Imagens 10 e 11**), por exemplo, dificilmente são vencidas por pessoas com deficiência sem auxílio. Indivíduos, então que talvez transitassesem autonomamente pela Linha 4-Amarela, agora se tornam dependentes de ajuda por parte dos funcionários que, com frequência não estão em números suficiente para atender os que a necessitam.



Imagen 10 (esq.). Vão na Linha 9-Esmeralda (Autoria própria)

Imagen 11 (dir.). Rampa para auxílio no embarque da Linha 9-Esmeralda (Foto: João Vitor de Lima Santana)

Ao se observar alguns pontos de ônibus essa dependência e risco, vão se intensificando, e num grau maior quando se olha para a periferia. Algumas condições de acesso, como calçadas ou declividade de ruas, poderiam acentuar ainda mais, no conceito como é retratada aqui, a deficiência. Situação, essa, de crescente desigualdade, que vai se somando aos pontos antes, mesmo que superficialmente, descritos.

Essa junção de fatores culmina em um ponto de extrema importância para toda a discussão. A condição e função da educação especificamente relacionada a deficiência.

BREVES NOTAS SOBRE ENSINO INCLUSIVO

O ensino tem imensa relevância para a sociedade como um todo e também, particularmente, para os indivíduos inseridos nela. Os avanços dessa sociedade são muitas vezes ligados a pesquisas que se traduzem em mudanças positivas no cotidiano, na formação de grupos capazes de solucionar, nas mais diversas esferas, questões específicas da vida em comunidade, ou mesmo no desenvolvimento de uma capacidade crítica que permita debate consciente em coletividade (o que já automaticamente implica em opiniões plurais) por progresso político e social, criando, por sua vez, um ambiente melhor para os cidadãos ali presentes. Já para os indivíduos, conectados com o que é intrínseco do ser humano, à autodescoberta por valores e interesses pessoais, terá o potencial de guiar internamente essa pessoa na busca por realização e, simultaneamente, por autonomia. Mas também assim, por consequência, contribuindo para o todo.

Dessa forma, fecha-se um círculo de construção individual e coletiva que a educação tem o poder de fomentar. Evidente que o ensino, por si só, não soluciona as questões que se colocam para a população, como aponta Marques (2010, p.25), porém a possibilidade de influência positiva nessa dualidade, também se mostra clara:

“A educação aparece neste cenário como um dos instrumentos capazes de favorecer a igualdade de direitos. A Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (1990) reitera que *embora sabendo que a educação não seja condição suficiente, é de importância fundamental para o progresso pessoal e social.*”

O valor da educação não se traduz, porém, no modo como ela se apresenta para a população. E como já mencionado na introdução deste trabalho, os números, que já desfavorecem a sociedade como um todo no estado de São Paulo, com 36% dos habitantes sem instrução e fundamental incompleto²³, por exemplo, são ainda mais

²³ Dados da Tabela 1 (IBGE, 2010)

problemáticos quando se observa a parcela da sociedade diagnosticada com alguma deficiência, indicando que *53% da população com pelo menos uma deficiência investigada não tem instrução ou não possui o ensino fundamental completo.*

Essa disparidade vai se repetindo de forma semelhante para os outros níveis de ensino (médio e superior), e desse modo, uma grande parcela perde o contato com o potencial de transformação da educação antes mencionado. Limitando, não apenas as possibilidades de contato com áreas de interesse, sejam elas quais forem, num processo de crescimento próprio e profissional, por exemplo, na busca por uma importantíssima autonomia; mas também, e de igual importância, limitando a convivência e o processo de socialização de forma inclusiva para o indivíduo. Condição essa que afeta imensamente no âmbito pessoal, mas também em sociedade, enfraquecendo o conceito de diferença e pluralidade, e acentuando o desconhecimento das especificidades dessa pluralidade e, portanto, intensificando a deficiência, no conceito de exclusão física e social.

Exemplo disso se mostra evidente em uma pesquisa de opinião pública feita pela Rede Nossa São Paulo e pelo IBOPE Inteligência. A pesquisa, *Viver em São Paulo: A cidade e as Pessoas com Deficiência*²⁴, obteve a opinião de 800 pessoas no município de São Paulo, sem distinção por deficiência ou não, e distribuídas dentro das parcelas da sociedade, como sexo, cor, faixa etária, renda, religião, escolaridade e região da cidade onde reside.

Primeiramente, as entrevistas tiveram uma amostra de 4% de pessoas com deficiência, enquanto outros 11% convivem com alguma pessoa com deficiência dentro ou fora do domicílio.

Esses 15% que, ou são pessoas com deficiência ou convivem com alguém que seja, demonstraram ter respostas diferentes no questionário, como quando ao serem

²⁴ PDFs disponíveis online em:
<https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/viver_em_sp_pessoa_com_deficiencia.pdf>
<https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/viver_em_sp_pessoa_com_deficiencia_completa.pdf>

perguntados sobre os locais, que costumam frequentar, em que mais veem ou convivem com PCDs.

Primeiramente, de forma bastante lógica, responderam em proporção muito maior, os *locais onde moram* (21% comparado aos 12% dos que não tem conhecem ou convivem com PCD) e *no ambiente familiar* (14% contra 1%, nessa mesma relação).

No entanto, o dado que chama bastante atenção e que nos aproxima mais da discussão nesse instante, é perceber que, independente dos dois grupos aqui colocados, os moradores da cidade de São Paulo veem e convivem mais com pessoas com deficiência em *ambientes hospitalares e postos de saúde* (36% e 33%). Enquanto os ambientes de **escola e universidade** apresentam uma proporção baixíssima também para esses dois grupos (2% e 3%).

Tal observação por parte da população indica, novamente, a difícil situação de acesso à educação por pessoas com deficiência, mas também demonstra o modo como, na escola, principal ambiente de troca e convívio no período de aprendizagem e socialização, as pessoas com deficiência não estão presentes, nem mesmo para os que também são. O que se soma ao antes posto, em relação à falta de conhecimento sobre as necessidades e especificidades das diferenças, sejam elas quais forem. Intensificando também um processo de preconceito e estigmatização presentes nessa realidade.

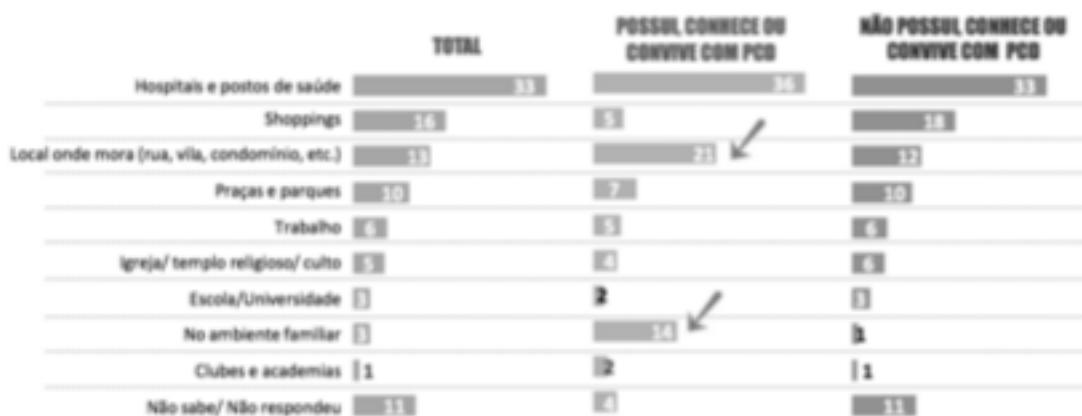


Imagen 12: Pesquisa Rede Nossa São Paulo e IBOPE “Pensando nos locais que você costuma frequentar, em qual deles você mais vê ou convive com pessoas com algum tipo de deficiência? (RESPOSTA ÚNICA)”

Na mesma pesquisa, a opinião dos dois grupos contrasta em outro ponto:

“Questionados sobre qual medida poderia melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência na cidade de São Paulo, 25% dos entrevistados assinalaram a alternativa “adaptar calçadas, semáforos, paradas, pontos e terminais de ônibus”.

Na sequência, aparecem: “criar escolas especiais que possam acolher crianças e adolescentes com todos os tipos de deficiência”, alternativa que recebeu 13% de repostas; “destinar ônibus e vagões de trens e Metrô adaptados para fazer o transporte exclusivo de pessoas com deficiência”, “ampliar o programa Atende+, especializado no transporte de pessoas com deficiência” e “aumentar o atendimento especializado para pessoas com deficiência na rede pública municipal de saúde”, com 11% cada.

Porém, entre quem possui, conhece ou convive com pessoas com deficiência, a alternativa “adaptar calçadas, semáforos, paradas, pontos e terminais de ônibus” é assinalada por apenas 14%. Para esse público, a melhora da qualidade de vida passa por um conjunto de medidas, razão pela qual os percentuais de respostas se distribuem de forma menos desigual entre as oito alternativas apresentadas no questionário.”²⁵

O conjunto de medidas pelos quais passa a melhora da qualidade de vida para esse público surge também da variável de necessidades. Pela pluralidade de especificações de cada indivíduo. Mas também pela imposição do ambiente físico e social para algumas dessas necessidades.

Para o público que não convive com pessoas com deficiência (com exceção da adaptação de calçadas, semáforos, paradas, pontos e terminais de ônibus), soluções que separam essa pessoas do resto da sociedade e as colocam em ambiente destinado somente para elas, foram alternativas mais escolhidas, como: *Criar escolas especiais que possam acolher crianças e adolescentes com todos os tipos de deficiência; Destinar*

²⁵ Disponível em:
<<https://www.cidadessustentaveis.org.br/noticias/acessibilidade-em-ruas-e-calcadas-e-pessima-para-maioria-dos-paulistanos>>

ônibus e vagões de trens e Metrô adaptados para fazer o transporte exclusivo de pessoas com deficiência; Ampliar o programa Atende+, especializado no transporte de pessoas com deficiência. Variando entre 11% e 13%.

Já alternativas que, a princípio buscam o compartilhamento dos mesmos espaços tiveram menos escolhas, como: *aumentar a inclusão de pessoas com deficiência nas atividades culturais desenvolvidas pela Prefeitura; garantir o cumprimento da Lei de Cotas para assegurar a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho; criar medidas que garantam que todas as crianças com deficiência estejam matriculadas em creches e escolas.* Entre 6% e 8%.

Adaptar calçadas, semáforos, paradas, pontos e terminais de ônibus	25%
Criar escolas especiais que possam acolher crianças e adolescentes com todos os tipos de deficiência	13%
Destinar ônibus e vagões de trens e Metrô adaptados para fazer o transporte exclusivo de pessoas com deficiência	11%
Ampliar o programa Atende+, especializado no transporte de pessoas com deficiência	11%
Aumentar o atendimento especializado para pessoas com deficiência na rede pública municipal de saúde	11%
Aumentar a inclusão de pessoas com deficiência nas atividades culturais desenvolvidas pela Prefeitura	6%
Garantir o cumprimento da Lei de Cotas para assegurar a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho	8%
Criar medidas que garantam que todas as crianças com deficiência estejam matriculadas em creches e escolas	8%

Tabela 8. Fonte IBOPE INTELIGÊNCIA (2018) Seleção: Augustin (2018)

Situação que revela também o olhar da sociedade do município, em geral, sobre a deficiência, e que, como pode ser visto dentro das alternativas, inclui sua percepção quanto à educação.

No âmbito da pedagogia, no entanto, o conceito da inclusão no ensino, vem ganhando força no Brasil a partir da década de 70. A segunda Lei de Diretrizes e Bases para a educação (LDB de 1971) expandiu o ensino público para pessoas com deficiência de

modo que reforçou a filosofia da Normalização, cujo princípio da Integração ampliou o número de atendimento educacional e de socialização das pessoas com deficiência na sociedade, através da inserção das classes especiais na escola regular, como explicado por Marques (2010):

“No início dos anos 80 a Educação Especial ainda é influenciada pelo modelo denominado Normalização, que destaca a necessidade de se oferecer oportunidades do cotidiano idênticas às que as pessoas ditas “normais” recebiam. Este modelo, afirma Mazzota (2005), *baseia-se no princípio de atendimento às diferenças individuais. Não se trata de procurar no homem suas deficiências ou inadaptações, mas sim identificar, em cada indivíduo, suas potencialidades, propiciando-lhe meios de desenvolvê-las em seu benefício e de toda a sociedade*”. (MARQUES, 2010, p.29)

O princípio da Integração no ensino, contudo, da forma como era feita, inserindo o aluno muitas vezes sem exigir da sociedade, possivelmente favoreceu práticas de segregação, discriminação e estereótipos dentro do espaço escolar; este fato, como explica Marques, provavelmente, colaborou com a exclusão deste aluno das escolas regulares, ampliando o fracasso escolar.

Foi a partir da década de 90, após as mudanças estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no. 9394/96, reorganizando a educação em ensino fundamental, médio e superior, e a adição de ensinos complementares à essa estrutura, como a Educação Especial, que a **educação inclusiva** passa a ter destaque em debates político-educacionais.

“A LDB 9394/96 reitera o princípio da Educação Inclusiva no Capítulo V, art. 58, quando afirma que a modalidade de Educação Especial deverá ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para o educando com necessidade educacional especial, envolvendo os alunos com ou sem deficiência.

Todavia, tal princípio tem exigido uma nova reorganização da escola e do sistema educacional, a fim de assegurar, com sucesso, o acesso e a permanência do aluno com deficiência, na rede de ensino. O princípio da Educação Inclusiva

exige, ainda, investimentos nos prédios escolares, que têm que garantir a acessibilidade de todos a suas dependências, bem como o desenvolvimento de práticas pedagógicas que possibilitem a construção de um currículo escolar voltado para a inclusão, além da oferta, aos professores, de uma formação continuada específica.”

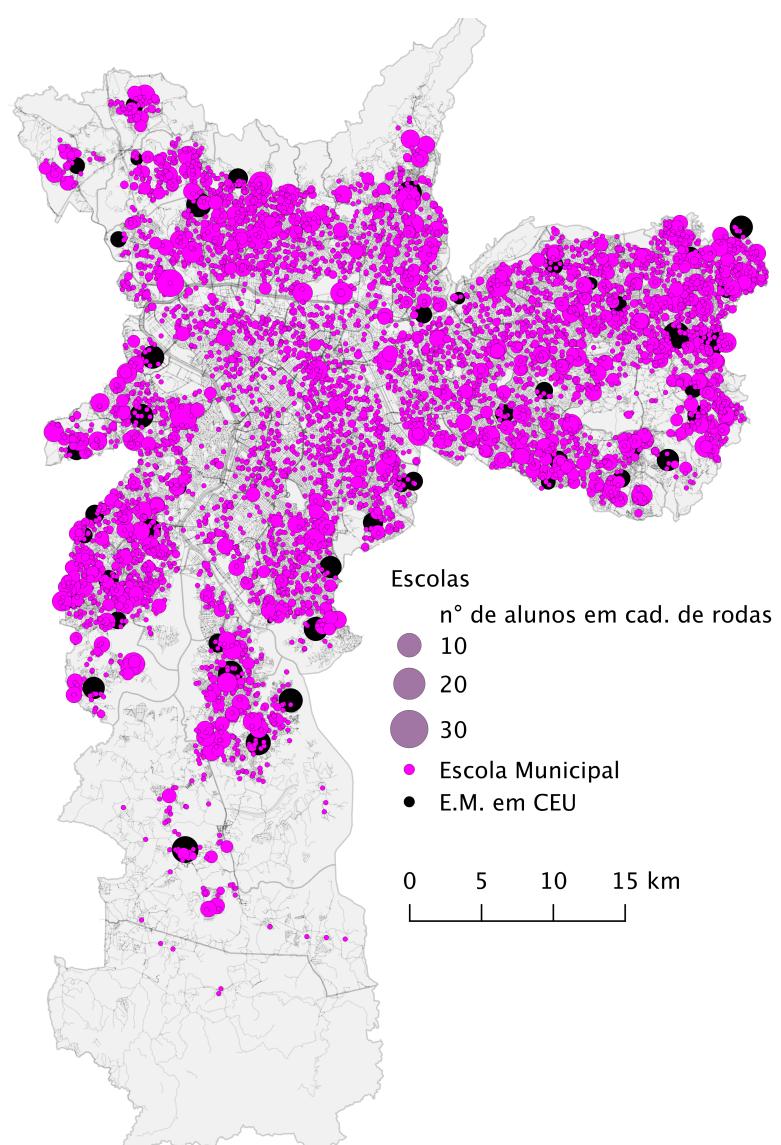
(MARQUES, 2010, p.30)

“Em suma, a escola inclusiva permite, na prática, evidenciar o fundamento de que todas as crianças devem aprender juntas, com dificuldades ou diferenças que apresentam. Isto se reporta à elaboração de planos que reconheçam e respondam às necessidades dos alunos. Em outras palavras, acomodar estilos, ritmos de aprendizagem, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras.” (CARVALHO, 2015, p.52)

Como se pode perceber, o ideal de compreender no mesmo espaço de aprendizagem as mais plurais especificidades, ou seja, não haver, **a princípio**, uma separação, segregação espacial para alunos que possuam impedimentos físicos ou tempos diferentes de aprendizagem de qualquer natureza, é uma noção em processo, porém com base teórica e de observação que vem avançando desde o início do século passado. Essa percepção indica pontos muito positivos de construção pessoal e social (portanto que age em favor da aprendizagem para todos e não apenas para os que “passam a ser incluídos”), desde que com acompanhamento, e portanto preparo, seja da estrutura física, seja do sistema pedagógico, para garantir às mais diversas especificidades, uma boa experiência de ensino.

Desse modo, pelo que foi apresentado, percebe-se como é recente a discussão da inclusão no ensino dentro do território nacional. Visões como as expressas na pesquisa de opinião pública do IBOPE, são também resquícios de uma herança ainda próxima relacionada à deficiência e à educação. E isso, como veremos mais adiante, não se restringe a uma memória da opinião pública, mas também dos edifícios e instalações destinadas ao ensino.

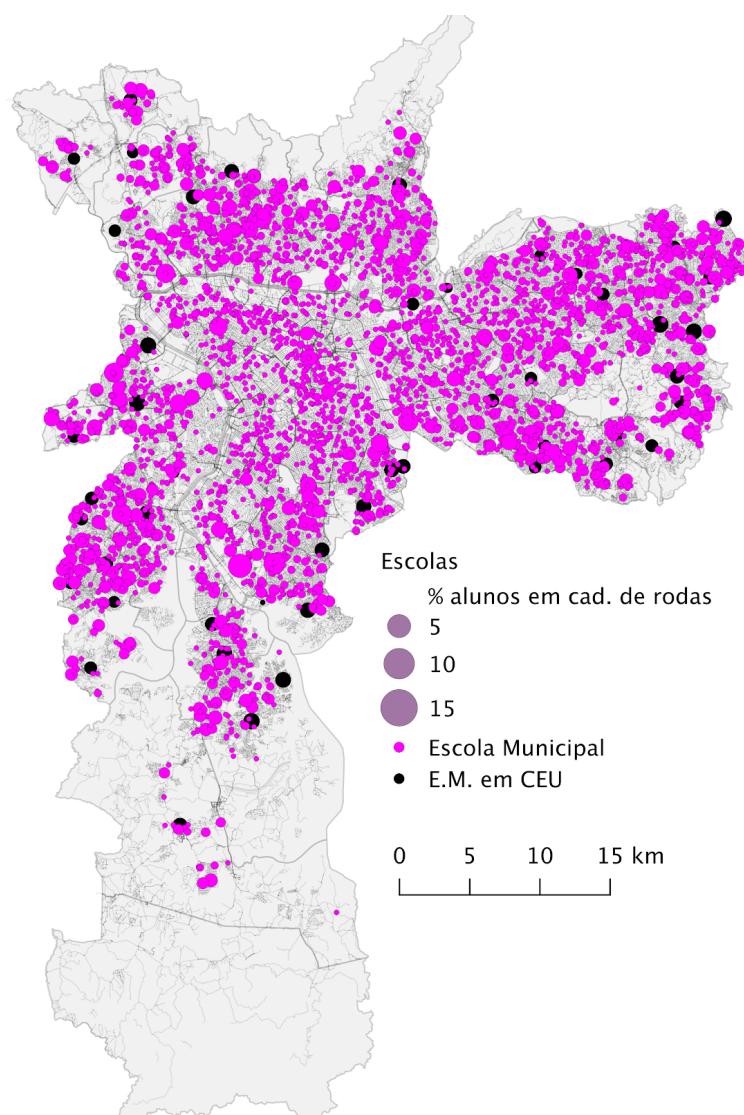
Considerando a presença de alunos com deficiência dentro das escolas como evidência de uma aproximação do conceito de inclusão na educação, as informações da base de dados do Transporte Escolar Gratuito (TEG) das Escolas Municipais de São Paulo, quanto ao número de alunos cadeirantes em cada unidade (**Mapas 5 e 6**), pode ser de grande valor para se observar algumas situações e condições que podem favorecer, ou não, uma maior participação desse grupo de pessoas no ambiente de ensino.



Mapa 5. Número de alunos em cadeira de rodas em escolas municipais de São Paulo. Base de Dados TEG. Seleção: Mateus Humberto Andrade (2019)

A princípio, os dados, traduzidos em mapa, demonstram uma boa distribuição, dentro do território do município, das escolas com maior presença de alunos cadeirantes, tanto para números absolutos de alunos em cadeira de rodas, quanto para a proporção em relação ao número total de alunos.

Exemplos significativos se mostram presentes em áreas periféricas nas diferentes zonas, não havendo aglomeração desses casos, positivos para esse quesito, em nenhuma região. O que demonstra que, dentro da capacidade atual das escolas municipais de



Mapa 6. Parcela de alunos em cadeira de rodas em escolas municipais de São Paulo. Base de Dados TEG. Seleção: Mateus Humberto Andrade (2019)

receber alunos com essas características, esse potencial está, aparentemente, bem distribuído pelo território.

Ao se observar, no entanto, as escolas que compõem as melhores estatísticas (**Tabela 9**, analisando nesse caso as que apresentam, em número absoluto, dez ou mais alunos em cadeira de rodas), algumas questões se evidenciam.

DRE	TIPO_EBSC FORMA_EBSC018	num_cadeirantes	nºm_alunos	percentagem
IFIRANGA	ESP CONV AHIMSA ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL PARA MULTÍPLA DEFICIÊNCIA	28	53	52,8%
FREGUESIA/BRASILANDIA	ESP CONV ASSOCIAÇÃO NANY APPLE EM BENEFÍCIO DO OBESO E DO CARENTE	17	124	13,7%
PINTUBA	EMEF EUCLIDES CUSTÓDIO DA SILVEIRA, DES.	14	492	2,8%
GUANASES	CEU EMEF LAJEADO	14	882	1,6%
GUANASES	CEU EMEF JAMBEIRO	14	745	1,9%
CAPELA DO SOCORRO	CEU EMEF MANOEL VIEIRA DE QUEIROZ FILHO	13	1056	1,2%
BUTANTA	EMEF DEODORO DA FONSECA, MAR.	13	550	2,4%
CAPELA DO SOCORRO	CEU EMEF TRES LAGOS	11	642	1,7%
JACANA/TREMEMBE	EMEF OCTAVIO PEREIRA LOPES	11	896	1,2%
CAPELA DO SOCORRO	CEU EMEF VILA RUBI	11	752	1,5%
FREGUESIA/BRASILANDIA	CEU EMEF JARDIM PAULISTANO	11	880	1,3%
FREGUESIA/BRASILANDIA	EMEF GILBERTO DUPAS, PROF.	11	403	2,7%
PENHA	EMEF GUILHERME DE ALMEIDA	10	755	1,3%
CAPELA DO SOCORRO	CEU EMEF JARDIM ELIANA	10	670	1,5%
BUTANTA	CEU EMEF BUTANTA	10	599	1,7%
JACANA/TREMEMBE	CEU EMEF JACANA	10	850	1,2%
SANTO AMARO	CEU EMEF PAULO GONÇALO DOS SANTOS, PROF.	10	711	1,4%

Tabela 9. Escolas com maior presença, em número absoluto, de estudantes em cadeira de rodas.

Fonte: Base de Dados TEG. Seleção: Augustin (2019)

Primeiramente, os dois exemplos mais expressivos (Ahimsa Associação Educacional Para Múltipla Deficiência e Associação Nany Apple em Benefício do Obeso e do Carente), se mostram voltados, notadamente, para atender um público específico, além de serem conveniadas ao sistema municipal, o que as coloca em outra situação, que não a das escolas da rede regular de ensino. A clara importância das atividades dessas instituições para o que se propõem não é, no entanto, o alvo da observação, mas sim, que não estão dentro das condições para a argumentação que se tenta fazer aqui.

O segundo ponto, é perceber como as Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF) presentes nessa lista, e não vinculadas a nenhum CEU (assunto do próximo e último tópico a se considerar aqui), possuem, em suma, dois grupos de características.

Em um deles, como para as EMEF Des. Euclides Custódio da Silveira; e Marechal Deodoro da Fonseca, seus edifícios se encontram em áreas de baixa e baixíssima vulnerabilidade social, em zonas residenciais de alto padrão, próximos a dois Parques

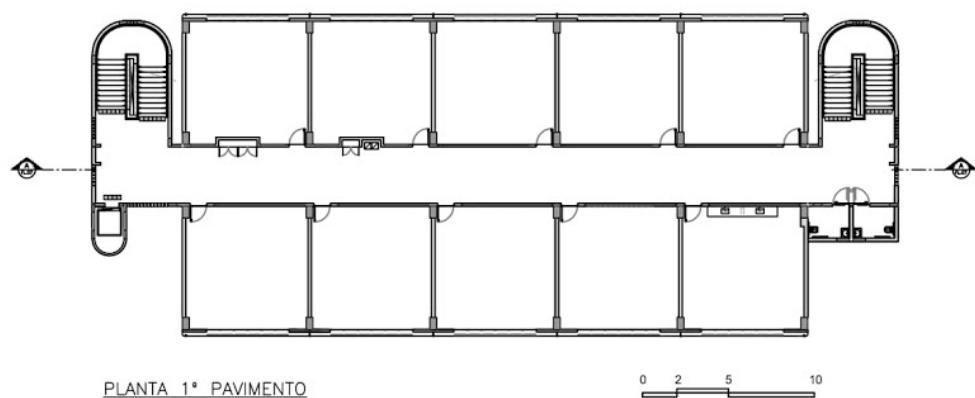
Municipais Urbanos cada (respectivamente os parques: São Domingos e Cidade Toronto; Luís Carlos Prestes e Previdência), sendo que a segunda encontra-se a menos de 400 metros da estação São Paulo-Morumbi da Linha 4-Amarela do Metrô. Condição essa que configura, não uma garantia para tais números expressivos, mas pelo menos, condições mais favoráveis de acesso por sua localização física e social no território da cidade.

O outro grupo, composto pelas escolas Octávio Pereira Lopes; e Prof. Gilberto Dupas, embora estejam localizadas em áreas menos favorecidas do município, apresentam algumas características físicas que teriam potencial para bons resultados em presença de pessoas com deficiência. Sendo no caso da Octávio Pereira Lopes, estar em região plana e residencial do bairro do Limão, além de seu edifício ser térreo (**Imagen 13**), o que não garante necessariamente acessibilidade no interior da escola, mas com certeza facilita qualquer possível necessidade de readequação, do que no caso de um edifício com mais pavimentos.

Já o caso da Prof. Gilberto Dupas , embora possua mais pavimentos, apresenta soluções de projetos que já adequam, a princípio, o edifício à diretrizes de acessibilidade, já que é baseado em padrão de escolas do Departamento de Edificações da Prefeitura do Município de São Paulo (EDIF) com soluções semelhantes às utilizadas em alguns Centros Educacionais Unificados (CEU), que têm a característica de estarem a par de normas de acessibilidade, por exemplo (**Imagen 14**, na página seguinte).

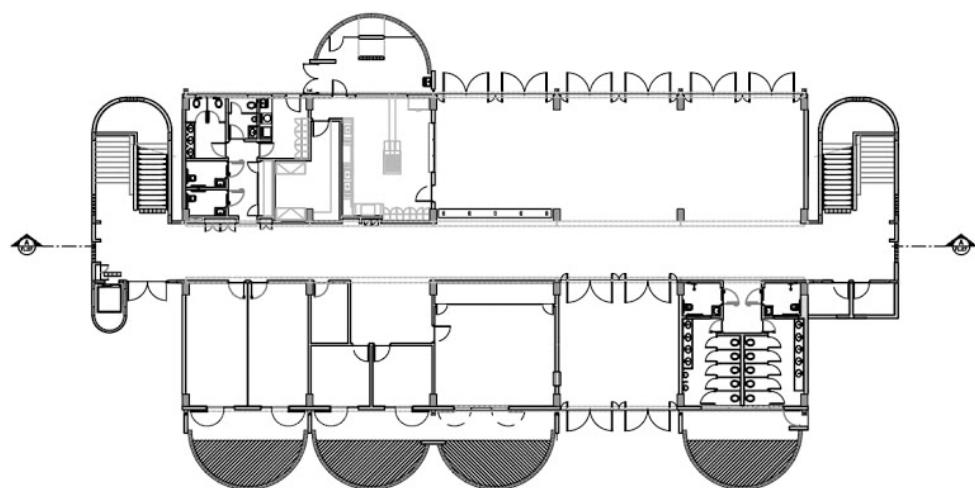


Imagen 13. Fachada EMEF Octávio Pereira Lopes. Fonte: Google Street View, janeiro de 2018



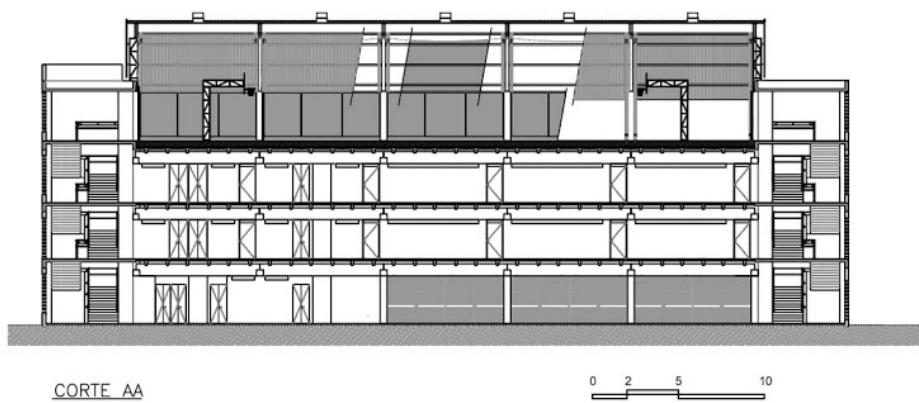
PLANTA 1º PAVIMENTO

0 2 5 10



PLANTA PAVIMENTO TÉRREO

0 2 5 10



CORTE AA

0 2 5 10

Imagen 14. EMEF Prof. Gilberto Dupas. Fonte: Arquivo EDIF-Departamento de Edificações da Prefeitura do Município de São Paulo

O que acaba por levar ao último ponto a ser considerado em relação à Tabela 9: a quantidade expressiva de EMEFs ligadas aos territórios CEU. Mais especificamente, dez das dezessete escolas com mais de dez alunos em cadeira de rodas.

Esse dado se mostra interessante, já que esses Centros são localizados em áreas periféricas e de vulnerabilidade social, tendo função de centralidade nesses territórios de intensa desigualdade socioterritorial.

“[...] os Centros Educacionais Unificados são consolidados como parte integrante de um plano urbanístico. Foram propostos em áreas periféricas como elementos de centralidade. Os CEUs, apesar de não se caracterizarem como fomentadores de centralidade em si (já que não possuem, por exemplo, características comerciais) serviriam como elementos fomentadores de vida urbana, contribuindo sob esse aspecto para o desenvolvimento de novos subcentros e, consequentemente, para a qualificação e a integração territorial do tecido periférico, criando uma dinâmica urbana nova para seu entorno.”

(OLIVEIRA, 2017, p.54)

Em relação à deficiência motora, além da localização desses espaços, oferecendo centralidade e oferta de ensino e outras atividades socioculturais em regiões, nas quais as barreiras impostas pelo ambiente, como exemplificado anteriormente, se sobreponem nos mais diversos âmbitos, os espaços internos dos edifícios dos CEU se mostram adequados às necessidades básicas em situações de impedimentos corporais. Ou seja, de modo geral, os projetos desses Centros buscam promover acessibilidade em suas áreas de circulação horizontal e vertical, mesmo em condições de implantação onde a topografia se mostre acidentada, como no CEU Pêra Marmelo, onde passarelas conectam edifícios em patamares diferentes (Imagem 15).



Imagen 15. CEU Pêra Marmelo. Fonte: Google Street View, março de 2017

No interior dos edifícios pode-se observar nos exemplos de padrões de projeto desses Centros (**Imagen 16**) outros atributos que influenciam numa melhor locomoção por pessoas com deficiência motora dentro desses espaços, como: dimensões de portas de sanitários e seus espaços internos; largura das áreas de circulação; e pavimentos, dentro dos blocos, contínuos, sem diferenças de nível que dificultem os acessos às diferentes partes destes. Embora, no exemplo de padrão da primeira fase, haja apenas um elevador no bloco educacional de quase 150m de comprimento, sua centralização reduz bastante os trajetos mais longos. Enquanto que no exemplo da segunda fase, o elevador, mesmo em uma das extremidades do bloco, requer distâncias semelhantes de circulação horizontal pelos usuários. Ponto positivo aqui, é a alternativa da rampa, que não se vê presente no primeiro exemplo. O que aumenta as possibilidades de acesso para todos em caso de manutenção do elevador.

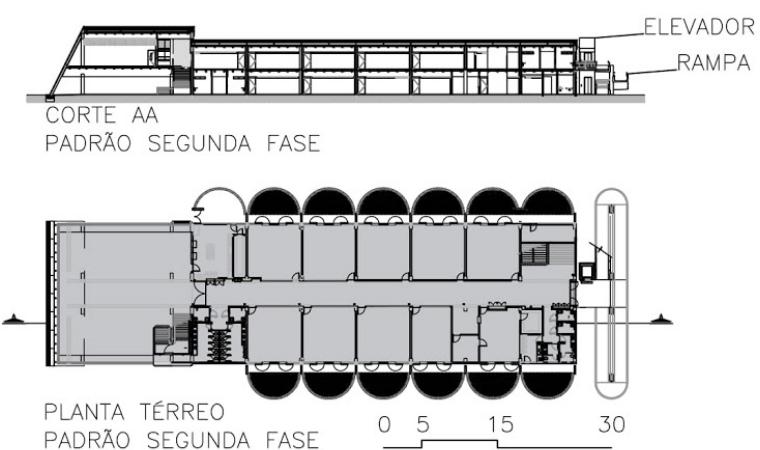
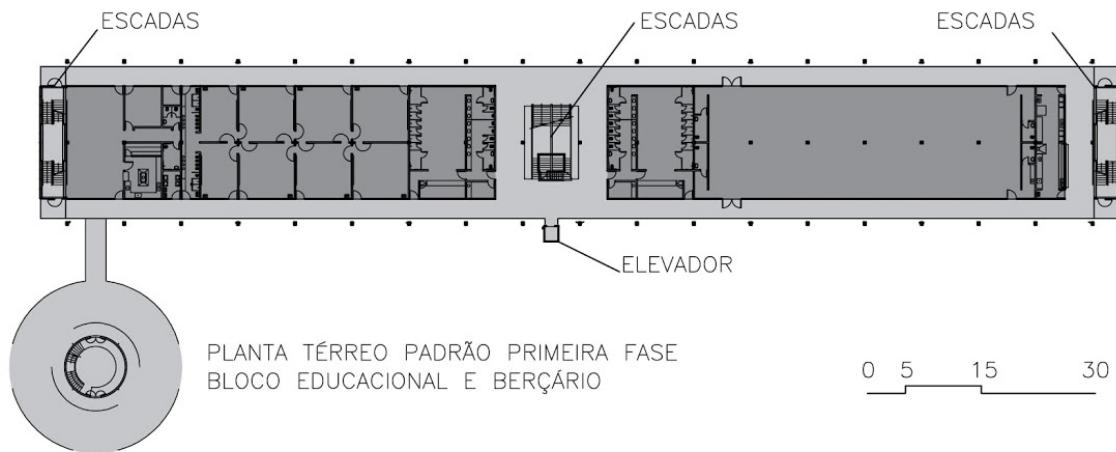


Imagen 16. Planta e corte simplificados de Padrão CEU-primeira e segunda fases. Fonte: Arquivo EDIF-Departamento de Edificações da Prefeitura do Município de São Paulo

Essas características, no entanto, não são uma realidade para a maioria das escolas do sistema público municipal de ensino. E embora os CEU tenham grande importância na oferta de espaços inclusivos de educação na periferia, eles não cobrem, sozinhos, toda a demanda para as áreas menos centrais onde estão inseridos.

Padrões muito utilizados em momentos anteriores nas construções de escolas municipais deixaram uma memória, como comentado anteriormente, um legado de

edifícios que não estão dentro das necessidades para se garantir a inclusão dentro do espaço físico de ensino.

Um desses padrões (**Imagens 17, 18 e 19**), com as pranchas de projeto indicando o ano de 1986, portanto, anterior às maiores mudanças em relação à educação inclusiva, resultou em cerca de 75 EMEFs. Existiam variações que possibilitavam sua implantação em diferentes tipos de terrenos: planos, pouco ou muito íngremes. Porém, o fato de os projetos preverem mais de um pavimento e sua circulação vertical ser proposta unicamente por escadas, faz com que hoje haja necessidade de readequação desses edifícios para garantia de acessibilidade.

Dificuldades surgem, no entanto, ao se imaginar a instalação de elevadores, por exemplo. Em muitos casos, há variações de meio nível divididos pelas escadas, como nas **Imagens 18 e 19**, necessitando elevadores com duas aberturas para se acessar as diferentes partes da escola, caso estes fossem instalados anexados às escadas. Uma outra alternativa, de se posicionar os elevadores externamente ao edifício, esbarra na técnica construtiva, na qual vigas invertidas nas extremidades da escola impossibilitam o acesso em nível para essa opção.

Não foi possível o acesso à plantas dos diferentes pavimentos para observação das dimensões dos sanitários, portas e corredores, por exemplo. Mas de modo geral, se vê a dificuldade de adequação para esses muitos casos.

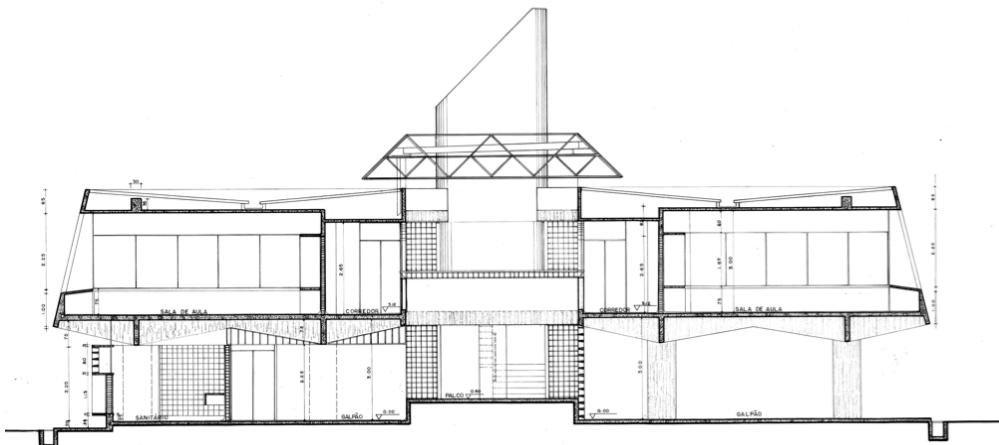


Imagen 17. Corte padrão EMEF terreno plano. Fonte: Arquivo EDIF-Departamento de Edificações da Prefeitura do Município de São Paulo

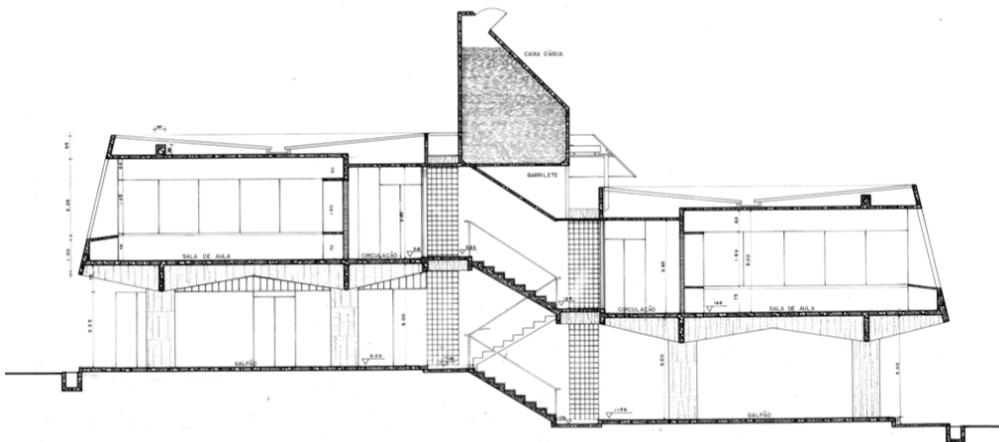


Imagen 18. Corte padrão EMEF terreno irregular. Fonte: Arquivo EDIF-Departamento de Edificações da Prefeitura do Município de São Paulo

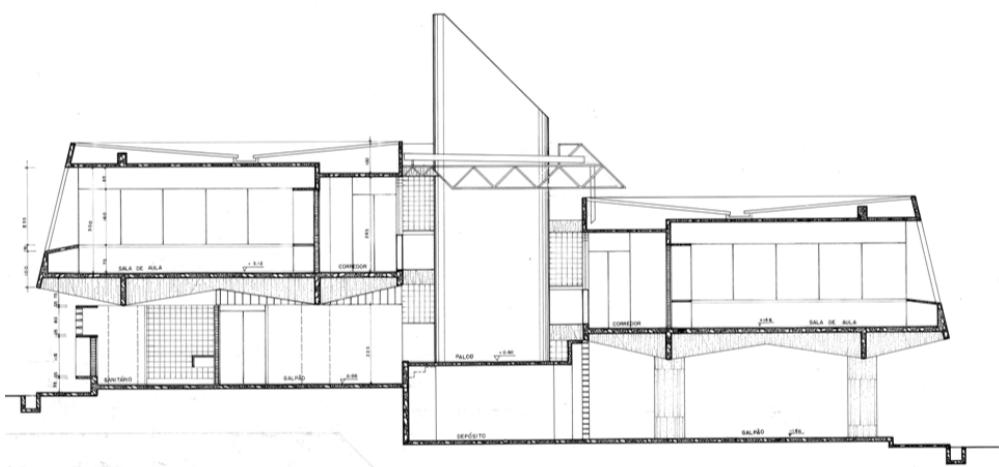


Imagen 19. Corte padrão EMEF terreno irregular. Fonte: Arquivo EDIF-Departamento de Edificações da Prefeitura do Município de São Paulo

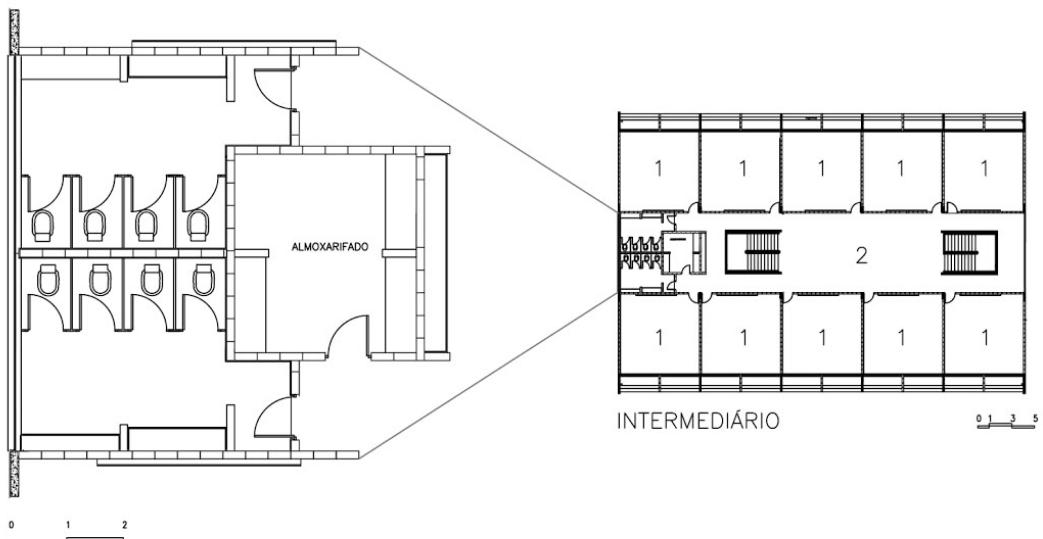
Um segundo exemplo de projeto padrão para EMEF (**Imagens 20 e 21**) denominado Padrão 072, também surgiu originalmente com oferta de circulação vertical feita apenas por escadas (versão “sem elevador” na **Imagen 20**) em um edifício de três pavimentos (como pode ser observado na **Imagen 21**, condição idêntica para os três casos aqui discutidos). Além disso, a planta dessa versão também revela a ausência de sanitários acessíveis, o que intensifica a condição de exclusão aqui presente.

Uma segunda versão, na **Imagen 20**, em um caráter aparente de adaptação à anterior, apresenta uma “solução com elevador externo” para a circulação. Aumentando as possibilidades de acesso aos diferentes pavimentos. Além disso, percebe-se uma divisão do espaço anteriormente destinado ao almoxarifado, alocando em uma dessas metades um sanitário adequado ao uso por pessoas com alguns tipos de deficiência.

Suas localizações, no entanto, de circulação vertical (elevador) e sanitário, se mostram muito distantes. Em extremos opostos da planta. O que deixa, para essa solução, a necessidade de novas adequações.

A terceira e última versão, na **Imagen 21**, apresenta o “elevador interno” ao edifício. A área, primeiramente destinada ao almoxarifado, agora comporta simultaneamente, e lado a lado, a caixa do elevador e o sanitário acessível. Trazendo novas melhorias no conceito de inclusão para esses edifícios.

VERSÃO SEM ELEVADOR



INTERMEDIÁRIO

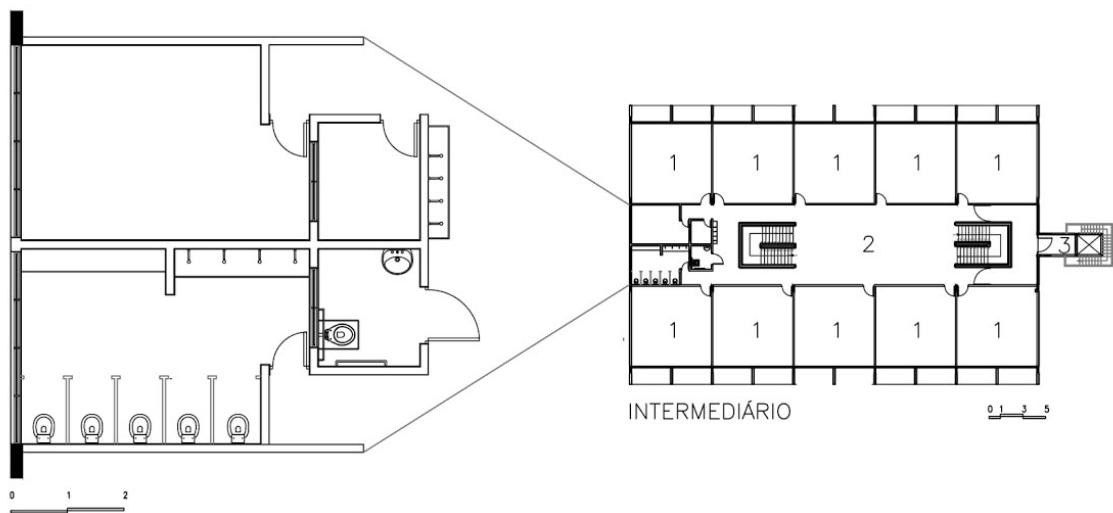
0 1 3 5

1 – SALA DE AULA

2 – SAGUÃO

3 – ELEVADOR

VERSÃO COM ELEVADOR EXTERNO



INTERMEDIÁRIO

0 1 3 5

Imagen 20. Padrão 072 EMEF sem elevador; Padrão 072 com elevador externo. Fonte: Arquivo EDIF-Departamento de Edificações da Prefeitura do Município de São Paulo

- 1 – SALA DE AULA
- 2 – REFEITÓRIO
- 3 – SAGUÃO
- 4 – SALA MULTIUSO
- 5 – LABORATÓRIO
- 6 – SALA DE LEITURA
- 7 – SALA PROFESSORES
- 8 – QUADRA POLIESPORTIVA

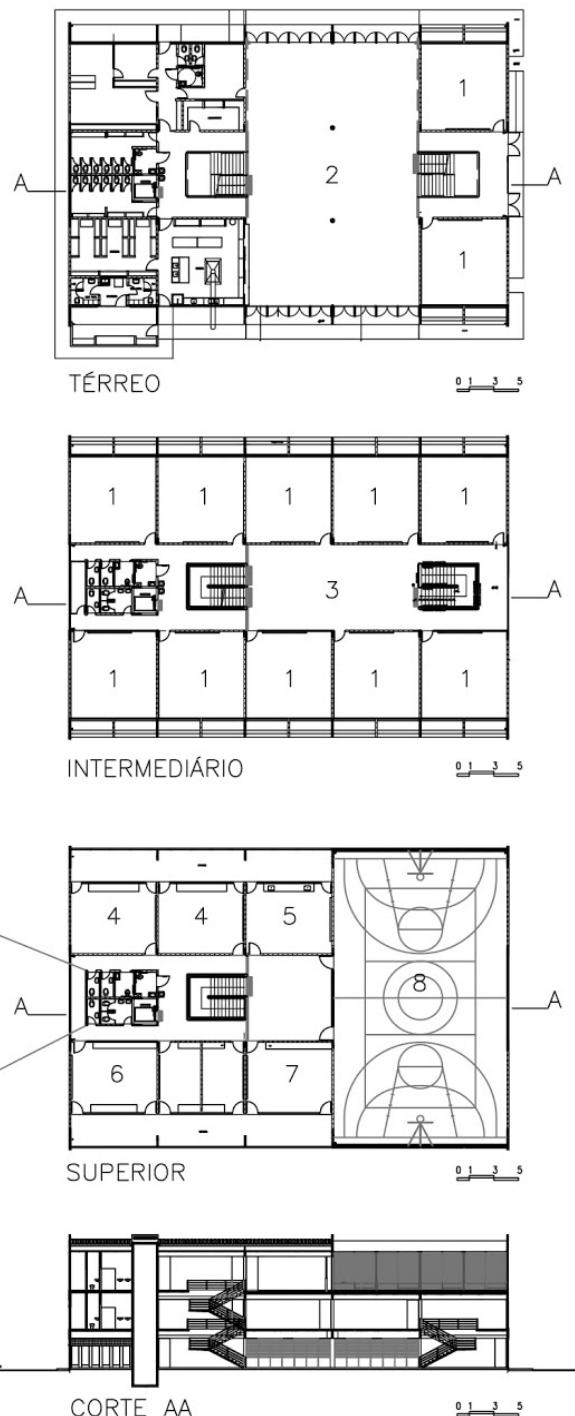


Imagen 21. Padrão 072 EMEF com elevador interno. Fonte: Arquivo EDIF-Departamento de Edificações da Prefeitura do Município de São Paulo

As variações do nível de acessibilidade dos projetos existentes nos edifícios do ensino público municipal de São Paulo se mostram, portanto, visíveis. Mas é importante tentar entender a relevância disso para a real capacidade das escolas de receber alunos com impedimentos corporais. E assim, ter indícios da verdadeira relevância que a estrutura física tem na oferta de uma educação inclusiva.

Na tentativa de buscar alguns desses indícios, fez-se um pequeno levantamento de algumas EMEF produtos dos dois projetos padrão antes descritos. E a partir disso, verificar, na base de dados do Transporte Escolar Gratuito, que possui o levantamento do número de alunos em cadeira de rodas que frequentaram essas escolas no ano de 2010, a presença ou não desses estudantes para cada caso.

O resultado desse pequeno levantamento pode ser visto nas **Tabelas 10 e 11** a seguir:

Padrão de 1986 (sem elevador)	
Nome das Escolas	n° de cad
EMEF Prof. Eda Therezinha	0
EMEF Pracinhas da FEB	0
EMEF Aníbal Freire	0
EMEF Dezoito do Forte	0
EMEF Roberto Patrício	1

Tabela 10: Levantamento de n° de alunos cadeirantes no padrão “de 1986”. Fonte: Base de Dados TEG. Seleção: Augustin (2019)

Padrão 072 (aqui, sempre com elevador interno ou externo)	
Nome das Escolas	n° de cad
EMEF Jardim das Laranjeiras	0
EMEF José Hermínio Rodrigues	1
EMEF Marili Dias	1
EMEF Francisco Rebolo	3
EMEF Daisy Amadio Fujiwara	5
EMEF João da Silva	5

Tabela 11: Levantamento de n° de alunos cadeirantes no padrão “072”. Fonte: Base de Dados TEG. Seleção: Augustin (2019)

Embora seja pequeno o recorte, com apenas 11 escolas observadas, existe um indício de que a estrutura dos espaços escolares e sua adequação para atender a pessoas em cadeira de rodas, produz reais resultados.

Das 5 escolas consideradas para o padrão de 1986, tendo somente escadas como possibilidade de acesso aos outros pavimentos, apenas uma, a EMEF Roberto Patrício, apontava a presença de um aluno em cadeira de rodas matriculado. As outras quatro não apresentavam nenhum.

No entanto, as escolas do padrão 072, contendo todas, para essa tabela, um elevador para circulação vertical, seja externo ou interno, demonstraram números muito mais positivos. Apesar de uma das escolas não apresentar nenhum aluno com impedimentos físicos que necessitasse do auxílio de uma cadeira, todas as outras incluíam ao menos um, chegando a números expressivos, como 3 ou 5 estudantes.

Fora isso, o demonstrado na **Tabela 9**, em relação à importância das EMEF inseridas em CEU, contribuem para essa percepção de influência da acessibilidade dos espaços internos das escolas para incentivar e fomentar inclusão no ensino, mesmo com a influência de centralidade desses centros nas regiões periféricas possivelmente também contribuindo para essa condição.

E, ainda assim, as questões do ambiente físico se encontrariam em um patamar imprescindível, inicial, de busca por essa inclusão, como comenta Shimono, dando a entender que uma evolução pedagógica, de extrema importância e complexidade, também se mostra necessária:

“A escola, como um espaço de relações sociais, parece ainda reforçar a norma, a ordem, a regularidade do comportamento padrão não considerando as diferenças e singularidades dos indivíduos. Se o “normal”, o “desviante”, é concebido como falha ou produto da escola, teria ela condições de desconstruir o que foi construído? Penso que uma postura crítica do educador favoreceria o contexto da inclusão, construindo um ambiente em que os alunos com deficiências convivem com os [considerados] “normais”, estimulando um clima de cooperação e solidariedade.

[...]

Se compararmos as barreiras atitudinais do preconceito com a barreiras físicas, estas parecem mais fáceis de ser superadas, pois aquelas dependem de mudanças culturais, do exercício e desenvolvimento de novos valores permeando as relações entre a sociedade e a deficiência”
(SHIMONO, 2008, p.15-16)

Conclui-se, então, que a situação defasada de edifícios adequados na educação, além de fatores socioeconômicos, habitacionais e de mobilidade, como visto anteriormente, acabam por criar barreiras de características diversas, que se sobrepõem aos impedimentos corporais, também de manifestações, e portanto especificidades plurais, dificultando ou mesmo impedindo a plena participação de pessoas com deficiência nos ambientes de ensino, e assim excluindo-os da possibilidade de partilhar (no real sentido da palavra, ou seja, de troca) das potencialidades de crescimento pessoal e em sociedade que a educação fomenta.

DE MUITAS REALIDADES, UMA

ENTREVISTA COM RAPPER MOYSÉS

O levantamento feito no capítulo anterior tinha como objetivo uma visão geral das condições que se colocam para pessoas com deficiência motora no município de São Paulo. A intenção para este, é aproximar o olhar para vivências particulares de um indivíduo e o seu entendimento sobre as questões já vistas e, por consequência, observar também as condições de uma região específica da cidade, conectada a esse indivíduo.

O modo escolhido para fazer essa aproximação foi o da entrevista.

A princípio, a proposta era entrar em contato com alunos ainda em idade escolar e fazer mais de uma entrevista para ter uma maior pluralidade de situações exemplificando a vivência com impedimentos corporais dentro do ambiente da educação. Essa alternativa se mostrou difícil quando tentou-se localizar esses alunos, o que levou a uma outra possibilidade quando, nesse processo, tive conhecimento de um artista que morava em região periférica do município, era cadeirante e falava das questões da deficiência atreladas a situação social. Ao ter acesso ao que ele havia produzido sobre o tema, imaginei que seria uma pessoa que teria interesse de contar as suas experiências.

No dia 28 de abril de 2019, então, o rapper, Moysés Martins, de 41 anos; cadeirante e ativista das questões da pessoa com deficiência, da causa negra e da periferia; morador do Jardim Noronha, na zona sul de São Paulo; e ex-integrante dos grupos de rap A286 e Facção Central, e com trabalho solo *bRASIL dEFICIENTE* (meu primeiro contato com seu trabalho), deslocou-se até Interlagos, onde resido, acompanhado de esposa e da filha, ainda bebê de colo, para nos encontrarmos pela primeira vez e conversarmos.

A partir daqui, comento o que foi relatado por Moysés, relacionando com os temas anteriores já tratados. O conteúdo da entrevista, na íntegra, pode ser encontrado logo após as considerações finais.

Primeiramente, já que ainda não nos conhecíamos pessoalmente e havíamos trocado poucas informações, pedi a Moysés que me contasse um pouco de si. Sua história, onde mora, onde nasceu, cresceu...

Sou de São Paulo, capital mesmo. Eu nasci no Jd. Tamoio e hoje eu moro no Grajaú, região do Grajaú.

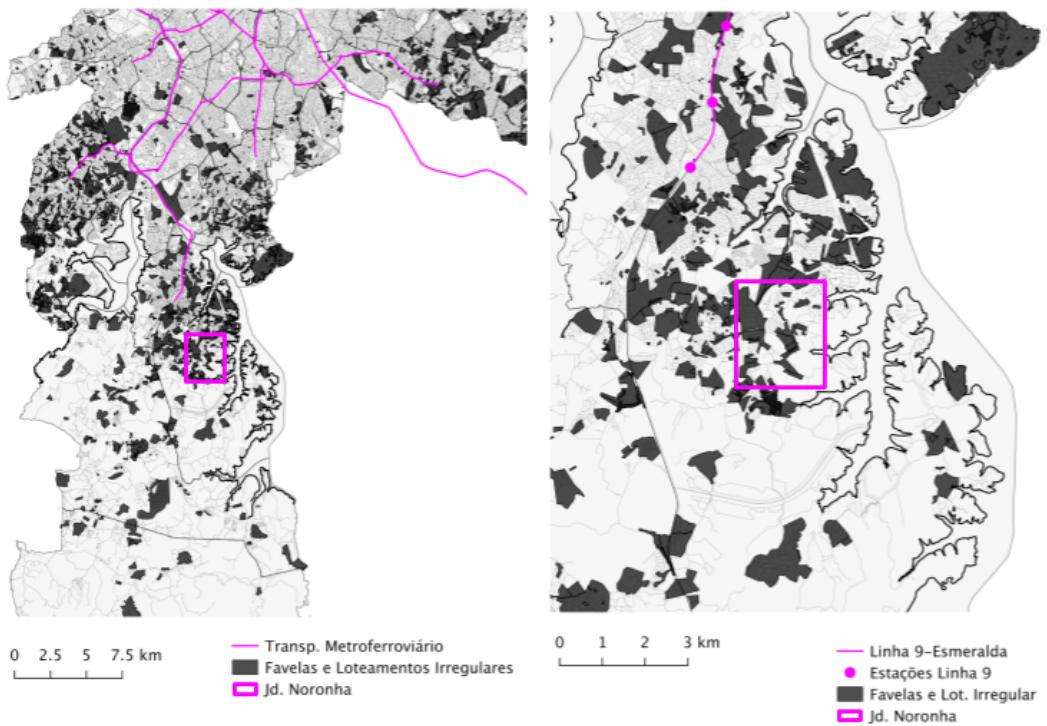
[...] nasci no Jd. Tamoio, mas só que assim... o lugar onde eu resido eu já moro há uns 40 anos. Praticamente, eu fui pro Noronha desde que eu nasci, desde pequeno. Eu falo Tamoio, mas eu nem lembro, eu nem tenho lembrança desse momento no Tamoio. É que eu coloco o Tamoio como o lugar onde tudo aconteceu, né. Porque foi lá que eu fui adotado e tal, entendeu? Tem esse lance aí. Então eu lembro do Tamoio por essa parada.

[...] Eu nasci, tive essa sequela de poliomielite aos seis meses de nascido, e teve toda uma complicaçāo no nascimento, porque minha família, ela já... era meu pai, minha mãe, já tinha uma irmā. E eles não tiveram condições, segundo eles, na época e tal.

Aqui já temos algumas informações importantes da vivência de Moysés. Nascido no Jardim Tamoio, também na zona sul de São Paulo, mas a oeste da Represa Guarapiranga. Região de forte contraste social.

O fato, como Moysés comentou, de sua família não ter tido condições, o que culminou em sua adoção, já demonstra uma vulnerabilidade que fazia parte da realidade social na qual estava inserido. Outra situação que manifesta isso, é a origem dos impedimentos corporais com os quais o rapper convive desde os seis meses de idade, quando foi diagnosticado com poliomielite.

Tendo o entrevistado 41 anos, significa que a paralisia, que afeta seus membros inferiores, se manifestou justamente em um dos períodos em que foram registrados mais



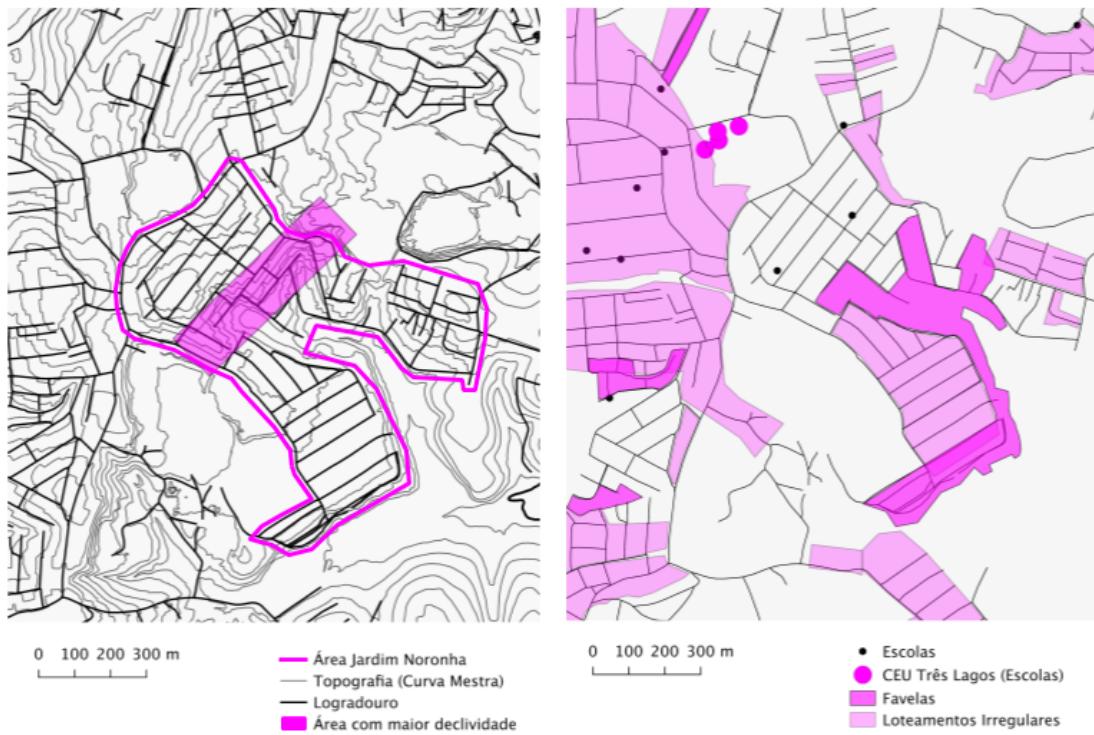
casos da doença, entre 1975 e 1979²⁶, antes de ser erradicada em 1986. O vírus causador da paralisia, afetava com mais frequência regiões com menos infraestrutura, como saneamento básico, água potável.²⁷ De modo geral, a renda, a condição socioeconômica, se mostrava um fator na prevenção, ou não, da ação do vírus naquela época, que afetou aproximadamente 26 mil pessoas do final da década de 60 ao fim da de 80. Assim, além de muitas das barreiras, ou *frontes*, como Moysés gosta de chamá-los, criados ou intensificados pelas questões sociais na experiência enquanto

²⁶ “Se não fosse a vacina, diz o ministério, o Brasil não teria enfrentado um dos maiores desafios de sua saúde pública. Até a erradicação [em 1986], foram 26.827 casos de poliomielite entre 1968 e 1989. Os anos 70 registraram a maior parte dos casos. Há um pico em 1975, com 3.596 registros. Outro ano com muitos casos foi 1979, com 2.564 infecções.” Disponível em:

<<https://g1.globo.com/bemestar/noticia/brasil-teve-26-mil-casos-de-polio-de-68-a-89-e-nao-registra-casos-ha-30-anos-entenda.ghtml>>

²⁷ “Outro argumento que mostra como renda afeta saúde emprega a sua relação com boas condições de moradia, como acesso à água potável e esgotamento sanitário. É provável que as pessoas mais pobres morem em lugares com condições precárias de saneamento básico e que sejam mais vulneráveis a doenças, principalmente as crianças. As principais doenças ligadas à falta de saneamento são cólera, infecções gastrintestinais, febre tifóide, poliomielite, amebíase, esquistossomose e shiguelose.” Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612012000200001>>



pessoa com deficiência, no caso do nosso entrevistado, pode ter sido um fator também para o surgimento de seus impedimentos corporais.

Após sua adoção, Moysés foi, então, viver no Jardim Noronha, na Região do Grajaú, zona sul do município de São Paulo, onde mora até os dias de hoje.

Essa longa permanência nessa região, incluindo a idade escolar, de extrema importância aqui, torna necessário um momento para se observar as características desse espaço.

O Jardim Noronha localiza-se próximo à margem oeste da Represa Billings, dentro da subprefeitura da Capela do Socorro. Como se pode observar nos **Mapas 6 a 9**, é uma região de alta vulnerabilidade social, com presença de favelas e loteamentos irregulares. Não apenas isso, também se mostra distante da oferta de transporte público metroferroviário, e a aproximadamente 45 minutos, exclusivamente com ônibus, nesse caso, tanto da estação Terminal Grajaú, que dá acesso à Linha 9-Esmeralda da CPTM,

quanto do Terminal Varginha, dois dos principais pontos de conexão da região com a área central de São Paulo, ou mesmo com a centralidade da região sul, Santo Amaro.

Além disso, o bairro contém trechos de grande declividade da topografia, que cortam o bairro de nordeste a sudoeste, que se apresentam como uma barreira física natural que cria situações de difícil adequação da malha urbana, criando ruas e calçadas íngremes, e dificultando, em diferentes casos, o acesso do passeio para dentro dos lotes de habitações, lojas e serviços, influenciando negativamente, mais uma vez, a qualidade das calçadas.

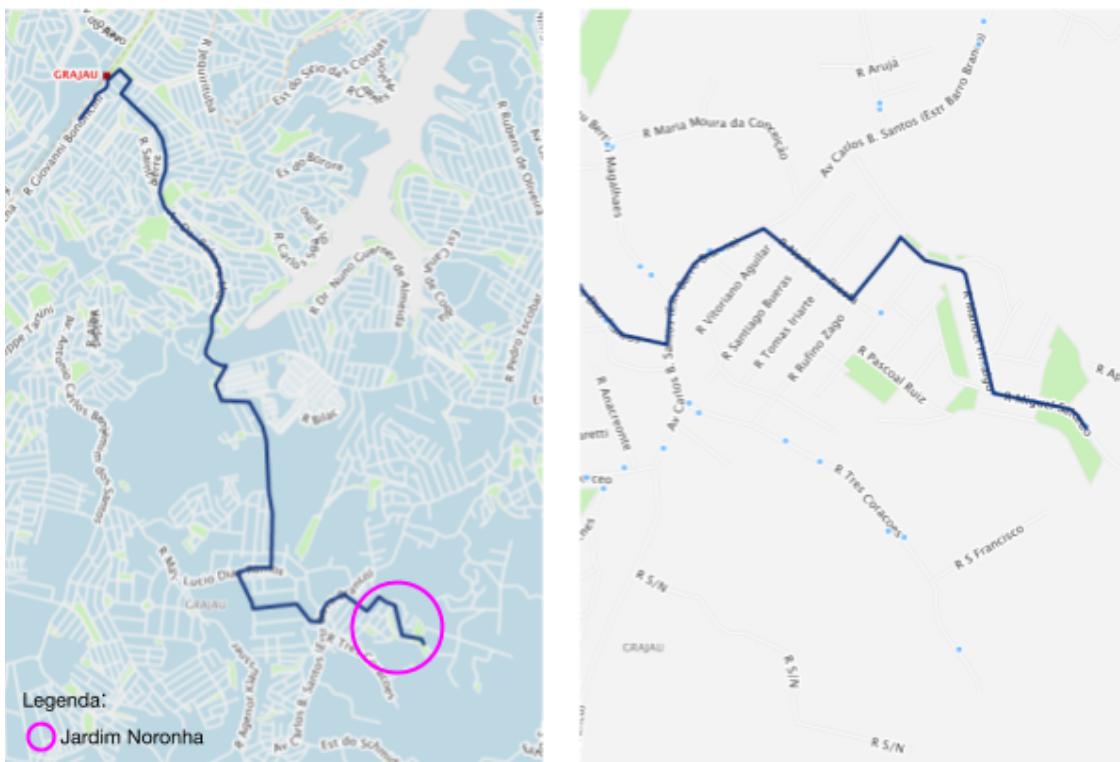


Imagen 22. Rua Manuel Hidalgo, Jd. Noronha. Fonte: Google Street View. 2011.



Imagen 23. Rua Manuel Hidalgo, Jd. Noronha. Fonte: Google Street View. 2011.

Ainda em relação a mobilidade e acessibilidade, há quatro linhas de ônibus que conectam a área com as outras regiões do município, sendo elas: 6016-10 (Jd.Noronha/Term. Grajaú); 6016-41 (Jd. Porto Velho/Term. Grajaú); 6058-10 (Jd. Noronha/Term.Varginha); e a linha noturna N636-11 (Term.Grajaú/Jd. Noronha). Pode-se perceber que todas elas levam aos terminais antes mencionados. E além disso, as quatro linhas chegam no Jardim Noronha como ponto final. A soma desses dois fatores restringe o acesso dos moradores, e em especial ao se considerar pessoas com deficiência física motora, a regiões vizinhas que não são contempladas por essas linhas, criando muitas vezes a necessidade de baldeação e trajetos longos, mesmo para localidades próximas. O que acaba por se conectar ao mencionado por Andreína Nigriello (2014), sobre um transporte que busca apenas suprir as necessidades mínimas de viagens e pessoas ao centro e não contribuindo de modo satisfatório o acesso às áreas periféricas vizinhas, e ao comentado por Karina Leitão (2016), sobre a dimensão espacial do território e seu caráter de exclusão e dominação social.



Mapa 10 (esq.). Visão macro da linha na zona sul Linha 6016-10 de ônibus. Fonte: SPTTrans.

Mapa 11 (dir.). Ampliação da Linha no Jd. Noronha. Fonte: SPTTrans.

Mais um elemento é a situação dos pontos de ônibus que, mesmo em áreas planas do bairro, como na **Imagen 24**, não se mostram adequados ao uso para uma gama enorme de especificidades individuais. Situações similares, sem guia rebaixada conectando a calçada e o ponto ao leito carroçável e ao outro lado da rua, ou mesmo dimensões estreitas e obstáculos nas calçadas se repetem em todo o bairro, sendo às vezes somados por um declive, como pode ser visto na **Imagen 25**, que dificulta ainda mais o acesso e o embarque e desembarque dos usuários das linhas de ônibus..



Imagen 24. Ponto de ônibus na Rua Três Corações, Jd. Noronha. Fonte: Google Street View. 2011.



Imagen 25. Ponto de ônibus na Rua Três Corações, Jd. Noronha. Fonte: Google Street View. 2011.

Desse modo, pode-se perceber que dentro desses fatores aqui colocados, o Jardim Noronha, onde Moysés vive praticamente toda a sua vida, engloba muitos desses aspectos na sua situação socioeconômica e de mobilidade.

A ser perguntado se conseguia chegar em todos os destinos que desejava, Moysés respondeu:

Não. Às vezes com um pouco de superação. Dá vontade de estar em determinado lugar. De estar em determinados espaços sociais, comerciais, culturais. Tem que exigir um pouco de cada um. O que não é certo né. Deveríamos ter literalmente uma inclusão fundamental e concreta pra você estar em tudo quanto é lugar. Mas eu costumo dividir isso da seguinte forma: Eu sempre bato nessa mesma tecla. A periferia é o lugar menos adaptado. É lógico, acho que até porque ninguém ousou morar na periferia. Existe toda uma desconstrução social, uma história de exclusão, tudo isso, entendeu? E onde determinadas pessoas foram jogadas para as margens da sociedade. Isso é fato. E outras passaram a integrar o miolo, o centro. Isso me remete a falar novamente do assunto, da questão de luta de classe... porque a pirâmide social, ela acaba também infligindo. E ela tem uma participação forte nessa parada da segregação. Da nossa vontade de poder circular. Do nosso direito de ir e vir.

Na visão de Moysés, no entanto, o fato de a periferia, como ele comenta, ser menos adaptada, não exclui as áreas centrais de não estarem adequadas a receber as diferentes especificidades das pessoas com deficiência que, como citado anteriormente nesse trabalho, não é um direito que se restringe a quem vivencia os impedimentos corporais, mas que beneficia, traz melhorias, para a sociedade como um todo.

Porém, o centro de São Paulo é terrível. Esse lance da infraestrutura, tanto na parte pobre quanto na parte rica do Brasil, eu acho totalmente inacessível. E

deveríamos ter políticas públicas voltadas para essa questão em si. Só que, acima de tudo, eu acho que deveria ser coisas partindo de pessoas feito nós.

Esse conceito de mudanças “partindo de nós”, significando pessoas com deficiência, se baseia provavelmente na percepção, mesmo de vivências, como as presentes em suas letras, onde o espaço é projetado sem uma sensibilidade para esses impedimentos corporais, como pode ser observado em dois casos contados por Moysés.

Como no caso de um restaurante em Interlagos:

Comia direto lá no Frango Frito fui perceber que os caras, tá ligado:

“Frango Frito, só rótulo falta de respeito.

Filial Robert Kennedy, cadê o acesso ao banheiro?”

“É, eu comia direto aqui, parei de comer porque, ah, mano. Faz quatro anos que vocês ficam falando pra mim que vão arrumar isso aí. Eu tenho que toda vez descer da minha cadeira pra... Ah, tá de palhaçada. Vou colocar isso num som meu.” Ainda falei, porque eu conhecia o gerente de lá. Aí ele: “Pô, você colocou mesmo, ehm?” Eu: “É...falei, né.”

E uma rampa de acesso de uma igreja:

Então são umas paradas fortes que os caras às vezes, pra se safar da lei que fala da adaptação...todo esse lance do cem por cento inclusivo... os caras fazem umas paradas assim, pô. Do nada, sabe? Sem fundamento. Eu falo: “Que é isso, sobe na cadeira primeiro e vê se você vai conseguir subir essa rampa íngreme aí, mano. Ó, o jeito disso aqui. Quem é que sobe isso daí?” Eu fico tentando entender de que mente que sai, pô. Entendeu? Porque essa mente atrofiada aí, socialmente falando, é que dificulta mais o nosso dia-a-dia. Essa atrofia social das pessoas imaginarem que uma rampa, desse jeito, a gente vai conseguir subir, é complicado.

A ideia de “mente socialmente atrofiada” se repete em outros momentos, e está relacionada muito com uma ideia de convivência, ou falta dela. O conceito da “criação de um elo”, como descrito pelo entrevistado, seria uma possibilidade de amenizar essa comum falta de percepção do espaço como lugar pertencente à comunidade, em um sentido de pluralidade.

Esse conceito será revisitado ao se comentar sobre educação.

Como tive contato com o trabalho de autoria do rapper antes da nossa conversa, pude perguntá-lo, para esse tópico da acessibilidade, sobre um trecho de uma de suas letras:

A escada de concreto na estação de trem CEASA.

*Adaptação pra acesso é dever no congresso,
mas sem fiscalização, meu direito é sem progresso.*

“Meu problema não é seu...”(Moysés)

Então. Esse lance da escada da CEASA eu vou te falar qual que foi. Eu fui visitar um amigo meu no CDP de Pinheiros. Tá ligado? E por ali a gente desce ali na CEASA e tal, e faz um trajeto ali por dentro. Eu acho que na época foi isso. Só que na volta, a melhor forma também é a estação CEASA. Que aí, se você for ver o clipe de um som que eu tenho, que eu peguei mais pesado ainda no clipe. Só a imagem já dá um soco no olho. Porque tem o logotipo de adaptado lá. Tá lá a cadeirinha adaptada. E uma escada de concreto na caruda. Eu queria até ver a frente de novo. Eu acho que a parte de trás da estação CEASA, que dá acesso ao cadeião de Pinheiros ali. Então, tipo, eu fui visitar um cara lá e na volta que eu percebi essa parada.

Sem contar que assim, né. Eu pude entender também que, cadeirante dentro das cadeias também... ô, pessoal, autoridades... vamos ajudar nesse sentido. Porque eu vou falar pra você. É uma ‘desinstrução’ por parte dos caras lá dentro, também, que eu vou te falar.

Na volta, aí eu falei pra um amigo meu: “Mano, faz uma foto aqui. Não é possível”. Só que eu fiquei esperando pra ver se alguém ia, né. Ninguém, cara!

Você não tá entendendo. E agora o cúmulo, e o absurdo, é isso que eu vou te contar agora. Falei: “Ô, Reinaldo, sobe lá em cima. Não fala que tá comigo, não. Sobe lá em cima e fala pra eles virem me ajudar aqui.” Os caras vieram. Os caras no dia tavam com cirurgia no joelho, cirurgia na coluna, e ainda vieram me falar: “Irmão...”. “Não, então tá bom. Vocês não vão me ajudar a subir? Cê querem me dizer que deficiente não embarca nessa estação. Certo? A estação, a escada é de concreto e eu não vou poder embarcar e é isso mesmo?”. Ele vem e passa pra mim uma situação de que não tava dentro do protocolo em que eles foram contratados. “Ajudar um deficiente não, irmão. A gente é cuidar do patrimônio aqui e tal.” Falei: “Nenhum momento tem isso. Aí se vocês fizerem, é puro altruísmo e coisa de samaritano, mesmo? É isso mesmo que cê tá querendo dizer? E hoje não vai ter nenhum samaritano pra me ajudar?” Tá ligado...

Aí veio o encarregado lá e falou: “Não, mano. Vamos ajudar você sim e tal. Mas é que não tá mesmo dentro do nosso protocolo.”

De modo geral fica clara a percepção de uma péssima condição dos espaços, seja mais próximos de centralidades, seja dentro do próprio bairro, como no exemplo a seguir, que remete ao levantado anteriormente nesse capítulo:

[...]às vezes quando eu tô na minha caminhada, quando eu vejo um poste no meio da rua, eu penso: “Ô, mano. Será que o cara não viu que não era aqui? Pô, a calçada não foi feita no poste. A calçada já tinha, mano.” Eu vejo umas paradas pros lados de Santo Amaro ali. Você vai sempre ver eu: “Aqui, ó...”. Quando você vir uma foto minha apontando... é uma faixa de pedestre que não tem guia rebaixada... sou eu tentando descer um aguaceiro que mais parecia... [...] Eu tentando descer do busão, e embaixo, na verdade, era o mar. Eu não sou o Moisés da Bíblia, não. O ponto, cê não tá entendendo, tava alagado. Eu vou te mandar essa daí. Eu assim, falei: “literalmente, a rampa vai descer toda...” a rampa tava na metade ainda e eu pedi pra ela [esposa de Moysés] já fazer a foto. Aí falei: “Quando descer tudo não dá tempo. Porque a

água vai bater aqui..." Foi dito e feito. Só ouvi o povo. E o povo ainda... E não tinha outro lugar pro motorista mesmo. Falei: "Pô, não deu pra ele também". Falou: "Mano, você não quer descer no ponto lá da frente?", "Não, eu sou mais me molhar aqui do que voltar lá pra trás pra me molhar de novo, irmão."

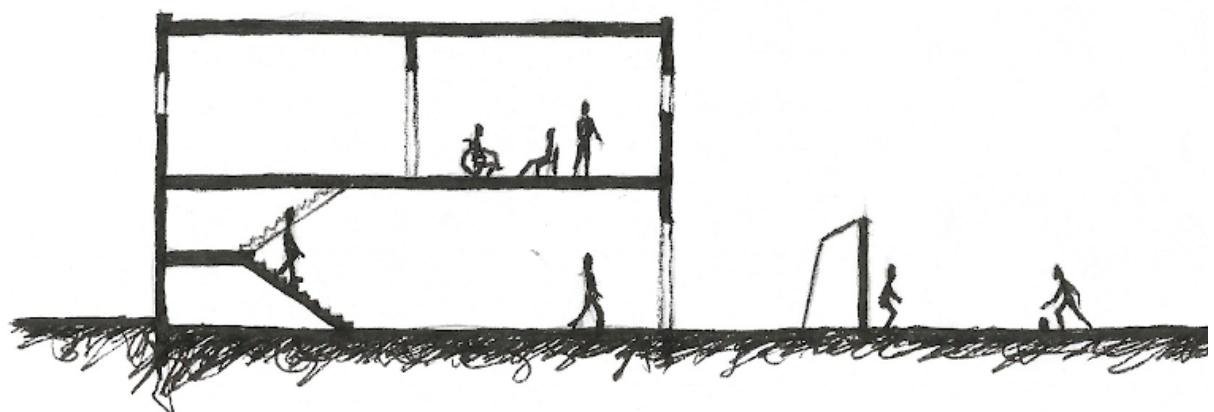
Somado a essa ideia geral da dificuldade no acesso à cidade, como um todo, o rapper comenta, rapidamente, sobre o Atende, dando a ele, também, assim como no conteúdo desse trabalho, um caráter paliativo (até certo ponto, pelo menos) do Serviço:

Aí a gente precisa de outro assistencialismo, que é o Atende, pra chegar até lá.
Pô, isso acaba sendo um acesso negado. Entendeu?

A experiência de ter ido ao Canadá, proporcionada pelo rap, deu uma visão comparativa a Moysés, quanto a exemplos de mobilidade fora do país:

Quebec por cima é maravilhoso. Só que aí você vai olhar o Canadá subterrâneo, ele já não é tão bom assim. Quando eu fui não tava chovendo. Então eu andei legal pela parte de cima. Só que aí eu falei: "Não, sou abelhudo. Quero dar umas voltas". Aí, meu. É totalmente complicado.

Ao ser perguntado se conseguia chegar mais nos diferentes lugares que desejava:



Sim, mesmo indo por baixo ali. Às vezes, tipo assim. Eu diria também que era um pouquinho de falta de direção minha no local. Às vezes eu ficava brigando por um elevador que, ia ver, ele tava no lugar errado, firmeza. Se você desce, já tem que ter um na cara do gol.

[...]

Porque aqui em São Paulo, por exemplo. Eu ando legal e tal. Eu já sei onde estão os elevadores. Tem hora até que eu acho elevador que ela [esposa] não sabe que tá lá, que eu falo, ó... Mas é que aqui eu já aprendi a meter a mão nas escadas rolantes e subir, né.

Após esse olhar sobre algumas das características do bairro onde reside o artista entrevistado e sua relação com a cidade e visão sobre a mobilidade dentro e fora dela, gostaria de voltar às suas origens.

Ao recebê-lo no ponto de ônibus perto de onde moro, logo pude perceber que Moysés se locomovia com notável independência em sua cadeira manual. O trajeto que fizemos do ponto à minha casa, com a força dos braços, ele pôde percorrê-lo com aparente tranquilidade.

Durante a entrevista, isso me fez questionar sobre como havia sido sua ida à cadeira de rodas, se havia sido desde criança:

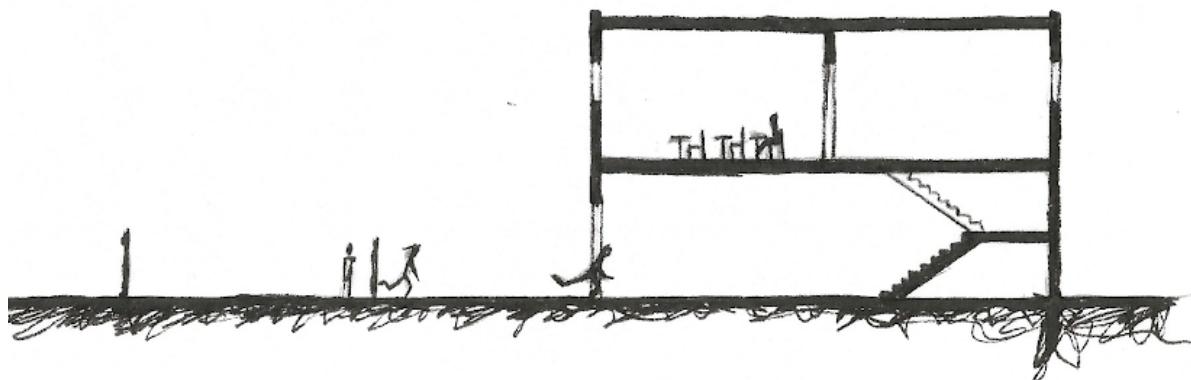


Ilustração: Pedro Lang Augustin

Vim me compreender, mesmo, em cima de uma cadeira de rodas, aos 16 anos. Porque, antes disso, eu nem cadeira de rodas tinha. Eu entrei no ensino, na educação da escola, era minha irmã que me levava no colo mesmo, porque cadeira de rodas, naquela época, era complicado. Há muito tempo atrás era complicado. E as que vinham era aquela situação de cadeira de ferro mesmo. E ‘quando’ vinha. O governo não tinha uma presença marcante nisso, entendeu? Ou talvez também por falta de informação da gente, morando às margens da sociedade.”

O tempo em que Moysés ficou sem cadeira de rodas, uma necessidade básica e urgente que se manteve sem recurso por dezesseis anos, logo me fez suspeitar que essa situação ocorreu de uma impossibilidade de aquisição do material. Perguntei, então se a primeira cadeira havia sido adquirida através do SUS.

Então, não. Não foi com o SUS. Minha primeira cadeira que eu consegui foi o time de futebol da área lá que fez um cartaz entre eles, entre dois times, e me presentearam com a cadeira de rodas.

[...]

Porque, querendo ou não, é dois ‘pau’ e seiscentos. Com o orçamento de um deficiente na periferia, ele tirar esse orçamento pra comprar uma cadeira de roda é algo complicado. E isso acaba dificultando ainda mais a vida do deficiente na periferia.

Moysés colocava nessa resposta alguns aspectos comentados anteriormente. O altíssimo custo desses materiais imprescindíveis, e de como isso somado às questões sociais torna-se um impedimento a mais. Ele adiciona porém um detalhe que passei a vivenciar após essa entrevista: a falta de informação, sua dificuldade de chegar às pessoas que necessitam dela, mas se encontram nesse âmbito, também excluídos. Após a entrevista, já por duas vezes fui parado na rua e perguntado sobre como conseguir uma cadeira como a minha, perguntado se era muito caro, dando uma

dimensão de como não tem êxito, muitas vezes, o sistema para difundir essas informações.

Nessa situação, conquistas como as doações do SUS e a manutenção gratuita perdem muito de sua importância, muito de seu potencial de diminuir contrastes sociais dentro da deficiência e garantir direitos.

Um outro aspecto que me veio à mente, é perceber a diferença de realidade que eu e Moysés tivemos em relação a cadeira. Como colocado por mim na motivação da pesquisa, a cadeira motorizada se mostrou uma urgência, porém uma urgência que surgia de uma oportunidade que me incumbia ter de morar longe de casa e dos cuidados da família, sem contar que para minha locomoção, até lá, e quando precisei, houve sempre uma cadeira.

O conceito de urgência perde a dimensão quando se coloca na perspectiva de dezesseis anos.

Perguntei então sobre como havia sido o processo de se adaptar à cadeira, de como conduzi-la por conta própria, fazer as transferências, se havia existido algum tipo de acompanhamento.

Eu passei um tempo na AACD e no Hospital das Clínicas, né. Foi uma fase difícil pra mim, porque eu pensava em fugir todo dia da internação, entendeu? Eu não me via lá dentro. O lance da cadeira de rodas, de aprender, foi praticamente sozinho, porque quando eu fiz todo o processo de me entender enquanto deficiente, e tal, eu estava vivendo, até os 16, essas internações, as cirurgias. Eu também não dava umas braçadas na cadeira nem nada. Eu vim começar a praticar esse exercício da cadeira de rodas, quando eu ganhei a minha mesmo. Já tardia, de uma certa forma, tardia, aos 16 anos. Que aí eu comecei a levar os primeiros tombos. Aprendi sozinho. De uma forma inata, mesmo. Autodidata periférico.

Mais uma vez a informação não estava próxima para auxiliar nas situações pelas quais Moysés foi vivenciando. Mesmo estando dentro de instituições como a AACD e o Hospital das Clínicas, pouco acompanhamento se deu relacionada a essa ida para a cadeira de rodas. Situação essa, o entanto, bastante frequente, como comentado em *Diversidade corporal e perícia médica no Benefício de Prestação Continuada*:

“A pessoa com deficiência experimenta uma das formas mais singulares de exclusão social - a solidão pelo corpo único. Muitas crianças deficientes vivem em famílias sem deficiência, o que torna a descoberta dos impedimentos corporais um processo solitário desde as primeiras formas de socialização.”
(BARBOSA, DINIZ, SANTOS, 2010, p.43)

Seguindo as informações que me eram dadas na conversa, o comentário sobre o período de escola e da ajuda que a irmã lhe dava motivou novas perguntas. Em uma das músicas de autoria do rapper, o auxílio para ir à escola era colocado como vindo do pai, nos versos:

*Aquele que empurrava minha cadeira de rodas pra escola.
Nem enxurrada me fazia perder prova.*

“Hoje não vai ter aquele olhar” (Moysés)

Perguntei então sobre esse detalhe, e em resposta:

Ah, sim. Ali era pra falar dele. Era falando dele, porque chegou um momento que ficou pra ele. Tá ligado? Pra ele me levar pra escola. Mas no começo era minha irmã que me levava. Até porque meu pai trabalhava demais na época. E, tipo assim, ela me levava mesmo. Me pegava no colo, me botava na carcunda, e me levava.

Eu fiz minha primeira série e a segunda, praticamente, foi essa labuta aí. Foi desse jeito. Não me deixava faltar nenhum dia. Entendeu? Só que aí, quando eu passei a ganhar a cadeira de rodas. Aí meu pai começou a me levar.

Só que aí eu lembro do meu pai me trazendo pra escola. Pra Unisa, aqui em Santo Amaro. Porque aí, o que acontecia... ele já não tava mais podendo empurrar a cadeira. Já via que o corpo dele tava sofrendo uma ação daquilo. Ele me levava pra faculdade, e quando eu chegava da faculdade a noite ele já não me buscava. Era meu irmão que ia me buscar.

Então teve que ter... você vê que esse processo meu do andar sozinho, ele teve um abismo aí. Eu ganhei a cadeira com 16, mas até 21, quando eu ingressei na faculdade, que eu resolvi definitivamente pra fazer... aí, tipo, eu era aquele cara que, né, só andava sempre com parceiro. Sempre tinha um. “Vamos lá, vamos lá”. Só que aí chegou o momento que eu vi a necessidade. Não, eu quero tá em determinados lugares que só eu quero tá e eu não quero testemunhas.

O cuidado na vida de Moysés, uma necessidade intensificada pelo período em que ficou sem a disponibilidade de uma cadeira de rodas, foi dividido, alternado, pelos integrantes de sua família. O fato de a irmã o levar na caravana para a escola, como ele conta, nos leva a conectar o assunto tratado no capítulo anterior, no qual o cuidado se mostra uma prática recorrente da obrigação da família, com maior frequência em situações de vulnerabilidade, e principalmente por mulheres, nas palavras de Martha Nussbaum (2010).

Mas além disso, se evidencia, aqui, o fato de a pessoa que exerce a função desse cuidado vivenciar junto da pessoa com impedimentos do corpo as questões e dificuldades impostas pela deficiência, mas uma vez intensificadas em casos de vulnerabilidade social. Situação essa, claramente exemplificada pela ausência da cadeira de rodas que, se presente, traria melhores condições para Moysés e sua família como um todo.

O rapper comenta ainda sobre a ajuda que recebia de amigos, principalmente no período da faculdade, até os 21 anos.

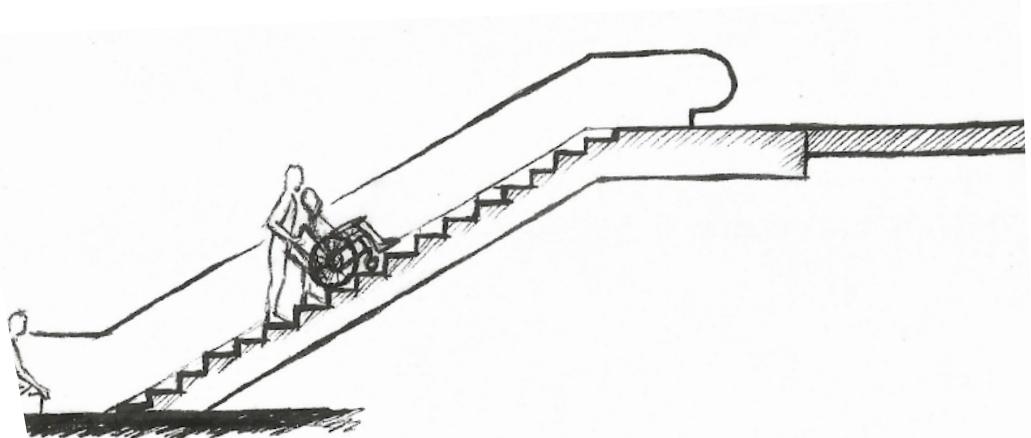
Na periferia, eu diria que é como na música dos racionais: “Apoiado por mais de cinquenta mil manos”. Todo lugar, todo obstáculo que eu tenho, tem vários obstáculos. E tem uns inclusive, que já poderiam ter sido consertados se existisse vontade política de alguns políticos da nossa região. Mas parece que não existe.

Só que assim, sempre vai ter um passando pra lá e prá cá. E o melhor, né, em todos os horários, porque também assim, ó, periferia é aquilo. Ela é acordada, né. Tem os caras da noite e os caras do dia.

Mas um detalhe que chama a atenção é um desejo por independência e autonomia que, segundo ele, começam ali, no período da faculdade, a serem buscadas.

É, autonomia. Pra mim, conquistar isso aí foi o rap que me deu. Literalmente, porque eu falei: “Pô, eu vou matar meu pai se eu não conseguir fazer isso sozinho por mim mesmo”. Porque quando eu chegava ele tava todo dolorido na cama. Ele me levava, porque ele já tava mais de idade. E aí eu coloquei essa situação. Falei: “Não, eu tenho que resolver isso, de qualquer forma.

Tenho que fazer por mim mesmo”.



Mas, sempre assistido por pessoas. Se eu falar pra você que não teve sempre pessoas na minha vida pra me ajudar, eu tô enganado. Entendeu? Eu tô enganado e posso não estar sendo coerente.

Sendo o rap um grande fator para a conquista de sua autonomia, trago um momento posterior da entrevista, para traçar uma linha de raciocínio sobre a importância da educação.

[...] minha irmã chegava e me colocava na carteira. Fato. “Firmeza, professora? Meu irmão tá aí.” Escola totalmente inadaptada, totalmente. Eu acredito que na época, acho que só era eu naquele lugar ali, cara. E, sem a cadeira, muitos acham que, né. Até os próprios alunos esqueciam. Isso foi na primeira série, na segunda série, na terceira série. Acho que essa situação constrangedora que aconteceu comigo foi na terceira ou na quarta série. Que aí eu tava mal de saúde também. [...] Na verdade eu sempre lutava contra mim mesmo pra num determinado horário do recreio... só que eu nem descia pro recreio, né. Eu ficava ali. Entendeu?

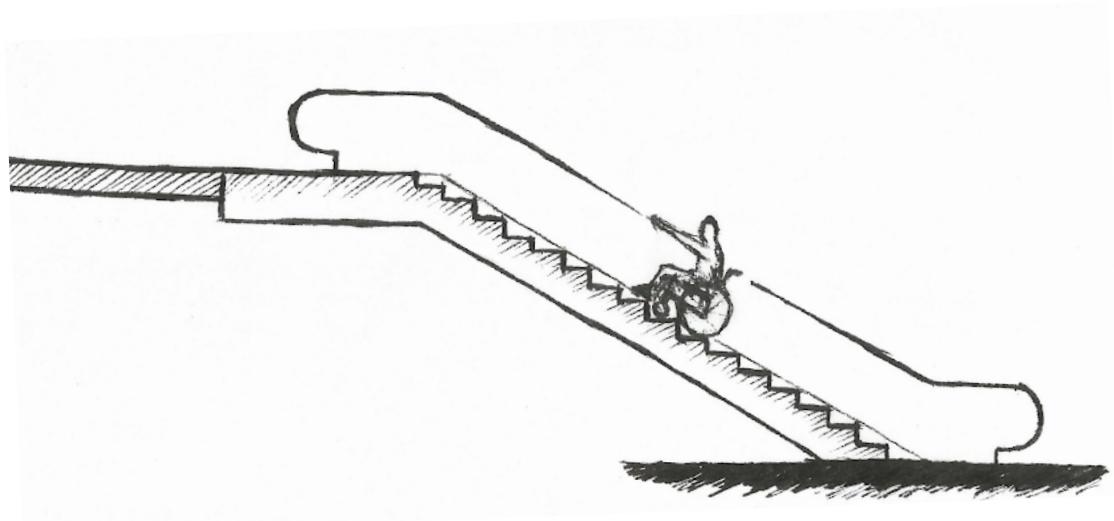


Ilustração: Pedro Lang Augustin

Aqui a vivência escolar de Moysés se tornou mais clara. Como ele mesmo ilustra, uma estrutura “totalmente inadaptada”, na qual, somado à ausência da cadeira para auxiliar sua locomoção, ele pouco podia participar nas relações sociais nesse período.

Como um pequeno complemento a essa questão estrutural do ensino e relacionado ao que foi apresentado nesse âmbito no capítulo anterior e do que pôde ser levantado sobre as escolas na região do Jardim Noronha, há a presença de uma EMEF, Dr. Manoel de Abreu, no modelo padrão de 1986. Mesmo não sendo o edifício referente ao exemplo dado de Moysés (uma Escola Estadual, a qual não pude acessar informações de projeto ou de presença de alunos com deficiência), esse dado tem certa relevância ao somar-se com o fato de que, nos dois casos, não há, ou pelo menos não havia no período relatado pelo entrevistado, estrutura adequada para inclusão no ensino.

No exemplo dessa EMEF, percebe-se, em sua situação atual, com a construção de um edifício anexo (Prédio 2, na **Imagen 27**), que sua característica térrea poderia ter contribuição interessante em uma espécie de compensação, forçada pela já descrita difícil readequação do Prédio 1 (**Imagen 26**). Porém, como se pode observar nas ampliações das plantas dos sanitários do Prédio 2, as dimensões das portas carecem em 10cm e 20cm as especificações mínimas de acessibilidade determinadas pela NBR9050.

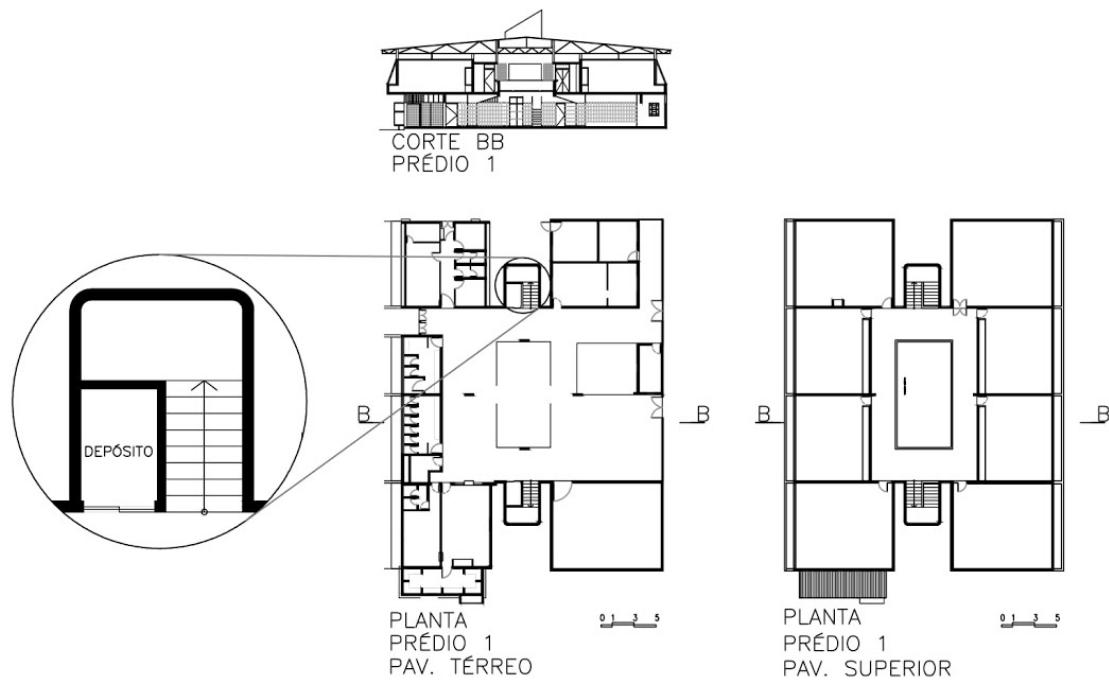


Imagem 26. Plantas e corte EMEF Dr. Manoel de Abreu-Prédio 1. Fonte Arquivo EDIF-Departamento de Edificações da Prefeitura do Município de São Paulo

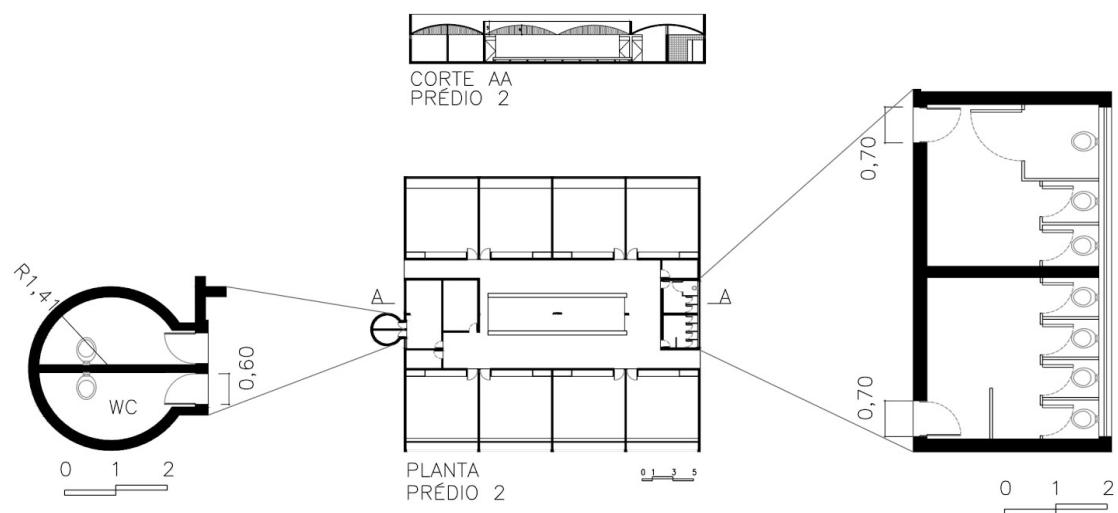


Imagem 27. Plantas e corte EMEF Dr. Manoel de Abreu-Prédio 1. Fonte Arquivo EDIF-Departamento de Edificações da Prefeitura do Município de São Paulo

Mesmo assim, relevando-se isso e imaginando uma possível readequação do edifício térreo, a implantação (**Imagem 28**) revela uma conexão apenas por escadas para se vencer um desnível entre os dois principais edifícios. Tal condição deixa, no exemplo dessa EMEF, muito complicada uma alternativa de torná-la acessível.

Em relação aos dados de alunos, não é surpresa observar que não haviam alunos em cadeira de rodas matriculados na escola em 2010, ano do levantamento.

Já outra EMEF existente na região e vinculada ao CEU Três Lagos, da primeira fase e inaugurado em 2003 (portanto fora da idade escolar de Moysés), com um edifício mais adequado para receber uma maior diversidade de alunos, tinha, no mesmo ano, 11 cadeirantes matriculados.

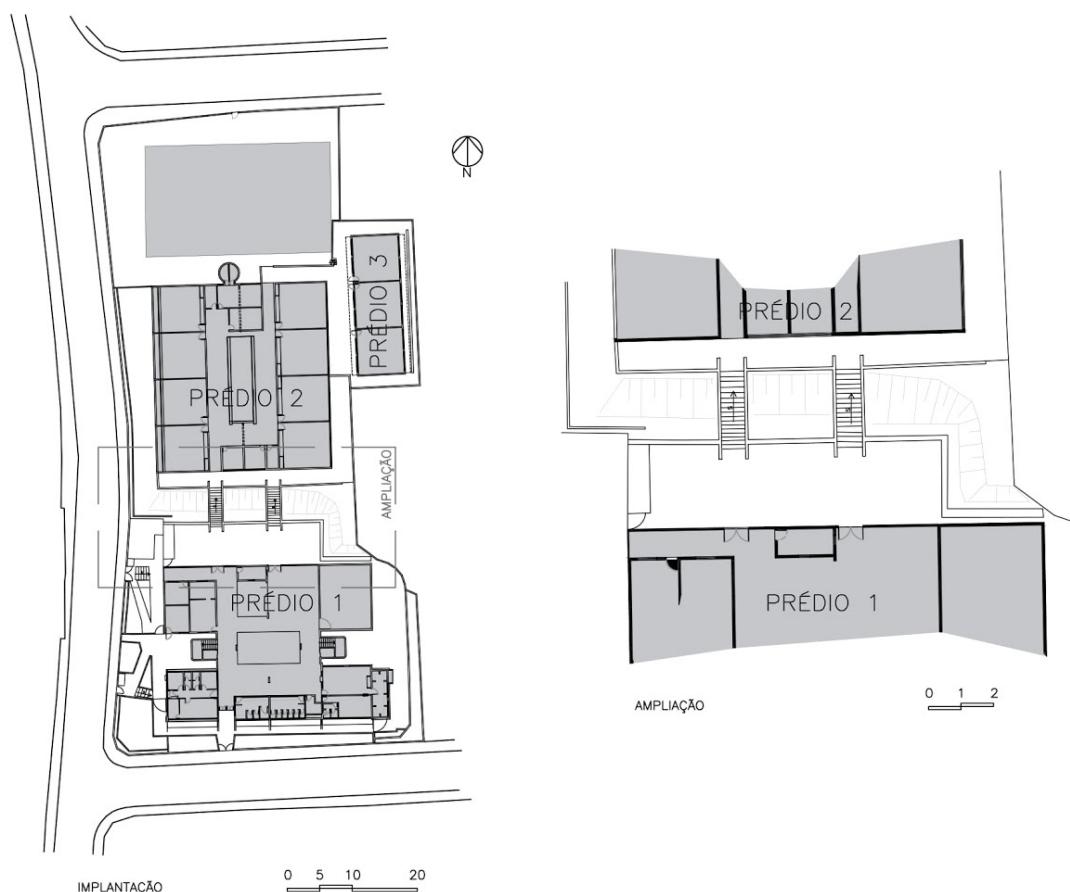


Imagen 28. Implantação EMEF Dr. Manoel de Abreu. Fonte Arquivo EDIF-Departamento de Edificações da Prefeitura do Município de São Paulo

Após esse pequeno parêntese, e voltando à vivência de ensino de Moysés...

Situações de superação decorridas das barreiras presentes também ocorriam no período da faculdade:

E indo pra faculdade teve uns frontes também. No trem, né. Porque eu pegava o trem aqui, quando chegava em Presidente Altino pra eu fazer baldeação... isso eu falo da segunda faculdade, porque a primeira já era uma situação assim... as pessoas me levavam e tal. Então eu ainda não tinha tanta...[autonomia]. Só que quando eu comecei a ficar do lado de fora, que a faculdade fechava as portas, e muitas vezes meu irmão tinha que chegar do trampo dele pra ir me buscar, é que eu comecei a ver que Santo Amaro era meio sombrio à noite, né. Aí no primeiro dia eu ainda tentei me aventurar sozinho. Peguei a cadeira, né. Saí com ela, tal. Sentido terminal. Que ali, saindo da Unisa, né, sentido terminal e tal. Só que cheguei ali perto do Largo Treze ali, voltei tudo para trás de novo. Falei: “É melhor eu esperar meu irmão...”

E já pra Uninove, que era na Barra Funda que eu fazia, poxa, eu ficava bronqueado era com uma situação. Quando eu chegava em Presidente Altino, ali é final, certo? Ah não, eu parava já em Osasco. Porque eu sabia que já dava pra pegar de Osasco também. Ali é final, certo? Mas toda vez que eu ia descer... Pô, se é final o trem não vai parar ali, mano? Por que que o povo tem que...[faz som de atropelo]. Literalmente, a porta abriu... aí toda vez que eu ia descer, empinava a cadeira pra trás pra descer, era derrubado pra trás. O povo vinha com uma velocidade tão... que ninguém queria nem saber. E aí eu comecei a fazer: “Ó, espera que eu vou descer”.

[...]

Então tipo assim, foi forte. Eu cheguei a ser derrubado um mês. Até eu desenvolver a concepção de que eu não podia cair mais. Eu sempre fui paciente. “Não, uma hora eles vão ter que enxergar. É sempre o mesmo horário, eu acredito que sejam as mesmas pessoas. Não é possível.” Tá ligado? Mas era uma coisa difícil também.

Aí chegava na faculdade, tinha que fazer... a entrada da faculdade tinha um elevador que era arcaico e vivia quebrado. Ou você ia pela rampa mesmo e fazia aquele espiral até chegar lá em cima. E quando você chegava lá em cima... Dificilmente eu chegava no horário, porque eu dava uma descansada depois que rodava aquilo tudo. E os alunos ali, meio que observando. Se você não cria esse elo. Por isso que eu tô falando... o mais importante é a gente criar esse feedback. Tem que ser criado.

Com os dois exemplos de faculdades que foram comentados por Moysés, perguntei, então, quais eram suas formações:

Foi pedagogia e jornalismo, que é comunicação social. Que pra mim, assim, saindo da escola pública, eu não sabia fazer outra coisa, né. Eu só estudava e lia. Eu acabei adquirindo essa vontade, porque eu falei: “Eu tenho que fazer alguma coisa que eu mando bem”. Então assim... é algo tava ali e achei que ia dar certo. Tanto que quando eu comecei a compor, eu senti uma certa facilidade.

Nesse momento, a conversa começava a ligar alguns pontos essenciais. Moysés colocava, sim, o período escolar, incluindo o da faculdade, como problemático em termos de inclusão. Mas também dava a entender, com sua fala, que existiu uma importância grande dessa oportunidade de estar dentro do ambiente de educação para alcançar objetivos que para ele, nos interesses que o motivavam, tinham potencial de crescimento pessoal e autonomia, seja na formação, seja na expressão cultural, na escrita, na poesia, no rap.

Em uma pergunta sobre qual seria a influência do ambiente escolar e do ensino em sua aproximação com sua forma de expressão, no entanto, a resposta veio em outro sentido:

O rap nacional me gerou o ponto de interrogação. “Por que disso aqui?”. E aí dentro da escola eu percebia que nem a própria escola tinha resposta para as minhas perguntas. Aí foi dessa forma que eu entendi. Não, vou buscar lá fora. E aí eu fui buscar na vivência mesmo. Na vivência de outros caras.

Ou seja, existe para Moysés uma complexa relação, quase contraditória, entre sua autonomia e crescimento pessoal e a escola. Ao mesmo tempo que ele a coloca como responsável por dar-lhe o potencial de escrever sobre as questões que observava e de perceber os estudos como um possível caminho para independência, também não lhe dava respostas sobre o mundo no qual estava inserido, seja na condição social, seja na experiência da deficiência, ambas de exclusão.

Em outras palavras, por um lado, a escola não tinha as respostas para o aluno. Por outro, deu instrumento para que, através do rap, pudesse achar essas respostas.

Porém, durante a entrevista, Moysés usou de um conceito muito semelhante ao mencionado repetidas vezes no capítulo anterior ao se falar do ensino. O rapper usa da ideia de convivência, de troca de experiências e vivências para que a “mente socialmente atrofiada”, da “desinformação social” ou, em outras palavras, o desconhecimento e mesmo o preconceito resultantes dessa exclusão, possam ser trabalhados.

Primeiramente ele comenta sobre a socialização na infância:

[...] o contato com crianças, acho que aí existe a primeira exclusão ou segregação, eu diria. Não sei se poderia chegar no termo de acepção também. É essa falta de informação pra se criar um vínculo da criança deficiente com a criança não deficiente. Porque a criança deficiente, ela já cresce num âmbito social, num habitat social, que ela já sofre a rejeição por parte da falta de informação da criança pelo próprios pais.

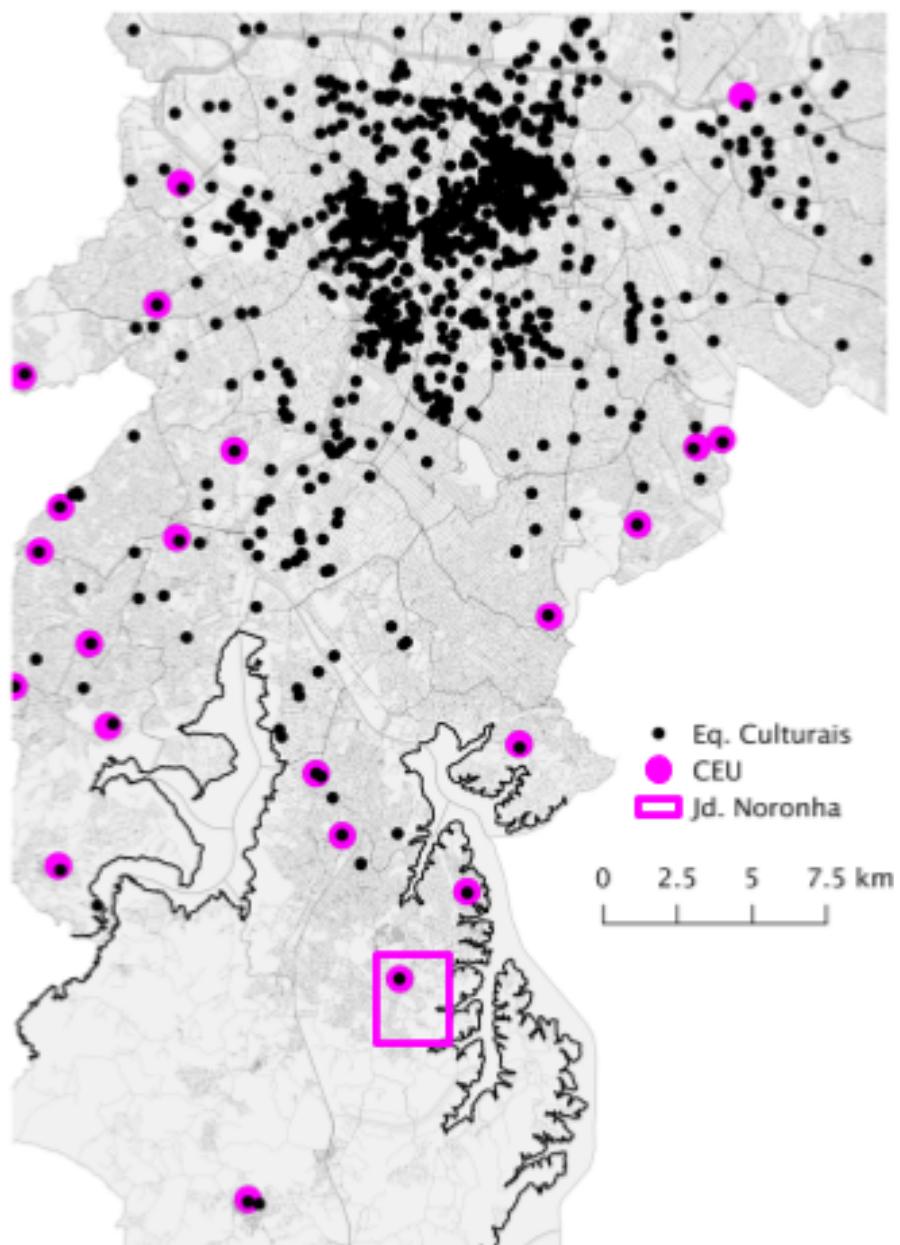
Adiciona, no entanto, o que tem de vivência própria dentro do bairro onde cresceu, e dá também um provável motivo para o modo como tudo aconteceu:

Porém, no mais, o Jd. Noronha, que é exatamente onde eu cresci... Eu acho que por eu ter uma vida ativa, sabe? Eu sempre tive uma vida ativa apesar de tudo. E aí veio essa parada do Rap, entendeu? Eu nunca sofri exatamente lá, um preconceito ou uma rejeição.

[...]porque até ali eu não tinha sofrido a ação do que era preconceito, discriminação social. Não tinha, porque o bairro onde eu moro, se eu falar pra você que até futebol eu joguei, fui técnico de futebol lá, entendeu. Então era um lugar que às vezes chegava um pessoal de fora, e eu era escalado mesmo pra jogar ali na quadra. Aí os caras: “Mas ele vai jogar com a mão?” Aí os moleques mesmo, ali na informação deles ali: “Não, ele vai tirar a mão pra jogar, tá moscando? Mano, é só inverter. Se pegar na perna dele é mão e a mão dele ele joga que nem o pé, firmeza? E ninguém vai ficar fazendo essas perguntas pro cara, porque não tem nada a ver.” Então foi uma parada que eu até recebi uma certa blindagem deles ali, por conta dessa minha comunicação, que sempre foi boa, entendeu? Então essa interatividade, acho que também me... foi como se fosse...me imunizou de estar com pessoas que iriam me fazer mal naquele momento.”

Esse conceito, de se “criar o elo”, como comentado por ele ao falar sobre o período de faculdade e que se repete aqui em outros termos, remetendo a convívio e troca de experiências, se aproxima de uma visão de ensino inclusivo, do crescimento mútuo, traduzido aqui pelo que é retratado das vivências do músico.

Sua visão de como criar esse elo, passa também pela cultura, o que contrasta com a realidade da região, onde há pouquíssima oferta de espaços culturais, estando os existentes quase sempre vinculados aos CEU, como pode ser visto na **Mapa 12**.

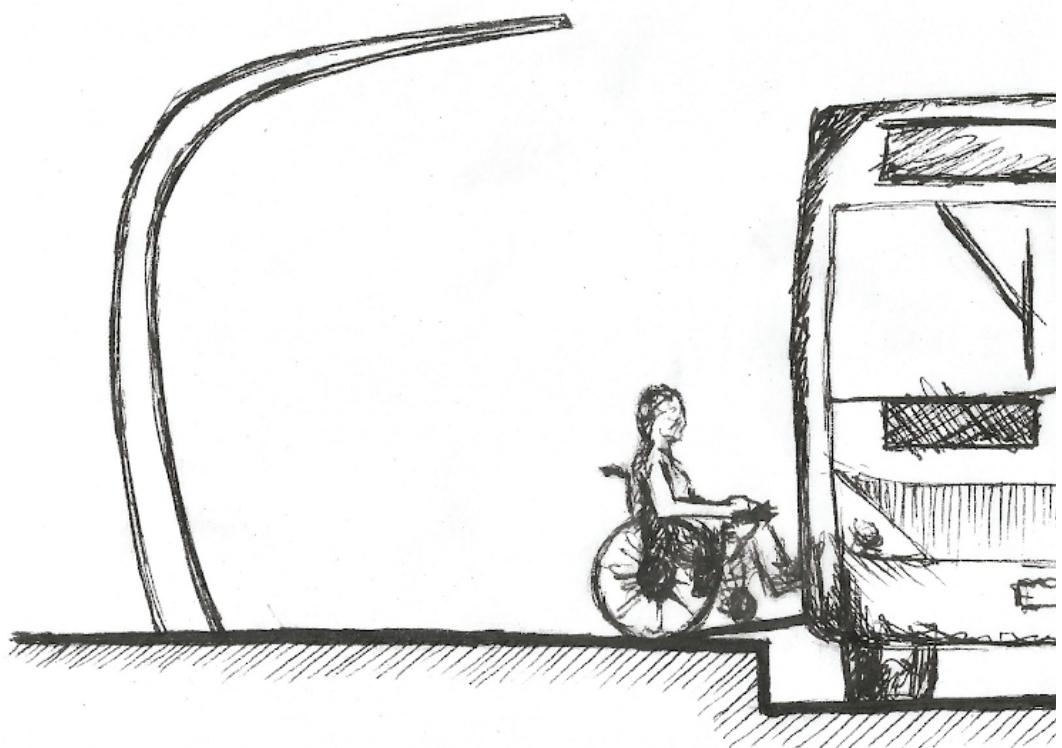


Mapa 12. Equipamentos Culturais. Fonte: Geosampa.

A despeito disso, entende também o processo de melhora como começando pela compreensão social das necessidades, das pluralidades e pelo potencial construtivo da representatividade presente nisso:

Essas questões voltadas para acessibilidade, no país, é terrível. Porém, se a inclusão cultural viesse antes mesmo do que a inclusão social, isso seria maravilhoso. Não ia ter problema nenhum. Porque todos os problemas seriam um só. Porque somos todos frutos do mesmo plano de exclusão. Da mesma engrenagem política e social.

[...]



Eu acho que é a gente também buscar informar a sociedade pra isso, sabe cara? Porque muitas vezes assim, também... eu diria que até no fator psicológico pra nós, a classe deficiente, a gente não quer muito papo, né. Tem uns que são até mais fechados e tal. Tem toda essa problemática de discussão. Eu acho que era preciso ter mais essa proximidade. Eu vou falar do meu ângulo de visão. Mais sarau, mais debates, mais participação...

[...]

Eu tô com uma nova agora, que eu vou começar a fazer junto com a produtora, que é: Blitz Brasil Deficiente e o desafio do dia. Que é pegar uma pessoa não deficiente e falar pra ela: "Mano..." Principalmente, eu vou fazer com os caras do meu disco. Eu tô convidando um pessoal. O primeiro que eu vou fazer é o Criolo, que é parceirão meu. Vou chegar pra ele e vou falar:



Ilustração: Pedro Lang Augustin

“Criolo, ó, aqui é onde que a gente desce, certo? E a produtora fica ali, ó. Geralmente eu subo até ali sozinho. Eu prefiro não pedir pra ninguém me ajudar. Mas se tiver alguém pra ajudar, firmeza. Eu vou deixar você, da forma que você quiser. Ou você pede pra alguém te levar até a produtora...” Aí é como se fosse um desafio. Tipo, sentindo na pele, tá ligado? Porque aí ele vai sentar lá e vai gravar o som comigo lá dentro. Só que aí esse dia, a outra cadeira tá ali prontinha pra ele. Eu vou falar: “Vamos no rolê até lá? Vamos comigo nessa luta aí? Vamos mostrar pras pessoas que não é crônico sentar na cadeira de rodas? Que você não fica deficiente nem nada?” E as pessoas tem que entender qual o real papel da cadeira de rodas.

[...]

Porque eu queria que fosse assim, né... você, se for bem na faculdade e tal. Você vai ver. Depois eu vou fazer uma foto nossa e vou colocar lá: “Ó, mais um dos nossos se formando e tal”. Isso tem que incentivar outro deficiente que, pô, que louco. Não: “Pô, o meu time ganhou!”, e aí? Não, ó o Pedro se formando na parada também. Ó eu. Vai lá, vai atrás! A gente tem que se formar também. Essa é a ideia que fica, tá ligado?

Não apenas isso, Moysés também vê a importância de tentar criar novos elos para si com outras pessoas e reconhecer as pluralidades do que não está no seu universo de convivência. Afinal, sendo as especificidades tantas e a exclusão tão presente, é natural existir o desconhecimento dentro da própria “classe deficiente”, como ele mesmo denomina:

Eu fiz um projeto, e eu achei que mesmo dentro da minha pretensão, entendeu, talvez, assim, dentro da minha pretensão, eu achei que fosse um projeto inclusivo, mas quando você pensa que é inclusivo, ainda não é inclusivo. Porque eu vim a entender um monte de outras coisas que... eu faço parte do Fórum Social Mundial, que, não sei se você conhece, tal, é um coletivo de lutas onde tem várias convergências pra se falar sobre todo tipo de assunto no país e tal. E é muito forte. E dentro dele eu pude compreender que, tipo assim.

E lá, deficiência também é falada de um âmbito que tem gente lá que é PhD monstro que passa umas situações que você: “é mesmo”. Eu vim compreender que meu disco já não é tão inclusivo assim. Uma vez que ele é um disco de voz. Feedback, informação, voz. Só que aí o cara falou: “Meu, se você conseguir, sei lá, de repente tenta via governo. Seu disco precisa disso. Traz uma capa com braille, entendeu? Com as letras ali com braille. Faz um cdzinho de multimídia com as músicas, mas dessa vez com uma mina fazendo libras ali. É mais inclusivo, entendeu?” E ele tentando me passar a forma como eu poderia alcançar as demais especificidades da deficiência. Eu falei: “Mano, então meu disco é um moranguinho verde, né!?” Aí ele até falou: “É...mas é assim que a gente vai aprendendo, irmão.” Aí eu falei: “Poxa, que forte”. Aí minha luta agora é correr atrás disso daí.

Moysés resume em uma frase:

A gente é vítima e fruto da desinformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando, então, o que é contado pelo músico nessa entrevista leva a alguns pensamentos.

Suas conquistas de independência e autonomia, de crescimento pessoal, transpuseram questões físicas e sociais dos mais diversos âmbitos desde a origem dos seus impedimentos corporais pela poliomielite até os constantes *frontes* do transporte público e do acesso na periferia.

A presença de uma família adotiva que garantiu sua ida e permanência nos estudos, da escola até a faculdade, mesmo quando na ausência de uma cadeira de rodas. A amizade de pessoas próximas a ele no Jardim Noronha que aprenderam junto com ele sobre diversidade, o protegeram do preconceito dentro do lugar onde cresceu e o presentearam com a ferramenta que lhe daria maior autonomia. A própria percepção do artista e poeta aluno de enxergar no estudo, na escrita e mesmo no ambiente que o cercava, mesmo que muitas vezes criando barreiras, instrumentos para alcançar o que desejava. Assim como a força dos seus próprios braços, como ele próprio coloca em seus versos:

Superei os traumas e a falta de confiança.

Vi nos braços a certeza de ilimitada andança

“Meu problema não é seu...(Moysés)”

Todos esses são fatores imprescindíveis que possibilitaram que Moysés chegasse onde está hoje. A falta de um deles poderia facilmente transformar sua história, ter impossibilitado muitas de suas conquistas.

Aqui, no entanto, não se busca criar com isso uma história de superação, mas trazer para a discussão como são muitos os fatores na cidade que levam a pessoa com deficiência a ter seu direito de autonomia e independência constantemente ameaçados. E quando conquistados, sempre por um triz.

Seja na minha vivência, com as oportunidades e privilégios que tive, ao ter à minha disposição os instrumentos e o suporte, inclusive financeiro, de minha família, que me possibilitaram chegar nos meus objetivos;

Seja na vivência de Moysés, que mesmo quando na ausência do básico desses instrumentos e do acesso, também teve o suporte de família e amigos, mesmo que carregado na *carcunda*, para alcançar os seus.

O que a introdução desse trabalho traz e aqui é retomado, é que situações como a minha e a de Moysés são exceções, mesmo dentro do contraste social por elas apresentadas. Espera-se ter conseguido então um levantamento que possa contribuir na discussão por políticas menos paliativas, para transformações no meio físico e social da cidade que contemplam a maior gama possível de especificidades, de pluralidades do corpo fora do “padrão”.

Para que também a educação possa fomentar seu potencial de transformação e contribuir para uma maior inclusão e uma menor estigmatização da deficiência.

Ao fim da entrevista, enquanto íamos de volta ao ponto de ônibus, Moysés disse a frase que eu uso para concluir o este trabalho:

Se pessoas como nós são exceção, algo de muito errado tem nessa norma.

Íntegra da Entrevista

Moysés Martins, Rapper, 41 anos

entrevista concedida em 28 de abril de 2019

P: Então eu queria te perguntar primeiro o seu nome...

M: Rapper Moysés. Moysés Martins.

P: Moysés Martins. E qual que é a sua idade agora?

M: É 41 anos

P: E você é de onde de São Paulo?

M: Sou de São Paulo, capital mesmo. Eu nasci no Jd. Tamoio e hoje eu moro no Grajaú, região do Grajaú.

P: Então você não morou sempre por lá?

M: É, eu nasci no Jd. Tamoio, mas só que assim... o lugar onde eu resido eu já moro há uns 40 anos. Praticamente, eu fui pro Noronha desde que eu nasci, desde pequeno. Eu falo Tamoio, mas eu nem lembro, eu nem tenho lembrança desse momento no Tamoio. É que eu coloco o Tamoio como o lugar onde tudo aconteceu, né. Porque foi lá que eu fui adotado e tal, entendeu? Tem esse lance aí. Então eu lembro do Tamoio por essa parada.

P: Você foi adotado, então.

M: É. Eu nasci, tive essa sequela de poliomielite aos seis meses de nascido, e teve toda uma complicação no nascimento, porque minha família, ela já... era meu pai, minha mãe, já tinha uma irmã. E eles não tiveram condições, segundo eles, na época e tal.

E falaram: "não, a gente vai ter que dar a criança, ou ficar com o menino ou com a menina e vamos ver. Eu acho que o menino tem mais chance de sobreviver".

Mas nisso eu acho que a mente da minha mãe ficou meio *apinada*, porque depois ela veio numas de tentar abortar, de fazer várias situações. E mesmo assim eu entendo que foi um projeto e um plano de Deus.

P: Bom, eu queria saber um pouquinho da tua história, de como foi ir pra cadeira de rodas. Isso foi desde o princípio? Desde pequeno?

M: Então, foi. Que nem eu te falei. Eu fui visitado pelo vírus da poliomielite aos seis meses de nascido. Minha mãe me colocou pra dormir. E nessa aí, de quando eu... naqueles dias, eu sempre me mexia muito e tal. Até os seis meses. E ela me colocou pra dormir no berço e viu que, num determinado momento, eu ficava na mesma posição que ela havia me colocado. E ela achou estranho. E quando foi me virar, eu já tava sangrando pelo nariz e tal. E ela saiu desesperada, né. Foi praticamente através daí. Tive várias internações, porque meu corpo começou a se atrofiar. A minha coluna chegou a virar um "c", assim, literalmente, era um "c" mesmo. E fiz várias cirurgias, e assim que foi acontecendo as coisas. Fui superando, fui me entendendo...

Vim me compreender, mesmo, em cima de uma cadeira de roda, aos 16 anos. Porque, antes disso, eu nem cadeira de rodas tinha. Eu entrei no ensino, na educação da escola, era minha irmã que me levava no colo mesmo, porque cadeira de rodas, naquela época, era complicado. Há muito tempo atrás era complicado. E as que vinham era aquela situação de cadeira de ferro mesmo. E quando vinha. O governo não tinha uma presença marcante nisso, entendeu? Ou talvez também por falta de informação da gente, morando às margens da sociedade.

P: Exato, informação também, né. Eu imagino que seja uma situação que faça muita diferença, por exemplo, pra algumas pessoas hoje em dia. Que a gente tem possibilidade, até mesmo de conseguir uma cadeira motorizada, quando isso é necessário, mas que às vezes, essa informação dessa possibilidade, acaba não chegando na pessoa, né.

E a primeira cadeira que você conseguiu foi com o SUS?

M: Então, não. Não foi com o SUS. Minha primeira cadeira que eu consegui foi o time de futebol da área lá que fez um cartaz entre eles lá, entre dois times, e me presentearam com a cadeira de rodas.

P: Eu ouvi as músicas todas que você... Daquele álbum, pelo menos, não sei se você tem outro...

M: Os demais é Facção Central e ...

P: Com outros grupos, né.

Você fala justamente da importância da cadeira, né. Uma música diretamente pra cadeira.

M: Sim, porque a gente acaba criando esse laço, entendeu? Acabei criando esse laço. Por mais que seja um laço dolorido, né, que nem o refrão fala. O refrão eu extraí da música do Barrerito. Que ele fala: "cadeira amiga, se você não existisse, seria muito mais triste este meu longo caminho. Te agradeço contra a minha vontade, porque na realidade eu queria andar sozinho."

Então eu peguei, dei uma adaptada pro hip hop. Porque eu achei muito forte essa parada. E passei a falar do sentimento real de como que é o lance da cadeira de rodas. Porque assim, eu faço sempre, não deixo de fazer o apelo pra esse pessoal da Agile, da Jaguaribe, que vendem cadeira de rodas também. Porque, querendo ou não, é dois pau e seiscentos. Com o orçamento de um deficiente na periferia, ele tirar esse orçamento pra comprar uma cadeira de roda é algo complicado. E isso acaba dificultando ainda mais a vida do deficiente na periferia. Assim, no geral.

P: Sim. E uma pergunta que eu queria chegar agora, também, e já que a gente tá falando da parte da tua história, de quando você era mais novo: como é que era a companhia de outras pessoas? Como você se relacionava com outras crianças quando você era novo? Você tinha amigos ali perto, na rua, com quem você costumava brincar, você conseguia chegar nisso?

M: Entendo, assim ó. Presta atenção porque essa pergunta é muito boa. Porque... o contato com crianças, acho que aí existe a primeira exclusão ou segregação, eu diria. Não sei se poderia chegar no termo de acepção também. É essa falta de informação pra se criar um vínculo da criança deficiente com a criança não deficiente. Porque a criança deficiente, ela já cresce num âmbito social, num habitat social, que ela já sofre a rejeição por parte da falta de informação da criança pelo próprios pais. É mais fácil colocar, hoje, uma camisa do Corinthians ou de um time de futebol no filho e ensinar uma criança quando vai falando: "papai, quem que é aquele lá e tal?" Aí fala: "Ah, é o carrinho. É o carrinho dele." De uma forma subjetiva, não cria algo... Eu custumo até contar historinhas fictícias pras crianças quando elas falam: "Ô, tio... porque que você tá nessa cadeira aí? Eu queria um carrinho assim e tal." Eu falei: "Não, não é bom, ó. Tem que respeitar o pai e a mãe... se ficar na rua, ó. O tio foi atropelado pelo carro...". Então é uma mentirinha que eu custumo dizer que é uma mentirinha do bem. Se for para aquele momento dele, ele vai entender. E ele: "Ah, é?". "É... então não desobedece o pai e a mãe pra não acontecer isso. Se ficar muito na rua, ó...". Entendeu?

Aí uns já falam: "Ah, não. Eu quero a cadeira". É difícil construir e desconstruir. Eu entendo isso daí. Porém, no mais, o Jd. Noronha, que é exatamente onde eu cresci... Eu acho que por eu ter uma vida ativa, sabe? Eu sempre tive uma vida ativa apesar de tudo. E aí veio essa parada do Rap, entendeu? Eu nunca sofri exatamente lá, um preconceito ou uma rejeição. A primeira rejeição que eu vim sofrer na minha vida, foi a rejeição que originou meu disco. Lá trás, primeiro relacionamento que eu quis encabeçar, tipo assim, até meus 17 anos eu nunca, nem contato heterossexual com outra pessoa também não tinha. Me sentia o patinho feio da história. E quando eu comecei a fazer os meus raps, eu acho que aos 20, 21, eu tentei meu primeiro relacionamento. E a mãe, a mãe da menina, que na verdade é ex minha. Tenho filho com ela e tudo mais. Mas assim, a mãe da menina, na ocasião, me trouxe, totalmente, um ar tenebroso.

Ela falou: "Não, eu não quero que a minha filha namore com você. Na boa, Moyses. Mas você parece um macaco. Você é grande da cintura pra cima, da cintura pra baixo você é magro. Não quero também minha

filha tendo que se submeter a empurrar uma cadeira de rodas a vida inteira. Eu não sei como é que vai ser isso. Na boa. Você conhece o meu pessoal aqui, e eu até te considero, mas não pra ser meu genro, não." Foi forte ali. Ali eu falei: "Poxa, sério mesmo que é isso que você pensa?" Só que de qualquer forma, a mente da filha dela também tava decidida e a gente chegou a concluir a ficar junto uns quatro anos e tal. E durante esses quatro anos eu provei muita coisa pra ela nesse sentido. Eu falei: "Bom...no sentido de desenvolvimento social, lógico que você errou. E no psicológico, então, mais ainda. Porque ó minha cabeça onde que tá. Eu jamais fiz um mal pra você por causa do mal que você me quis, e sua filha nunca passou fome, entendeu? Tem as parada dela, a gente tem nosso luxo também, na medida do possível, e é isso."

P: No fim, você acha que essa convivência acabou criando novos modos de enxergar essa situação...

M: Sim, porque até ali eu não tinha sofrido a ação do que era preconceito, discriminação social. Não tinha, porque o bairro onde eu moro, se eu falar pra você que até futebol eu joguei, fui técnico de futebol lá, entendeu. Então era um lugar que às vezes chegava um pessoal de fora, e eu era escalado mesmo pra jogar ali na quadra. Aí os caras: "Mas ele vai jogar com a mão?" Aí os moleques mesmo, ali na informação deles ali: "Não, ele vai tirar a mão pra jogar, tá moscando? Mano, é só inverter. Se pegar na perna dele é mão e a mão dele ele joga que nem o pé, firmeza? E ninguém vai ficar fazendo essas perguntas pro cara, porque não tem nada a ver." Então foi uma parada que eu até recebi uma certa blindagem deles ali, por conta dessa minha comunicação, que sempre foi boa, entendeu? Então essa interatividade, acho que também me... foi como se fosse...me imunizou de estar com pessoas que iriam me fazer mal naquele momento.

P: Mas como o trabalho que eu tô tentando fazer vai um pouquinho no sentido de educação, de trocar idéias, de passar informação pra um, e pra que o outro aprenda... e no sentido contrário também... A minha pergunta era mais no sentido da tua ex-sogra, se essa convivência com ela, durante esses quatro anos, fez ela pensar de maneira diferente.

M: Sim. Ah, tá. Eu até acabei dando um resumo porque eu não gosto de falar de pessoas, assim...quando elas não estão no recinto. Mas falando da convivência em si, sim. Porque, é isso que eu tô te falando, quando eu passei a demonstrar pra ela que durante aqueles quatro anos a gente tinha uma vida conjugal normal, no modo de ver dela, ela passou a entender, entendeu? Porque assim, a filha dela não...tanto que começa até aquele lance da parte da mãe.

Eu entendo, pra ela, também, como que foi isso. A gente é vítima e fruto da desinformação social. Eu diria que a maior causa das mortes, dos flagelos, das sequelas, das más interpretações, é a desinformação social. E a gente, quando não faz essa busca, fica mais complicado ainda. Então, pra ela também, foi um momento que ela simplesmente desferiu sobre mim um golpe de tudo aquilo que ela aprendeu: deficiente exposto na televisão na frente de um fronte. É sempre na frente de um fronte social, né. Na frente de uma escada de concreto, de um elevador quebrado. Sempre parece que tão pedindo algo pra nós, pra deixar a gente mais dependente ainda.

Por que ninguém vem filmar o dia-a-dia nosso, trocando essa ideia? Essa ideia aqui poderia estar sendo filmada pela Globo... por essas paradas todas. Mas o que?, é uma ideia de construção, onde, pra mídia, parece que essa ideia, exatamente, não... seja subjetiva, até certo ponto, entendeu?

Então, eu acho que ela foi vítima, também, dessa cultura de exclusão, na ocasião. E até hoje essa é minha maior luta dentro do Brasil deficiente. É conscientizar uma periferia, uma sociedade, em si, que a maior deficiência não é física, é social. É a forma como você enxerga o mundo ou pensa que tá enxergando, ou acha que tá certo, entendeu? Uma vez que a gente tá dividindo, muitas vezes, o mesmo habitat natural, o mesmo habitat social, o mesmo lugar, e o cara tá se sentindo melhor que você dentro daquilo, porque ele acha lá: "Eu ando, você não...". Então, tem todo esse lance, que nem eu tava te falando.

Mas com ela depois foi tranquilo.

Ah! Só um detalhe pra você ver como é que é uma parada. O desfecho disso tudo, foi quando, no aniversário de quatro anos da minha filha, ela conseguiu, literalmente... a gente estava no mesmo lugar. Ela resolveu vir até nossa casa, porque até então ela não frequentava. Mas ela também: "Não, acho que eu falei besteira. O cara tá representando." Mas o primeiro ano foi terrível. Foi falando: "Ah, eu não tenho mais filha" esse tipo de coisa. Se eu não tivesse a mente que eu tenho pra deixar a filha dela no lugar, de trocar uma ideia com ela... Mas foi assim: minha filha pegou na mão dela, da vó, e veio até mim e falou: "Vó, eu quero que a senhora peça desculpas pro meu pai. Porque você chamou ele de macaco, você isso aquilo outro...". Ela: "Que é

isso, minha filha, isso não tem mais não". "Mas eu quero que você peça". Foi forte aqui lá. Que eu falei: "Não, fica tranquila, vó. Se teu coração não tá preparado pra isso, fica em paz". Ela falou: "Não, mas tudo bem, não tem mais isso não. Isso foi lá trás." Eu: "Tudo bom, então".

Fiquei na minha também, não fui sorrateiro de querer me aproveitar da situação.

P: Tá certo. Bom, de questão de acompanhamento, por exemplo. Quando você era mais novo, pra aprendizado, por exemplo, pra tocar a cadeira, pra aprender a fazer as transferências, ou pra qualquer tipo de... reabilitação ou fortalecimento, pra que você fisicamente se sentisse melhor... de que maneira isso aconteceu?

M: Eu passei um tempo na AACD e no Hospital das Clínicas, né. Foi uma fase difícil pra mim, porque eu pensava em fugir todo dia da internação, entendeu? Eu não me via lá dentro. O lance da cadeira de rodas, de aprender, foi praticamente sozinho, porque quando eu fiz todo o processo de me entender enquanto deficiente, e tal, eu estava vivendo, até os 16, essas internações, as cirurgias. Eu também não dava umas braçadas na cadeira nem nada. Eu vim começar a praticar esse exercício da cadeira de rodas, quando eu ganhei a minha mesmo. Já tardia, de uma certa forma, tardia, aos 16 anos. Que aí eu comecei a levar os primeiros tombos. Aprendi sozinho. De uma forma inata, mesmo. Autodidata periférico.

P: É, isso é uma coisa que a gente vê com praticamente todo mundo, né. Como a gente tava conversando lá dentro, que é a questão que eu ia falar, que eu tava tentando lembrar, que não consegui na hora... São as diferenças, né. De cada pessoa. Que cada um tem o seu jeito, passa pelas próprias questões. E você tava comentando, lá dentro, da questão do governo né. De que tenta-se solucionar esses problemas, ou, sei lá, tenta-se auxiliar de uma forma homogênea, algo que não é homogêneo, né...

M: Sim, e ele acaba transmitindo isso pra sociedade, né. Porque a sociedade também pensa da mesma forma. Só vai entender... que nem uma música que eu tenho, que chama: *Só quem convive sabe*. Porque cria-se todo um aparato... assim, primeiro que o governo até sanciona algumas leis, alguns... existe alguns tipos de assistencialismo que até são conferidos na prática, porém acho que não são fiscalizados na prática, entendeu? Como, a questão de adaptação mesmo. Faróis... você não vê que as calçadas do Brasil são uma lástima... Falta de adaptação nas... eu digo no sentido de transporte. Tem muita coisa para ser solucionada nisso daí ainda. E aí eles colocam deficiente como O DEFICIENTE FÍSICO. E eu ainda uso esse termo, porque eu não gosto de falar PNE, portador de necessidades especiais, porque eu acredito que ninguém escolhe portar algo. Quem porta, porta algo. "Ah, hoje eu quero portar um câncer", "outro dia eu quero portar uma deficiência física, então hoje eu sou paraplégico". Não é assim. Não gosto desses termos, tá ligado? Especial também não. Não é credibilizar nada. Não é nessa questão também. Então, a minha música, meu problema não é seu, ela fala muito dessas questões de tipo, "ó, eu quero setorizar, não vem não," entendeu? Vocês tem que entender que cada deficiente tem a sua especificidade. Assim, cientificamente falando, a própria ciência já criou o CID, o código internacional de doença, que é pra criar essa graduação. Tem esse, tem aquele, tem aquilo outro...

Só que assim, eu só queria ser tratado feito gente. Sem termo diferente pra me fazer indiferente, entendeu?

P: Já que você comentou do CID, você já ouvi falar do CIF? Que eles tão tentando fazer uma nova aproximação com as... de caracterização, sim, de questões físicas, de doença inclusive. Mas, relacionando elas com questões sociais, socioeconômicas.

M: Não chegou a ouvir falar disso.

P: É uma coisa que pode acabar se tornando interessante.

[...]

Por exemplo pra benefícios, né. Prestação continuada... você sabe como funciona?

M: Eu tenho. Só que eu não sei exatamente como é que funciona.

P: É uma avaliação, né. Uma avaliação socioeconômica, relacionada a questão médica, que aí te dá condição para o benefício ou não. E aí, a ideia é, que, como esse benefício, do jeito como ele tá hoje, ele não pode ser passado de uma forma que vá, necessariamente, contribuir bem pra quem realmente precisa, você acaba colocando esse benefício pra algumas pessoas que, talvez poderiam fazer o uso de uma porção maior disso. Porque a diferença social faz com que a necessidade de um, numa mesma condição física, seja maior do que a necessidade de outros. Entendeu?

M: Como se fosse um acrescentar em cima do que a gente já recebe? É isso?

P: Talvez não acrescentar, mas dividir de forma mais justa, talvez. Pelas necessidades de cada um. Não chegou nesse ponto ainda, mas é a ideia do CIF. Então, seria alguma coisa pra dar uma olhada, né...

Eu queria te perguntar, então, das questões de acessibilidade, mesmo. Assim... de calçadas e essas coisas. Como é, por exemplo, na tua região, e onde você mora. Como é que você se vira por lá? Você consegue chegar em tudo que você tem vontade de fazer?

M: Não. Às vezes com um pouco de superação. Dá vontade de estar em determinado lugar. De estar em determinados espaços sociais, comerciais, culturais. Tem que exigir um pouco de cada um. O que não é certo né. Deveríamos ter literalmente uma inclusão fundamental e concreta pra você estar em tudo quanto é lugar. Mas eu costumo dividir isso da seguinte forma: Eu sempre bato nessa mesma tecla. A periferia é o lugar menos adaptado. É lógico, acho que até porque ninguém ousou morar na periferia. Existe toda uma desconstrução social, uma história de exclusão, tudo isso, entendeu? E onde determinadas pessoas foram jogadas para as margens da sociedade. Isso é fato. E outras passaram a integrar o miolo, o centro. Isso me remete a falar novamente do assunto, da questão de luta de classe... porque a pirâmide social, ela acaba também infligindo. E ela tem uma participação forte nessa parada da segregação. Da nossa vontade de poder circular. Do nosso direito de ir e vir, segundo a Constituição.

Na periferia, eu diria que é como na música dos racionais: "Apoiado por mais de cinquenta mil manos". Todo lugar, todo obstáculo que eu tenho, tem vários obstáculos. E tem uns inclusive, que já poderiam ter sido consertados se existisse vontade política de alguns políticos da nossa região. Mas parece que não existe. Só que assim, sempre vai ter um passando pra lá e prá cá. E o melhor, né, em todos os horários, porque também assim, ó, periferia é aquilo. Ela é acordada, né. Tem os caras da noite e os caras do dia. Porém, o centro de São Paulo é terrível. Esse lance da infraestrutura, tanto na parte pobre quanto na parte rica do Brasil, eu acho totalmente inacessível. E deveríamos ter políticas públicas voltadas para essa questão em si. Só que, acima de tudo, eu acho que deveria ser coisas partindo de pessoas feito nós.

Eu gostei dessa tua ideia, porque, pô, é um cadeirante que tá fazendo a parada. E ele sente na pele, entendeu? Só vai entender quem viver na carne essa situação. Viver na pele a minha situação, entendeu? A tua situação.

Então, eu diria que o centro também, ele é totalmente inacessível. Essas questões voltadas para acessibilidade, no país, é terrível. Porém, se a inclusão cultural viesse antes mesmo do que a inclusão social, isso seria maravilhoso. Não ia ter problema nenhum. Porque todos os problemas seriam um só. Porque somos todos frutos do mesmo plano de exclusão. Da mesma engrenagem política e social.

P: A compreensão ia ser geral, né.

M: Sim. Geral, é verdade.

P: E como é que você acha que a gente pode chegar nessa compreensão? O que você acha que poderia ser uma ótima ferramenta pra que essa discussão... pra que o outro entendesse a situação nossa, ou vice-versa?

M: Acima de tudo, só quem convive sabe. Esse feedback, esse tête-à-tête, as pessoas poderiam não esperar acontecer com elas. E sim tentar entender o problema do outro enquanto seu problema também, entendeu? Eu até costumo dizer uma frase que fala assim: "Solução não é igual pra todo mundo". De repente tem pessoas hoje que precisariam de um milhão de reais na conta pra solucionar o problema dele. Eu só queria, de repente, tá andando tá fazendo meu *pão*, de boa, sem precisar de cadeira de rodas, andando normalmente pra conquistar meu um milhão. Então, a questão é as pessoas se aproximarem, sem ver de uma forma, como se fosse inusitada, o deficiente ali. Ou de uma forma forçada, como se... "Pô, por que que ele tá aqui?". Muitas vezes eu percebo o pessoal na hora de pegar ônibus no horário de pico, é terrível isso aí. Porque horário de pico, a pergunta que você vê na cara, é: "por que que ele tá aqui?". Já começa pela falta de movimentação quando a rampinha tá descendo e eles estão ali ainda. Será que eu tenho que falar que a cadeira de rodas não cabe nesse espaço ali? Será que vocês já não podem... entendeu? Então, é terrível isso.

P: Isso quando não é o motorista, né.

M: Ixi, e quando o motorista dá aval pro povo que tá lá dentro: "Pô, não quer pegar o outro?" Falo: "É, o outro vai tá cheio também."

É. Por isso que eu tava falando com esse pessoal de SPTrans e tal. Tô participando do CONSEGUE, que é lá também, na minha região, que eu quero pegar pesado na penalização pra esses caras aí, porque eu nunca soube de fato qual é a penalização que o motorista que me deixa no vácuo, quando eu dou sinal e ele vem com esse papo que tá cheio e não me assiste na garantia do meu direito lá dentro do ônibus. Que é, eles tem que me levar. Não quero saber, eles tem que me embarcar... Eu queria saber qual é a penalização que esses caras recebem mesmo. Porque eu continuo vendo as mesmas caras toda vez.

P: Ou então quando tu já tá lá dentro e aí começa aquela velocidade abusiva e as curvas feitas...

M: Sim... na maldade.

P: Na maldade, e aí fica complicado também, né.

No..., então também não sei qual que seria o tipo de penalização.

M: Mas assim, agora só voltando no foco da pergunta. Eu acho que, projetos feitos esse seu. Projetos feito o meu. Brasil Deficiente. Eu acho que é a gente também buscar informar a sociedade pra isso, sabe cara? Porque muitas vezes assim, também... eu diria que até no fator psicológico pra nós, a classe deficiente, a gente não quer muito papo, né. Tem uns que são até mais fechados e tal. Tem toda essa problemática de discussão. Eu acho que era preciso ter mais essa proximidade. Eu vou falar do meu ângulo de visão. Mais sarau, mais debates, mais participação...mais interesse das faculdades em implementar essa ideia dá tua busca. Essa busca sua foi particular, foi pessoal, certo?

P: Certo, passou por uma necessidade pessoal, ou por uma observação pessoal...

M: Entendeu? É... só que assim. Eu já gostei, acho que foi o Enem do ano passado, já teve a cobertura, o tema já foi voltado pra nós. Já achei legal. Falei: "Ó, isso já é uma situação." Vendo de uma forma de divulgação, de uma forma de veículo de comunicação, isso poderia ser mais trabalhado. Ao invés de só tentar trazer a solução de coisas pra gente que as vezes nem são solucionadas na prática, e enriquecendo o mercado da comoção, "Ah, vamos colocar um deficiente lá e tal". Vamo parar de Criança Esperança, Teleton, essas paradas. Sabe por quê? Acho que o maior problema é... tá tanto dinheiro é arrecadado em Criança Esperança, em Teleton, e até hoje por que que não é atendido? Esses postos não tem na própria periferia. O próprio Teleton ali na periferia, um posto. Um posto da AACD na periferia. Entendeu? Porque assim, é sempre nos grandes centros. Aí a gente precisa de outro assistencialismo, que é o Atende, pra chegar até lá. Pô, isso acaba sendo um acesso negado. Entendeu?

P: Até porque você tem que escolher no Atende, né. Você vai pra AACD naquele dia, ou você vai pra escola ou pra faculdade?

M: É real. Ela não fica à sua disposição. É difícil, pô.

P: E, bom. Aí eu ia te perguntar da questão da educação. Porque você falou que tua irmã ou teu irmão que te levava pra escola. Porque pela música que eu ouvi, aparentemente você falava do seu pai. Que o seu pai que te levava pra escola. Independente se...

M: Ah, sim. Ali era pra falar dele. Era falando dele, porque chegou um momento que ficou pra ele. Tá ligado? Pra ele me levar pra escola. Mas no começo era minha irmã que me levava. Até porque meu pai trabalhava demais na época. E, tipo assim, ela me levava mesmo. Me pegava no colo, me botava na *carcunda*, e me levava.

Eu fiz minha primeira série e a segunda, praticamente, foi essa labuta aí. Foi desse jeito. Não me deixava faltar nenhum dia. Entendeu? Só que aí, quando eu passei a ganhar a cadeira de rodas. Aí meu pai começou a me levar.

Só que aí eu lembro do meu pai me trazendo pra escola. Pra Unisa, aqui em Santo Amaro. Porque aí, o que acontecia... ele já não tava mais podendo empurrar a cadeira. Já via que o corpo dele tava sofrendo uma

ação daquilo. Ele me levava pra faculdade, e quando eu chegava da faculdade a noite ele já não me buscava. Era meu irmão que ia me buscar.

Então teve que ter... você vê que esse processo meu do andar sozinho, ele teve um abismo aí. Eu ganhei a cadeira com 16, mas até 21, quando eu ingressei na faculdade, que eu resolvi definitivamente pra fazer... aí, tipo, eu era aquele cara que, né, só andava sempre com parceiro. Sempre tinha um. "Vamos lá, vamos lá". Só que aí chegou o momento que eu vi a necessidade. Não, eu quero tá em determinados lugares que só eu quero tá e eu não quero testemunhas.

P: Que é a autonomia, né

M: É, autonomia. Pra mim, conquistar isso aí foi o rap que me deu. Literalmente, porque eu falei: "Pô, eu vou matar meu pai se eu não conseguir fazer isso sozinho por mim mesmo". Porque quando eu chegava ele tava todo dolorido na cama. Ele me levava, porque ele já tava mais de idade. E aí eu coloquei essa situação. Falei: "Não, eu tenho que resolver isso, de qualquer forma. Tenho que fazer por mim mesmo".

Mas, sempre assistido por pessoas. Se eu falar pra você que não teve sempre pessoas na minha vida pra me ajudar, eu tô enganado. Entendeu? Eu tô enganado e posso não estar sendo coerente.

P: Você escolheria, se você pudesse... ou você tem, eu não sei...um auxílio pra você, de alguém que poderia te acompanhar em momentos específicos do dia...

M: Sim. Inclusive saiu agora. Eu sou assinante da Folha e eu percebi que tem um abono que eles vão jogar em cima voltado pra essa questão, né. Só não sei como que tá ainda, mas já era pra eu tá correndo atrás disso.

É, eu colocaria, de fato, a minha esposa. Porque ela é ela que tá comigo nessas horas.

Porque chega um momento que, assim, eu ainda me sinto um pouco forte pra empurrar minha cadeira, entendeu? Mas chega um momento que você precisa de outros detalhes, que é uma outra pessoa que vai fazer aí.

Falando de conceitos sociais, entendeu? Eu também não tô falando aqui... Eu tento ser o mínimo dependente possível. Acho que a nossa maior luta é essa, né.

P: Mas eu digo isso no sentido de que, por exemplo. Eu luto por isso também, gosto dessa autonomia, quando eu consigo ter ela, mas tem momentos específicos do meu dia em que eu não consigo ter ela. Eu preciso de auxílio pra fazer a transferência da cama pra cadeira. Eu não consigo tomar banho, por exemplo. Eu consigo tomar banho mas não consigo ir ao chuveiro por conta própria. Então nesse momento eu preciso de alguma ajuda.

Eu moro sozinho entre aspas, né. Eu alugo esse quarto aqui. Meus pais não tão aqui comigo, eles são de outro estado. São do Rio Grande do Sul. Tô aqui por conta própria, com auxílio financeiro dos meus pais. E tem pessoas que me ajudam, às quais eu pago pra receber essa ajuda. A minha questão é: se eu não tivesse essas pessoas ou se meus pais não tivessem a condição de fazer isso por mim, de pagar um auxílio, uma pessoa pra me ajudar nesses momentos, alguém ia ter que fazer. Ou eu ia ter que estar com eles, ou alguém ia ter que vir tá aqui comigo.

E contigo isso aconteceu com a sua irmã, com o seu pai, provavelmente com a sua mãe em alguma momentos...

M: Sim, as pessoas estavam aí. Tavam ali pra me ajudar. A ideia foi essa. Do jeito delas, porém do jeito delas. Eu acho que já se abre uma lacuna aí pra ter um... aparece cuidadores... coisas desse tipo. Porque eu acho que se fosse profissões mais valorizadas também, certo?

Eu assisti um filme inclusive. Acho que você já deve ter assistido também. De um cara que é cuidador e chega. E o cadeirante em questão é "Ah, não quero". Ele é mó problemático. E no final o cara acaba ganhando ele. Ó que louco. Foi legal aquilo lá. Gostei daquele filme.

Porque a gente é meio torrão às vezes. Não tem jeito.

P: É, ninguém se sente na posição mais confortável do mundo de perder sua privacidade em alguns momentos pra conseguir fazer algumas coisas, né. Coisas básicas, assim. Então, é outro motivo pra que essa profissão de cuidador seja muito bem valorizada, né. Porque a situação não é muito fácil.

Mas aí, cara, eu ia te perguntar da tua música, né. Você faz rap, e eu queria saber o quanto a escola te influenciou nisso. Numa busca por essa... não sei se você considera uma profissão, se considera...

M: Esse sempre foi meu maior dilema a vida inteira. Porque assim, eu sempre fui do pensamento de algumas coisas que eu vi, de algumas coisas que eu li. Que a revolução não pode ser televisionada, também não pode ser vendida. Uma vez que é um conceito de desconstrução social acerca de algo, de você reconstruir algo com alguém, eu acho que o rap nacional, ele passa muito por essa pauta. A gente viveu a época da juventude rebelde e tal, criticando muito mais do que trazendo parâmetros de construção e de solução. Porém chega um momento que a gente também passou por uma transição de conhecimento. "Não, pera aí. Agora não é qualquer coisa. Meu nome é Fulano ou meu nome é Ciclano". Antigamente a gente fazia uma auto exaltação do culto a personalidade, né. Pra falar que minha quebrada é mais complicada. Mas eu sempre fugi dessa situação na questão da deficiência. Eu não me sentia à vontade no início pra falar que eu era um deficiente e tal. E como eu fiz parte das vertentes Faccção Central e A286, a gente sempre foi mais reservado no sentido até das capas. Todo mundo se colocava na capa com uns correntão. Nós não. A gente fazia questão de pegar uma situação e jogar na capa. Você vê mesmo que a capa do bRASIL dEFICIENTE é eu, mas é na verdade uma simbologia da deficiência e da exclusão. Não sou eu, exatamente o artista ali e tal. Fiz algo com a tarja e tal. Então é sempre em prol de uma causa, dessa parada. Então foi importante essa passagem no rap. Só que assim, pra construir demorou um tempo também. Porque foi ele que me trouxe à tona o mundo de exclusão que eu tinha à minha volta. Eu não enxergava isso muito bem. Então a partir do momento que eu comecei a fazer o bRASIL dEFICIENTE lá na exclusão que eu te falei da minha sogra lá trás, aí eu fui buscando mais assuntos. Porque eu falei: "Não, não quero passar por isso de novo." Até se consolidar o disco. Mas o disco é assim, lancei ele em 2016, é como se ele tivesse a minha idade. Até aquele momento lá que eu lancei... É o período todo. É...

Porque eu não queria fazer um disco voltado pro coitadismo, entendeu?

E na escola era complicado também, às vezes. Vou te contar umas aqui que... Porque pensa sem cadeira de rodas. Aconteceu comigo também. Não posso fugir disso. Tem esse lance que isso aí a gente pode trabalhar. Eu cheguei a defecar na roupa, uma vez, na cadeira da escola. Porque assim, minha irmã chegava e me colocava na carteira. Fato. "Firmeza, professora? Meu irmão tá aí." Escola totalmente inadaptada, totalmente. Eu acredito que na época, acho que só era eu naquele lugar ali, cara. E, sem a cadeira, muitos acham que, né. Até os próprios alunos esqueciam. Isso foi na primeira série, na segunda série, na terceira série. Acho que essa situação constrangedora que aconteceu comigo foi na terceira ou na quarta série. Que aí eu tava mal de saúde também. Não dava pra segurar aquele dia. Na verdade eu sempre lutava contra mim mesmo pra num determinado horário do recreio... só que eu nem sabia pro recreio, né. Eu ficava ali. Entendeu? Só que aquilo, aquilo me obrigou a ser um cara: "Mano, a minha cota é pesquisar. Minha cota é me formar. Porque já que as pessoas não compreendem que eu preciso. Eu também não quero pedir. Aí eu fui me entendendo. Fui estudando sobre mim mesmo.

O rap nacional me gerou o ponto de interrogação. "Por que disso aqui?". E aí dentro da escola eu percebia que nem a própria escola tinha resposta para as minhas perguntas. Aí foi dessa forma que eu entendi. Não, vou buscar lá fora. E aí eu fui buscar na vivência mesmo. Na vivência de outros caras. Não num feedback descontruído. Eu sempre busquei isso aqui, ó. Os caras sempre: "Mano, e o time de futebol?". E eu: "mano, na boa. Eu também sou corinthiano. Também gosto do Corinthians, mas nós nem anda. Eu pelo menos já fui técnico de futebol. Você já foi? Você já imaginou um técnico de futebol na cadeira e falando pros caras: "Tá errado"".

Porque eu sempre vi futebol como uma estratégia tão simples pros caras jogar e ganhar e os caras conseguem ser cabeçudos. Parece que a gente acabou desenvolvendo essa aptidão por não conseguir andar, né. Mas aí você fica olhando no trajeto... física pura. Falo: "Espera aí, mas se os caras fizessem 24h sempre a mesma coisa, o ser humano, ele cansa. Se a bola sempre for rodada...", tanto que futebol de salão é assim. Quanto mais o time faz aquele giro de bola, você desarticula o time e chega uma hora que o time cansa. Eu vejo aquilo na prática, eu falo: "Pô, eu vou ser técnico de futebol". Comecei a cuidar de um (...) que ganhava tudo, depois de um time de futebol feminino. Cheguei a cuidar também...

E eu falava... sempre pego os deficientes e falava: "Mano, nós não temos tempo pra falar sobre isso. Você não teve uma experiência nisso, nem dá. A única coisa o Corinthians, que os times de futebol tem pra te dar, é separatismo e lamentação quando o time perde. E aí você vai ouvir umas paradas. Que aí se isso é legal pra viver...". Porque de repente é uma parada, também, que um simples detalhe, fortalece o ego e as pessoas.

"Não, porque quando o meu time ganha eu fico feliz". Eu falo: "Opa, ó o papel social. Olha o time de futebol ser a autodeterminação de alguém. O êxtase de alguém, né."

Porque eu queria que fosse assim, né... você, se for bem na faculdade e tal. Você vai ver. Depois eu vou fazer uma foto nossa e vou colocar lá: "Ó, mais um dos nossos se formando e tal". Isso tem que incentivar

outro deficiente que, pô, que louco. Não: "Pô, o meu time ganhou!", e aí? Não, ó o Pedro se formando na parada também. Ó eu. Vai lá, vai atrás! A gente tem que se formar também. Essa é a ideia que fica, tá ligado?

P: Falando em se formar, você fez... você comentou, duas faculdades diferentes, né? A gente já falou antes, mas só pra constar aqui também. Quais são as duas formações que você tem?

M: Foi pedagogia e jornalismo, que é comunicação social. Que pra mim, assim, saindo da escola pública, eu não sabia fazer outra coisa, né. Eu só estudava e lia. Eu acabei adquirindo essa vontade, porque eu falei: "Eu tenho que fazer alguma coisa que eu mando bem". Então assim... é algo que tava ali e achei que ia dar certo. Tanto que quando eu comecei a compor, eu senti uma certa facilidade.

Só que eu acabo, de tanto que eu lia, as vezes eu sou meio complexo no que eu escrevo. Você percebe até que não é uma forma tão periférica assim. Se você ouviu bem o disco, eu acabei pegando essa linguagem, a linguagem dos livros, e às vezes... Porque eu acho que o periférico, ele também tem que pesquisar. Eu não posso simplesmente chegar ali: "Porque, mano, nós tá lado a lado. E pode crer e vem comigo." Não, eu deixo um pouco mais complexo, que é pra ele também: "Meu, o que é que o Moysés quis dizer aqui, que palavra é essa?" Que é pra ele também dar uma pesquisada também. Ele ir para cima dessa...

P: É, você falou de vários exemplos de pessoas, né. Tem uma música que você dá exemplo de pessoas...

M: É, *Invisível Social*.

P: Algumas boas ali eu não conhecia e já fiz esse... já achei importantíssimo. Pude ir atrás de algumas pessoas que não conhecia, assim.

Mas, então, você morava no... continuava morando no mesmo lugar de sempre...

M: Sim, essa história toda que eu me entendo como ser humano, Jardim Noronha.

P: E indo pra faculdade diariamente.

M: Diariamente. E indo pra faculdade teve uns frontes também. No trem, né. Porque eu pegava o trem aqui, quando chegava em Presidente Altino pra eu fazer baldeação... isso eu falo da segunda faculdade, porque a primeira já era uma situação assim... as pessoas me levavam e tal. Então eu ainda não tinha tanta...[autonomia]. Só que quando eu comecei a ficar do lado de fora, que a faculdade fechava as portas, e muitas vezes meu irmão tinha que chegar do trampo dele pra ir me buscar, é que eu comecei a ver que Santo Amaro era meio sombrio à noite, né. Aí no primeiro dia eu ainda tentei me aventurar sozinho. Peguei a cadeira, né. Saí com ela, tal. Sentido terminal. Que ali, saindo da Unisa, né, sentido terminal e tal. Só que cheguei ali perto do Largo Treze ali, voltei tudo para trás de novo. Falei: "É melhor eu esperar meu irmão, porque...". Não sei, eu não queria perguntar nada pra ninguém. E aquele dia também, parece que, assim... assim como todos os outros, mas hoje eu acho que algo mais. O pessoal já olha um pouco mais pra você e vê se você vai precisar. Mas, antigamente, cada qual pro seu lado. Cada um com a sua história. Não que hoje também não seja, mas é um pouco menos.

P: Até porque você também tava, naquele momento ali, longe do pessoal que te conhecia, né.

M: Sim, totalmente. E aí eu já comecei a sentir os efeitos, né. E já pra Uninove, que era na Barra Funda que eu fazia, poxa, eu ficava bronqueado era com uma situação. Quando eu chegava em Presidente Altino, aí é final, certo? Ah não, eu parava já em Osasco. Porque eu sabia que já dava pra pegar de Osasco também. Ali é final, certo? Mas toda vez que eu ia descer... Pô, se é final o trem não vai parar ali, mano? Por que que o povo tem que...[faz som de atropelo]. Literalmente, a porta abriu... aí toda vez que eu ia descer, empinava a cadeira pra trás pra descer, era derrubado pra trás. O povo vinha com uma velocidade tão... que ninguém queria nem saber. E aí eu comecei a fazer: "Ó, espera que eu vou descer". Aí eu comecei com a nossa maldade de deficiente também. Porque tem a nossa, né. Aí eu pegava isso aqui e jogava nas pernas mesmo. "Vocês não vão deixar eu descer não?". Ficava tipo um doido. Tendo que lutar pra estudar, praticamente, né. Pras pessoas respeitarem.

Então tipo assim, foi forte. Eu cheguei a ser derrubado um mês. Até eu desenvolver a concepção de que eu não podia cair mais. Eu sempre fui paciente. "Não, uma hora eles vão ter que enxergar. É sempre o mesmo horário, eu acredito que sejam as mesmas pessoas. Não é possível." Tá ligado? Mas era uma coisa difícil também.

Aí chegava na faculdade, tinha que fazer... a entrada da faculdade tinha um elevador que era arcaico e vivia quebrado ou você ia pela rampa mesmo. E fazia aquele espiral até chegar lá em cima. E quando você chegava lá em cima... Dificilmente eu chegava no horário, porque eu dava uma descansada depois que rodava aquilo tudo. E os alunos ali, meio que observando. Se você não cria esse elo. Por isso que eu tô falando... o mais importante é a gente criar esse feedback. Tem que ser criado. Eu tô com uma nova agora, que eu vou começar a fazer junto com a produtora, que é: *Blitz Brasil Deficiente e o desafio do dia*. Que é pegar uma pessoa não deficiente e falar pra ela: "Mano..." Principalmente, eu vou fazer com os caras do meu disco. Eu tô convidando um pessoal. O primeiro que eu vou fazer é o Criolo, que é parceirão meu. Vou chegar pra ele e vou falar: "Criolo, ó, aqui é onde que a gente desce, certo? E a produtora fica ali, ó. Geralmente eu subo até ali sozinho. Eu prefiro não pedir pra ninguém me ajudar. Mas se tiver alguém pra ajudar, firmeza. Eu vou deixar você, da forma que você quiser. Ou você pede pra alguém te levar até a produtora..." Aí é como se fosse um desafio. Tipo, sentindo na pele, tá ligado? Porque aí ele vai sentar lá e vai gravar o som comigo lá dentro. Só que aí esse dia, a outra cadeira tá ali prontinha pra ele. Eu vou falar: "Vamos no rolê até lá? Vamos comigo nessa luta aí? Vamos mostrar pra pessoas que não é crônico sentar na cadeira de rodas? Que você não fica deficiente nem nada?" E as pessoas tem que entender qual o real papel da cadeira de rodas e não ficar vendo ela como... que nem eu falo:

*"Pra muitos, um objeto bruto feito de aço e ferro,
Mas por ti, no fundo da alma eu guardo um sentimento eterno.
Eu preferia andar sozinho"*

É forte isso aí. É difícil, cara. Então, tipo assim, ele já topou e tem vários outros que vão topar também. Então, tá na hora de a gente fazer as pessoas sentirem na nossa pele essa parada. Mas sem aquele lance de "você não precisa ser deficiente, irmão, eu não tô condenando você". Não tô criando uma maldição...tomara que fique deficiente. Não. Sente agora na cadeira enquanto você não é mesmo, pra você já entender e não querer ser. Mesmo quando pensar em ir pro crime trocar com a polícia e várias outras situações.

P: Uma situação... porque assim... você tava falando desse trajeto e tal, de casa até a faculdade e vice-versa. E de várias barreiras aí no meio do caminho. E algumas delas, provavelmente, te fizeram ou ter que esperar seu irmão, né, ou realmente voltar atrás, ou parar pra dar um tempo pra descansar. E em muitos momentos, pra algumas pessoas, esses momentos são os que fazem esse trajeto se tornar impossível. Tem algumas barreiras que elas não fazem só ficar mais difícil. Realmente torna a coisa impossível. E numa das tuas letras você fala da estação CEASA, né. Pô, você faz o trajeto inteiro até lá. Tá quase no CEASA já, se era o destino que você queria naquela estação, tá quase lá, e aí você tem a escadaria da CEASA pra descer. E é aí que, né...

M: Então. Esse lance da escada da CEASA eu vou te falar qual que foi. Eu fui visitar um amigo meu no CDP de Pinheiros. Tá ligado? E por ali a gente desce ali na CEASA ali e tal, e faz um trajeto ali por dentro e tal. Eu acho que na época foi isso. Só que na volta, a melhor forma também é a estação CEASA. Que aí, se você for ver o clipe de um som que eu tenho, que eu peguei mais pesado ainda no clipe. Só a imagem já dá um soco no olho. Porque tem o logotipo de adaptado lá. Tá lá a cadeirinha adaptada. E uma escada de concreto na caruda. Eu queria até ver a frente de novo. Eu acho que a parte de trás da estação CEASA, que dá acesso ao cadeião de Pinheiros ali. Então, tipo, eu fui visitar um cara lá e na volta que eu percebi essa parada. Sem contar que assim, né. Eu pude entender também que, cadeirante dentro das cadeias também... ô, pessoal, autoridades... vamos ajudar nesse sentido. Porque eu vou falar pra você. É uma *desinstrução* por parte dos caras lá dentro, também, que eu vou te falar.

P: Nunca tinha parado pra pensar isso

M: É, e isso eu só senti enquanto visitante, ehm... só enquanto visitante. Então foi isso. Na volta, aí eu falei pra um amigo meu: "Mano, faz uma foto aqui. Não é possível". Só que eu fiquei esperando pra ver se alguém ia, né. Ninguém, cara! Você não tá entendendo. E agora o cúmulo, e o absurdo, é isso que eu vou te contar agora. Falei: "Ô, Reinaldo, sobe lá em cima. Não fala que tá comigo, não. Sobe lá em cima e fala pra eles vir me ajudar aqui." Os caras vieram. Os caras no dia tavam com cirurgia no joelho, cirurgia na coluna, e ainda vieram me falar: "Irmão...". "Não, então tá bom. Vocês não vão me ajudar a subir? Vocês querem me dizer que deficiente não embarca nessa estação. Certo? A estação, a escada é de concreto e eu não vou poder embarcar e é isso mesmo?". Ele vem e passa pra mim uma situação de que não tava dentro do protocolo em que eles foram contratados. "Ajudar um deficiente não, irmão. A gente é cuidar do patrimônio aqui e tal." Falei: "Nenhum momento tem isso. Aí se vocês fizerem, é

puro altruísmo e coisa de samaritano, mesmo? É isso mesmo que você tá querendo dizer? E hoje não vai ter nenhum samaritano pra me ajudar?" Tá ligado...

Aí veio o encarregado lá e falou: "Não, mano. Vamos ajudar você sim e tal. Mas é que não tá mesmo dentro do nosso protocolo." Falei: "Bom, eu vou registrar isso, e vou pra cima dessas empresas terceirizadas que colocam vocês dentro de um serviço, um ofício profissional desses que não assiste nós nesse sentido. Então quem é que vai embarcar? Essa culpa é de quem, esse problema é de quem?" E nesse dia eu gerava minha música, *Meu problema não é seu*. Tudo foi sempre de um fronte desses, tá ligado? Esse som é *Não quero virar memória*. Depois que você for olhar ele, tem lá. A imagem é mais forte até do que quando eu falei: "A escada de concreto na estação de trem CEASA". Mas dentro dessa música, tudo foi verdade. Comia direto lá no Frango Frito fui perceber que os caras, tá ligado: "*Frango Frito, só rótulo falta de respeito. Filial Robert Kennedy, cadê o acesso ao banheiro?*"

"É, eu comia direto aqui, parei de comer porque, ah, mano. Faz quatro anos que vocês ficam falando pra mim que vão arrumar isso aí. Eu tenho que toda vez descer da minha cadeira pra... Ah, tá de palhaçada. Vou colocar isso num som meu." Ainda falei, porque eu conhecia o gerente de lá. Aí ele: "Pô, você colocou mesmo, ehm?" Eu: "É...falei, né."

P: A pergunta foi basicamente pra chegar na situação onde as pessoas podem realmente chegar num ponto em que elas não tenham saída. E de como, para criar a possibilidade de acessibilidade, de inclusão, o trajeto não pode ter, sei lá, uma rampa de acesso na frente da sua loja que tá tudo resolvido, né. É o trajeto inteiro, é o caminho inteiro. E... é pra mostrar um pouquinho dessa questão que eu tava te fazendo essa pergunta, pra depois trazer pro trabalho também.

M: É, porque se não houver uma concepção, tem uma parada também. Eu tenho uma foto, que eu tenho que te mandar. De uma igreja universal. Eu falei: "Poxa, vocês aí tão falando que Deus literalmente não assiste o deficiente." É porque eu era ateu, né. Até os trinta anos de idade eu fui ateu mesmo. Pesado. Até vejo que você é meio da vertente, porque Deus já me mostra alguns. É, eu conheço bem o cara quando é cético. Até porque Deus já me falou: "Moysés, eu vou deixar você ser tão bom nisso aí...". Eu li a bíblia quatro vezes na condição de escriba mesmo. Mas essa da igreja universal não é nem um ultimato de ultraje contra o ministério em si. É contra aquela igreja particular. É, aquele ministério ali. Por quê? Os caras vem com esse papo de "vamos fazer uma rampa..." É desse tamanho... pensa o que é. [...] Aí eu falei: "Pera aê, pera aê." Aí fizeram a foto e mandaram pra mim. Eu falei: "Não...vou ter que postar. Que eu já sacaneio mesmo. Botei 'acesso negado a Jesus'. Literalmente." Tá ligado?

Então são umas paradas fortes que os caras às vezes, pra se safar da lei que fala da adaptação... todo esse lance do cem por cento inclusivo... os caras fazem umas paradas assim, pô. Do nada, sabe? Sem fundamento. Eu falo: "Que é isso, sobe na cadeira primeiro e vê se você vai conseguir subir essa rampa íngreme aí, mano. Ó, o jeito disso aqui. Quem é que sobe isso daí?"

Eu fico tentando entender de que mente que sai, pô. Entendeu? Porque essa mente atrofiada aí, socialmente falando, é que dificulta mais o nosso dia-a-dia. Essa atrofia social das pessoas imaginarem que uma rampa, desse jeito, a gente vai conseguir subir, é complicado.

P: Colocar símbolo de acessível em ônibus de turismo, né. Já tentou pegar um ônibus de turismo?

M: Já! É, não... várias vezes. Você não tá entendendo. Tipo assim, eu pegar de Congonhas pra Guarulhos. Não tem aquele ônibus lá dentro, lá? Que ele faz aquela baldeação pra gente lá. Aí eu falei: "Pera aí." É um baita de um ônibus, cara. Entendeu? Esse que faz essa parada. "A empresa é privada". "Mas pera aí. Cadê?" Eu vou ter que descer e vai por minha cadeira ali no bagageiro? E pra que essa cadeirinha aqui? Onde que é o momento que vocês me colocam até a poltrona sem eu precisar de..."

Tem uns que chegam sempre e perguntam se você consegue subir sozinho. Tudo bem... eu consigo subir sozinho, mas essa pergunta não me cabe, mano. Ela é errada. Essa pergunta é errada, não tem esse papo. Você não tá fingindo que tá na cadeira ali, velho. Você já comprou, de repente, uma briga com o cara ali. Pela desinformação dele ali se você não tiver a mente no lugar.

Então é complicado esses de turismo aí. Eu fui até um pouco mais além. Eu já me coloquei lá dentro do aeroporto, essas paradas, que é terrível também. Os caras batem cabeça direto. Se você vai embarcar e não chama o ambulift lá, você tá ligado que, chega lá na hora, alguém vai ter que te levar... eles têm que passar, né. Pra já parar naquela boca da entrada ali.

Então tem todo esse lance. Eu sempre embaço nesse sentido. Eu falo: "Mano, já avisa lá pra depois eu não ficar esperando maior cota pro tal do ambulift chegar, pr'aquela para lá subir, descer. Avisa lá pra já parar na boca do túnel lá, irmão. É, se você já passar o rádio, não é não? Comunicação. Também tenho o meu trajeto a seguir." Porque é uma demora. Mais ou menos uma hora quando não tem ali esse serviço. Aí tem que

esperar esse outro serviço vir. Aí as aeronaves descendo, outras saindo. Aí tem que esperar pra vir o caminhãozinho. Rapaz...

P: Mas isso é outra coisa que eu queria te perguntar.

Aliás, tem dias coisas que eu não quero esquecer pra te perguntar:

Uma é, já que você se formou em educação, na parte de educação, queria te perguntar... o que você considera quanto a escolas especiais. Como você enxerga isso? Até que ponto deficiências visuais ou auditivas deveriam fazer alguém ter uma educação especial. Até que ponto isso é necessário, se você gostaria de falar sobre isso...

E a outra é em relação a vivência que você teve, que você falou que já viajou pra fora do Brasil. A vivência de acessibilidade fora do Brasil. O que você já enxergou...

M: Certo. Então, em relação a primeira. É algo que eu te falei. Eu fiz um projeto, e eu achei que mesmo dentro da minha pretensão, entendeu, talvez, assim, dentro da minha pretensão, eu achei que fosse um projeto inclusivo, mas quando você pensa que é inclusivo, ainda não é inclusivo. Porque eu vim a entender um monte de outras coisas que... eu faço parte do fórum social mundial, que, não sei se você conhece, tal, é um coletivo de lutas onde tem várias convergências pra se falar sobre todo tipo de assunto no país e tal. E é muito forte. E eu faço parte desse coletivo. E dentro dele eu pude compreender que, tipo assim. E lá, deficiência também é falada de um âmbito que tem gente lá que é PhD monstro que passa umas situações que você: "é mesmo". Eu vim compreender que meu disco já não é tão inclusivo assim. Uma vez que ele é um disco de voz. Feedback, informação, voz. Só que aí o cara falou: "Meu, se você conseguir, sei lá, de repente tenta via governo. Seu disco precisa disso. Traz uma capa com braille, entendeu? Com as letras ali com braille. Faz um cdzinho de multimídia com as músicas, mas dessa vez com uma mina fazendo libras ali. É mais inclusivo, entendeu?" E ele tentando me passar a forma como eu poderia alcançar as demais especificidades da deficiência. Eu falei: "Mano, então meu disco é um moranguinho verde, né!" Aí ele até falou: "É...mas é assim que a gente vai aprendendo, irmão." Aí eu falei: "Poxa, que forte". Aí minha luta agora é correr atrás disso daí.

Porque eu queria fazer o que... já não quero fazer um disco pra ser vendido. Quero que entre dentro da campanha. Que tô até pegando ideia também do Saci Pererê. Porque o Saci Pererê, quem já deu um Saci Pererê de presente pro filho, né. Ninguém. Por mais que criaram um mito em torno do Saci Pererê, foi um mito muito pesado. Que falaram que ele perdeu a perna lutando capoeira. Ó a mancada... Tipo assim, vamos detonar tudo que é de preto. Aí foi categórico. Foi tendencioso. Já perguntei pra vários mestres de capoeira: "Já perdeu a perna jogando capoeira?" Nenhum, tem nem histórico de nada dessas paradas. Eu falei: "Poxa, foi pra literalmente pegar a lenda mitológica do Saci e tó." Tem um preto lá, e um preto deficiente. Então quero pegar ele e fazer o que, desconstruir toda essa parada que ele... porque olha, também, as características do Saci... o Saci é uma criança levada, que dizem que ele vive aprontando. Mas eu diria que esse aspecto numa criança, isso não é um aspecto mal. A criança caladinho demais é que você tem que ficar esperto, senão ela tá aprontando. A que tá aprontando já, ela tá quebrando tudo. Você já sabe que ela tem lenha pra queimar, tem energia. Agora tem criança que tá ali, ó. Eu não tô falando da que some. A terrível que some e que fica em silêncio. Eu tô falando da que tá presente e você tá...

A criança, ó, minha filha. Ela dá altos gritos. Ela não tá legal. Senão você ia tá vendo ela ali. Ela não tá legal, ela já tava me mostrando ali, vindo. Dá pra sentir. Quando tá bem, ela quer rasgar tudo e tal. Eu falo: "Essa criança é sadia". Entendeu? Então tem esse lance. Eles querem passar a ideia do Saci como... ele é arteiro... aí já cria aquele [situação] onde fala naquela história da toca do Saci. Que quem conseguir colocar a touca no Saci vai ter direitos e domínios sobre ele. É... Então eu falei: "Quero criar toda uma analogia, uma síntese, e jogar num projeto de campanha mesmo. Reapresentando o disco *bRASIL dEFICIENTE*, mas dessa vez na mão do Saci. Quero fazer uma parada muito louca..." Entendeu? Mas assim, conseguir implementar esses serviços dentro dele. Porque, voltando no foco da resposta, assim, eu também sou vítima da história confundida. Sou ótima de coisas que ainda não tive acesso e também não me permitiu buscar, acerca de educação especial dentro das escolas e tal. E é um assunto que, você falando agora, até me despertou uma curiosidade. Mas geralmente eu penso mais em frontes fora do espaço ali. Porque eu tenho aquele pensamento assim também: "Mano, se você tá dentro da sua casa..." É tipo aquele cara que deixa a gente na porta de casa, mas ele fala: "Não, espera, Pedro. Eu vou te levar lá dentro, lá. Você quer já ficar deitado, mano? Quer ficar deitado, já?" "Ah, já me coloca lá, então". E já te deixa deitado. Esse cara saí com o sentimento de, seguinte: meu parceiro tá bem. O que ele vai fazer agora, é com ele. Entendeu? "Deixe ele na casa dele." Eu tenho um pouco desse sentimento no projeto do *bRASIL dEFICIENTE*. Pela minha informação, também, não dava pra eu ir um pouquinho mais. Pra entrar um pouco mais dentro disso daí. Eu também não tinha tanta informação pra entrar dentro disso.

P: Eu também não tenho. É uma coisa que eu tô indo atrás

M: É, legal. Eu tô percebendo que você tá... Só que assim, você pode me ajudar numa questão que eu percebi. Eu não tenho, não é pelo lance da vontade de ir e fazer. É mais pela informação de: "Pô, mas e se a gente criasse algo junto, pra gente visitar outros." Ou fazer o mesmo esquema daqui. A gente podia até criar um parâmetro nesse sentido. Entrevistando aqui, alguma coisa assim. Dar uma filmada, jogar isso. Mano, a gente tem que jogar isso. Você com as mesmas perguntas ali, eu [convidou um pessoal] pra vir falar com você. Acho que tem tudo a ver. E aí você passa a registrar. Isso aqui é importantíssimo. Você é estudante de arquitetura. Eu sempre falei pra ela [esposa]: "Pô, por que não tem um arquiteto, um engenheiro deficiente pra fazer as paradas." Porque às vezes quando eu tô na minha caminhada, quando eu vejo um poste no meio da rua, eu penso: "Ô, mano. Será que o cara não viu que não era aqui? Pô, a calçada não foi feita no poste. A calçada já tinha, mano." Eu vejo as umas paradas pros lados de Santo Amaro ali. Você vai sempre ver eu: "Aqui, ó...". Quando você vir uma foto minha apontando... é uma faixa de pedestre que não tem guia rebaixada... sou eu tentando descer um aguaceiro que mais parecia... você chegou a ver aquela do Facebook? Eu tentando descer do busão, e embaixo, na verdade, era o mar. Eu não sou o Moisés da Bíblia, não. O ponto, cê não tá entendendo, tava alagado. Eu vou te mandar essa daí. Eu assim, falei: "literalmente, a rampa vai descer toda..." a rampa tava na metade ainda e eu pedi pra ela já fazer a foto. Aí falei: "Quando descer tudo não dá tempo. Porque a água vai bater aqui..." Foi dito e feito. Só ouvi o povo. E o povo ainda... E não tinha outro lugar pro motorista mesmo. Falei: "Pô, não deu pra ele também". Falou: "Mano, você não quer descer no ponto lá da frente?", "Não, eu sou mais me molhar aqui do que voltar lá pra trás pra me molhar de novo, irmão".

E o lance da ida lá pro exterior foi assim... Foi muito bom, porque foi através de um conceito da capa também, né. Que dentro da capa, tipo assim, tentei colocar dentro da capa, como se fosse o argumento de luta, tanto pro deficiente visual, pro deficiente auditivo, que eu tô com a mão, assim, no ouvido e tal. O acesso negado, literal. Porque eu coloquei as tarjas pretas na minha boca, outra nos olhos. E atrás, também, eu quis virar, que tem outra deficiência social ali, que é: toda vez que a polícia vê preto, ela acha que "mão na cabeça e tal", e todo esse lance que eu fiz questão de colocar aquilo ali também. A camisa é branca por um lance de já trazer o excepcional pra isso. Branca, como se fosse um sanatório, hospício, algo assim. Eu quis trazer todo esse lance pra falar. Dentro, quando você abre, você vê que tá escrito no encarte. O encarte é perfeito.

P: Eu ia perguntar do "d" minúsculo. O "b".

M: É, tem uma analogia. O ângulo de visão pelo qual eu enxergo o Brasil, ele é deficiente ainda. Ele não é cem por cento acessível. Então o meu "b" ainda é minúsculo. Porque aí, quando os caras vão pra cima, eu: "Não, não sou analfabeto. Sou formado em duas faculdades". Também não sou anti patriota. Amo o Brasil. Só que não concordo com várias coisas que os governantes daqui fazem com ele. Mas o meu país eu amo. Eu amo a nação brasileira. Só que, assim, a forma como ela tem sido governada, aí é que eu não concordo. E quando eu saí lá pro Canadá, e eu pude perceber essa parada. Porque lá eu tava com o intérprete, né. Aí eu falei: "Meu, eu não vi deficiente aqui. Eu vim pra uma conferência e tal, no fórum, pra falar de deficiência. E aí? Como é que vai ser isso? Eu não vi nenhum aqui na rua e tal... Me leva pra periferia de Quebec, mano. Do Canadá. Vocês tão moscando. É lá que tão os problemas." Falou: "Não, você vai cantar lá também. Fica tranquilo." Aí fiz o primeiro show, no primeiro dia, pro pessoal mais do centro, né. Que era um pessoal mais de pigmentação branca mesmo. Olhão azul mesmo, que é o canadense mesmo ali. Fiquei feliz, oito mil pessoas no show, pô. E as músicas, passando a tradução e tal. Falei: "Pô, legal. Não tá de brincadeira não". Aí eu fui pra periferia também, que foi um evento muito forte. Que eu participei daquele evento [inaudível], que os caras até tem uma luta ferrenha contra opressão, contra racismo e discriminação. Todo tipo e forma de divisão social. E assim, quando eu fiz essa pergunta pra ela, ela disse: "Você não percebeu. Tá vendo aquele carro lá?" E logo quando eu olhei, era um Jaguar. Logo de cara. Cadeirinha atrás. Aí eu: "Tá, um deficiente playboy, da hora. Eu pergunto de deficiente e logo...". Ela: "Não, deixa eu te explicar uma coisa, Moysés. O sistema de governo aqui do Canadá tem uma parada, que é o seguinte: o deficiente aqui... não vou falar que ele não sofre, que não tenha, também, uma situação complicada. Só que ele é totalmente assistido, no sentido de ter os melhores empregos, as melhores casas, os melhores carros. Isso é projetado pro cara. Tem uma parada que, inclusive, se eu fosse você, eu viria morar aqui, que agora, ano que vem, já não tem mais visto, né." Aí eu falei: "Legal, então não dá pra falar de falta de inclusão aqui". Ela: "Até tem. Porque a gente tem dois Canadá, né, na verdade. Tem o subterrânea e tem...". Né, porque na época de gelo...

Aí eu fui andar no subterrâneo e realmente, adaptação zero. Porque é algo feito às pressas, tá ligado. Você vê até que não é tão lindo quanto em cima. Quebec por cima é maravilhoso. Só que aí você vai olhar o Canadá subterrâneo, ele já não é tão bom assim. Quando eu fui não tava chovendo. Então eu andei legal pela parte de cima. Só que aí eu falei: "Não, sou abelhudo. Quero dar umas voltas". Aí, meu. É totalmente complicado. Ô, as estações de trem, é somente uma pessoa dentro das guaratínhas, porque a ideia dela é somente a rir aquele portãozinho ou qualquer coisa do tipo. Não é ajudar... Não tem vigilante. Não vi nada disso. É como se, tipo assim... "Não, passa. Faz o que você tem que fazer e já era". Falei: "Ah, é pra não gerar emprego, né. Pra não ter uns vigilante aqui". Tem todos esses lances lá. Eu pude perceber isso. Mas de qualquer forma, achei menos prejudicial do que do jeito que é aqui no Brasil.

P: Conseguiu chegar mais nos lugares?

M: Sim, mesmo indo por baixo ali. Às vezes, tipo assim. Eu diria também que era um pouquinho de falta de direção minha no local. Às vezes eu ficava brigando por um elevador que, ia ver, ele tava no lugar errado, firmeza. Se você desce, já tem que ter um na cara do gol.

P: Mas se você conhecesse, já saberia melhor o caminho...

M: É, já saberia, entendeu? Porque aqui em São Paulo, por exemplo. Eu ando legal e tal. Eu já sei onde estão os elevadores. Tem hora até que eu acho elevador que ela [esposa] não sabe que tá lá, que eu falo, ó... Mas é que aqui eu já aprendi a meter a mão nas escadas rolantes e subir, né. Mas tem todo esse lance aí. Que lá eu não conhecia. Então, é essa a hora que você tem que sentir falta mesmo. Porque quando você conhece algo, você se adapta para aquilo. Mas eu acho que a linguagem de inclusão já tem que ser ali, o brasileiro no seu país.

A parte subterrânea não achei tão inclusiva, mas também achei um país de primeiro mundo mesmo, cara. Eu falo: "Pô, o governo aqui te dá chance de trocar ideia". Troquei ideia com o pessoal do governo deles, lá mesmo. "Ó, gostamos muito do seu projeto". Porque foi o governo do Canadá que me chamou pra parada. Então eles quiseram discutir o assunto onde que o meu... quem me dá oportunidade são os estudantes de faculdade que estão se formando. Geralmente são esses aí. Eu falo: "Pô, então é com esses que..." Eu acho que assim, você não pode ser só mais um. Vamos colocar isso pra frente, adiante. Ao mesmo tempo que você tá fazendo o seu lance, nós podemos fazer um outro lance, entendeu? De colocar isso mais adiante. Se você quiser fechar comigo, nós vamos fechar. Vamos trazer outros caras aqui, fazer umas entrevistas. Aí já ficamos nós dois perguntando... "Mas e tal coisa, irmão? Fala aí pra ele. Entendeu... Que tal coisa eu sei que você sofre. É que ele também tá dentro de um limite, que assim, ele tá fazendo arquitetura, então tem uma lógica de onde que ele quer as perguntas, mas tem essa outra que você pode responder aí também, que eu sei que você quer. Desabafa aí..."

É, e a gente faz uma filmagem desses caras.

P: Isso é muito bom.

M: Oxi, acho que seria muito bom pra gente fazer. Depois vai jogando no canal ali. A gente vai fome fomentando... alguém tem que ver e trocar umas ideias. Vamos fazer isso, pô. Se você tiver disposto, nós tá junto.

P: Maravilha. Cara, muito obrigado.



BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Evaristo (org.) **Mobilidade Urbana no Brasil.** São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. 624 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro, p. 162. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16573: Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação.** Rio de Janeiro, p. 44. 2016.

BARBOSA, Lívia; DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo (Organizadores). **Deficiência e Igualdade.** Brasília: Letras Livres: Editora Universidade de Brasília, 2010. 248p.

BARBOSA, Lívia; DINIZ, Debora; SANTOS, Wederson. **Diversidade corporal e perícia médica no Benefício de Prestação Continuada.** In: BARBOSA, Lívia; DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo (Organizadores). **Deficiência e Igualdade.** Brasília: Letras Livres: Editora Universidade de Brasília, 2010. 248p.

BEZERRA, Altair Neri. **O que é o serviço de atendimento especial "Atende" do município de São Paulo.** In: ALMEIDA, Evaristo (org.) **Mobilidade Urbana no Brasil.** São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. 624 p.

BONDUKI, Nabil (org.). **A luta pela reforma urbana no Brasil: Do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo.** - São Paulo : Instituto Casa da Cidade, 2018. 244 p.

BONDUKI, Nabil. **Desabamento em SP é resultado do desleixo do poder público.** In: Folha de São Paulo, São Paulo, 2 maio, 2018.

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Decreto Legislativo n. 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência .** 4^a Ed., rev. e atual. Brasília, DF, 2010. 100p.

BRASIL. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **LOAS Lei Orgânica de Assistência Social,** Brasília, DF, dez 1993

BRASIL. Lei n. 12.907, de 15 de abril de 2008. **Consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado de São Paulo.** Palácio dos Bandeirantes, São Paulo, SP, abr 2008

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **LBI Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**

BRASIL. Lei n. 16.337 de 30 de dezembro de 2015. **Institui o Serviço de Atendimento Especial – Serviço Atende, no Município de São Paulo.** São Paulo, SP, dez 2015.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). **VIVER SEM LIMITE – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência** : SDH-PR/SNPD, 2013. 92 p.

CARVALHO, Cristina Linhares Cintra. **Pessoas com deficiência no ensino superior: percepção dos alunos.** Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo. Orientador: Edson Luiz Riccio. São Paulo, 2015. 95p.

DEÁK, Csaba. **O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo : EDUSP, 2010. 346 p.

DINIZ, Debora; SANTOS, Wenderson (Organizadores). **Deficiência e Discriminação.** Brasília: Letras Livres: Editora Universidade de Brasília, 2010. 288p.

DONOSO, Verônica Garcia. **Reflexões sobre a dinâmica da produção imobiliária na região metropolitana de São Paulo: os impactos formais e sociais de empreendimentos voltados para a faixa 1 do Programa “Minha Casa Minha Vida” e os lançamentos imobiliários de alto padrão na Granja Viana.** *Th: Reflexões sobre espaços livres na forma urbana / organização de Silvio Soares Macedo, Vanderli Custódio, Verônica Garcia Donoso.* – São Paulo: FAUUSP, 2018. p. 256.

FELLET, João. **Minha Casa, Minha Vida piorou cidades e alimentou especulação imobiliária, diz ex-secretária do governo Lula.** Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44205520>

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Minha Casa, Minha Vida: notas sobre a responsabilidade coletiva de um desastre urbano.** XVI ENANPUR, Espaço, Planejamento e Insurgências. Belo Horizonte, 2015. Disponível em:
<https://docplayer.com.br/17275280-Minha-casa-minha-vida-notas-sobre-a-responsabilidade-coletiva-de-um-desastre-urbano.html>

FREITAS, Maria dosé de. **Experiências na aplicação da CIF para concessão do BPC pra as Pessoas com Deficiência - trabalhando conceitos e instrumentos.** Apresentação para: I Seminário sobre Deficiência e Funcionalidade transitando do modelo médico para o biopsicossocial. Brasília, 2014.

GUIMARÃES, Raquel. **Gênero e deficiência: um estudo sobre as relações de cuidado.** *Th:* DINIZ, Debora; SANTOS, Wenderson (Organizadores). **Deficiência e Discriminação.** Brasília: Letras Livres: Editora Universidade de Brasília, 2010. 288p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico, 2010.** [online] Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=downloads>>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Aglomerados Subnormais: Informações Territoriais.** [PDF online] Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>>

FAGNANI, Eduardo. **Mobilidade urbana e subdesenvolvimento: soluções paliativas para problemas estruturais.** In: ALMEIDA, Evaristo (org.) **Mobilidade Urbana no Brasil.** E São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. 624 p.

FUNDAÇÃO SEADE, IPVS. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social: principais resultados.** [PDF online] Disponível em: <http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/pdf/ipvs/principais_resultados.pdf>

LEITÃO, Karina Oliveira. **O direito à cidade: para além de uma visão instrumental e pela dimensão espaço-temporal da disputa pela cidade.** In: ALMEIDA, Evaristo (org.) **Mobilidade Urbana no Brasil.** E São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. 624 p.

MARQUES, Maria do Perpétuo Socorro Duarte. **O Acesso de Pessoas com Deficiência ao Sistema Público de Ensino de Manaus na Percepção dos Professores.** Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. Área de Concentração: Psicologia. Orientadora: Petean, Eucia Beatriz Lopes. Ribeirão Preto, 2010. 149 p.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2005.

MASCARENHAS, Marisa Pulice. **Os Centro Educacionais Unificados da Cidade de São Paulo.** Dissertação Mestrado (Dissertação em Estruturas Ambientais Urbanas) - FAUUSP. São Paulo, p.220. 2005

MEDEIROS, Marcelo; DINIZ, Debora; BARBOSA, Lívia. **Deficiência e Igualdade: o desafio da proteção social.** In: BARBOSA, Lívia; DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo (Organizadores). **Deficiência e Igualdade.** Brasília: Letras Livres: Editora Universidade de Brasília, 2010. 248p.

NIGRIELLO, Andreina. **Por que se está usando mais automóvel nas áreas periféricas? Espacialização das dinâmicas associadas à mobilidade da população da Região Metropolitana de São Paulo.** São Paulo : Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Metrô (AEAMESP), 2014.

NUSSBAUM, Martha. **Capacidade e justiça social.** In: BARBOSA, Lívia; DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo (Organizadores). **Deficiência e Igualdade.** Brasília: Letras Livres: Editora Universidade de Brasília, 2010. 248p.

OLIVEIRA, Paula Custódio de. **O CEU na integração da periferia.** Dissertação (Mestrado) - orientadora: Maria Lucia Refinetti- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Planejamento Urbano e Regional. São Paulo, 2017. 208p.

PENALVA, Janaína; DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. **Política Assistencial, Orçamento e Justiça no Benefício de Prestação Continuada.** In: BARBOSA, Lívia; DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo (Organizadores). **Deficiência e Igualdade.** Brasília: Letras Livres: Editora Universidade de Brasília, 2010. 248p.

PIRES, Fátima Lauria. **Deficiência e mobilidade: uma análise da legislação brasileira sobre gratuidade no transporte público.** In: DINIZ, Debora; SANTOS, Wenderson (Organizadores). **Deficiência e Discriminação.** Brasília: Letras Livres: Editora Universidade de Brasília, 2010. 288p.

REDE NOSSA SÃO PAULO; IBOPE INTELIGÊNCIA. Pesquisa de opinião Pública: **Viver em São Paulo: A cidade e as Pessoas com Deficiência.** São Paulo, 2018. PDFs disponíveis online em:
[<https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/viver_em_sp_pessoa_com_deficiencia.pdf>](https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/viver_em_sp_pessoa_com_deficiencia.pdf)

ROLNIK, Raquel. **Os invisíveis da cidade e os muros que os confinam.** In: Muros de ar: Pavilhão do Brasil 2018, Catálogo de Exposição. São Paulo : Bienal de São Paulo, 2018. p. 292-297.

ROSSETTO, Elisabeth (2009). **Sujeitos com deficiência no ensino superior: vozes e significados.** Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SANTO AMORE, Caio. **Minha Casa Minha Vida para iniciantes.** In: SANTO AMORE, Caio; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Orgs.), **Minha Casa... e a cidade? Avaliação do Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SÃO PAULO. Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP. **Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo: lei municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014;** texto da lei ilustrado. São Paulo: PMSP, 2015. 248p.

SÃO PAULO, Prefeitura de São Paulo. **São Paulo Mais Inclusiva: Plano Municipal de Ações Articuladas para Pessoas com Deficiência da Cidade de São Paulo.** [PDF online]
Disponível em:
[<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/pessoa_com_deficiencia/SP_Mais_Inclusiva_70_acoes_final.pdf>](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/pessoa_com_deficiencia/SP_Mais_Inclusiva_70_acoes_final.pdf).

Disponível também em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa_com_deficiencia/noticias/?p=162923>

SHIMONO, Sumiko Oki. **Educação e trabalho: caminhos da inclusão na perspectiva da pessoa com deficiência.** Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração : Educação Especial) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo; orientação Maria Luisa Sprovieri Ribeiro. São Paulo: s.n., 2008. 118 p.

SILVA, Algéria Varela da. **Juventudes contemporâneas entre o urbano e o rural: aproximações e diferenças.** 13º Encontro de Ciências Sociais do Norte Nordeste. UFAL, Maceió, 2007.

SMITH, Deborah Deutsch. **Introdução à Educação Especial: Ensinar em Tempos de Inclusão.** Tradução: Sandra Moreira de Carvalho. - 5. ed. - Porto Alegre : Artmed, 2008. 480 p.

Links:

https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/viver_em_sp_pessoa_com_deficiencia_completa.pdf

<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/05/habitacoes-financiadas-com-recursos-publicos-ganham-regras-de-acessibilidade>

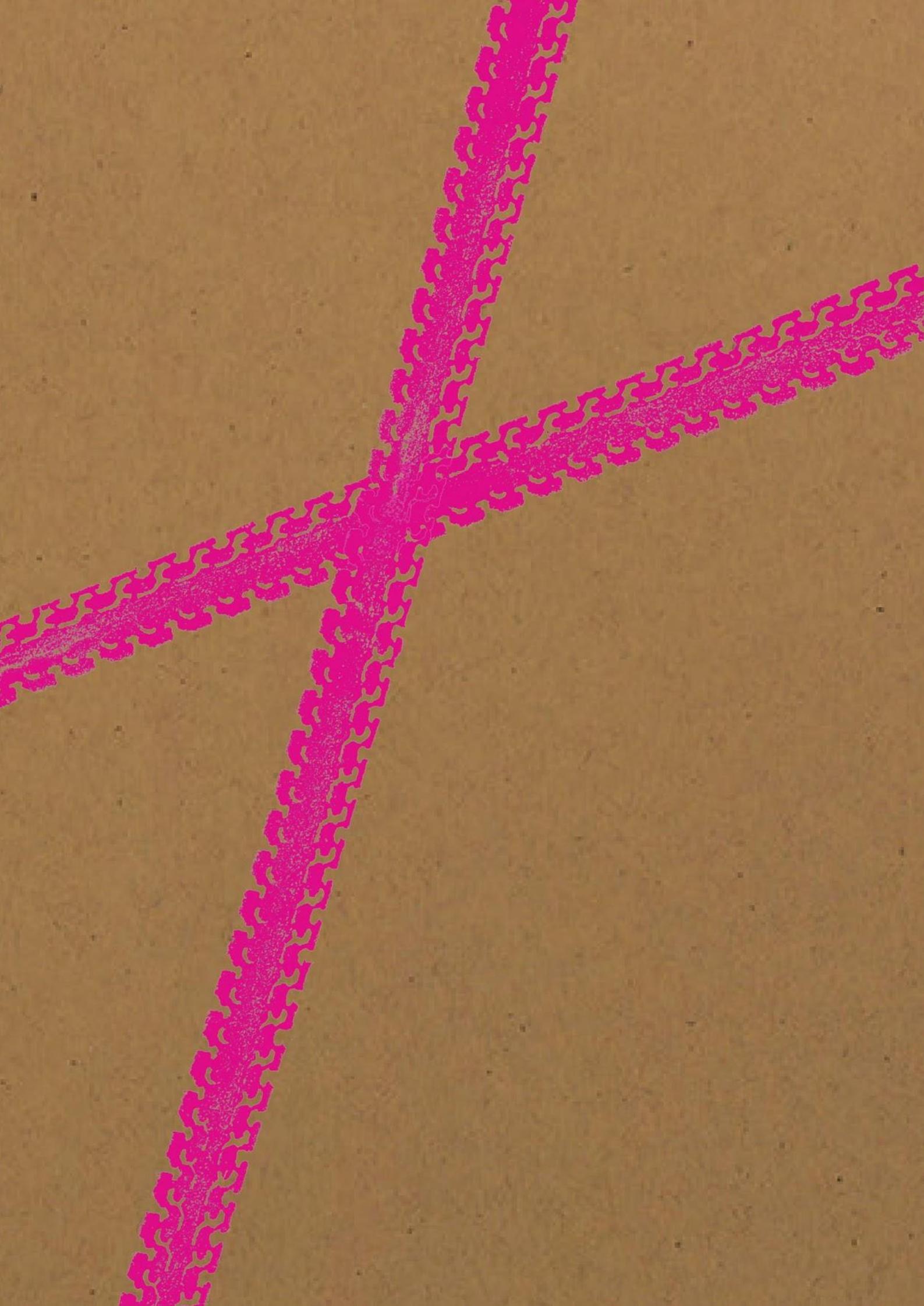
<http://www.cidados.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/ESPECIFICACOESMCVEMPREENDIMENTOS.pdf>

<http://www.cidados.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/ESPECIFICACOESMCVUH.pdf>

http://www.cohapar.pr.gov.br/arquivos/File/Portal_de_Programas/Portaria_FAR_114.pdf

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

<http://procuradaela.org.br/pro/como-conseguir-cadeira-de-rodas-pelo-sus/>



O direito à cidade, o potencial transformador do ensino e o modo como esses dois fatores se relacionam, influenciando-se mutuamente, é de enorme importância para a sociedade como um todo.

Ganha porém caráter específico quando, dentro das condições atuais, se observa o modo como a deficiência se insere nessa questão.

Este trabalho busca contribuir, então, com levantamento de dados e exemplos dos aspectos socioeconômicos, habitacionais, de mobilidade e educação no município de São Paulo e com o relato pessoal de um morador dessa cidade que vivencia diariamente com as questões aqui tratadas.

